**Universidade de São Paulo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades**

**Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e
Participação Política**

GUSTAVO DA COSTA MEYER

**A sustentabilidade em questão: paradigma ou matriz
discursiva?**

São Paulo

2015

GUSTAVO DA COSTA MEYER

**A sustentabilidade em questão: paradigma ou matriz
discursiva?**

Versão original

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Ciências pelo Programa de Pós-graduação
em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração: Mudança Social e
Participação Política

Orientador: Prof. Dr. Marcos Bernardino de
Carvalho

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Meyer, Gustavo da Costa

A sustentabilidade em questão : paradigma ou matriz discursiva? /
Gustavo da Costa Meyer ; orientador, Marcos Bernardino de Carvalho. –
São Paulo, 2015
131 f. : il

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-
Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de
Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão original

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Sustentabilidade. 3.
Sustentabilidade - Análise do discurso. 4. Paradigma. I. Carvalho,
Marcos Bernardino de, orient. II. Título

CDD 22.ed. - 304

Dissertação de autoria de Gustavo da Costa Meyer, sob o título "**A sustentabilidade em questão: paradigma ou matriz discursiva?**", apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política, na área de concentração Mudança Social e Participação Política, aprovada em _____ de _____ de _____ pela comissão julgadora constituída pelos doutores:

Prof. Dr. _____

Presidente

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Agradecimentos

Após mais de dois anos de intensa pesquisa, seria injusto agradecer somente àqueles que colaboraram diretamente para o desenvolvimento e finalização desta dissertação, já que é um grande erro isolar o ambiente de pesquisa do restante dos espaços sociais, os quais influenciam também, é claro, para o bom andamento das atividades de pesquisa. Dessa forma, gostaria, primeiramente, de agradecer imensamente à minha família, aos meus pais, Nelson e Sebastiana, e aos meus irmãos, Gabriel e Guilherme, os quais, apesar de não terem participado tão diretamente no andamento deste trabalho, me proporcionaram todas as condições necessárias, físicas e mentais, para que eu pudesse me dedicar da forma adequada para a realização desta pesquisa, me proporcionando o suporte financeiro nos momentos em que este foi necessário, ou mesmo uma palavra amiga ou uma boa conversa.

Também gostaria de agradecer à minha companheira, Amanda, por todo o carinho e companheirismo despendido por ela desde que nos conhecemos no próprio ProMuSPP (fato pelo qual sou também grato ao ProMuSPP e à EACH-USP), me ajudando com uma palavra ou um abraço carinhoso em todos os momentos de crise existencial (que foram muitos!) nessa difícil, mas também gratificante, caminhada que é o processo de pesquisa científica; com toda certeza, todo esse processo teria sido mais difícil e desgastante caso eu não a tivesse conhecido. Agradeço também a todos os meus amigos pelas palavras confortadoras em momentos difíceis, ou pelo compartilhamento de qualquer material que tenha dado alguma luz sobre o objeto de pesquisa desta dissertação.

Toda a minha gratidão aos colegas do grupo “Pesquisa em Dimensão Socioambiental e Mudanças Sociais”, grupo que tem me proporcionado um rico espaço de discussão (e também de terapia de grupo, porque não) desde o período de minha iniciação científica, tendo contribuído amplamente para, além da realização desta pesquisa, minha formação humana e como pesquisador. Agradecimentos especiais a um dos integrantes deste grupo e meu orientador nesta dissertação, Marcos, o qual teve uma dedicação contínua na minha orientação nesta pesquisa, através de comentários, críticas e sugestões, e o qual vem colaborando na minha formação como pesquisador desde à época de minha graduação. Por fim, mas não menos importante, agradeço também à Arlete e ao Sidnei, os quais fizeram parte da minha banca de qualificação e fizeram críticas e sugestões valiosas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Resumo

MEYER, Gustavo da Costa. **A sustentabilidade em questão: paradigma ou matriz discursiva?** 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Tendo como base contextual a crise ambiental contemporânea, a qual tem características de crise civilizatória, este trabalho teve como principal objetivo colocar em debate a noção de Desenvolvimento Sustentável (DS), visto que este importante conceito foi politicamente construído e consensuado de forma a ser a principal resposta para a questão ambiental. Dessa maneira, dado que a crise ambiental pede a emergência de um novo paradigma (o qual supere o chamado paradigma da simplificação), que leve em consideração uma mudança de cunho cognitivo, e compreenda o espaço em sua dinâmica de produção e reprodução da vida e em suas múltiplas territorialidades, esta pesquisa buscou analisar a possível constituição da sustentabilidade como este paradigma complexo, ou, ao contrário, se tal noção se resume a uma matriz discursiva que, como tal, obscurece as principais questões que deveriam ser consideradas por um paradigma da complexidade com um, conseqüente, novo aporte teórico-metodológico. Nesse sentido, o caminho metodológico traçado incluiu a discussão das diferentes concepções acerca das noções de matriz discursiva e paradigma, relacionando-se, posteriormente, tais temáticas com a questão ambiental e com a noção de DS em si, em seu viés político e científico. Apesar de dúvidas permanecerem, se considerou que a sustentabilidade parece, realmente, se apresentar muito mais como uma matriz discursiva do que como um paradigma, integrando uma matriz discursiva do meio ambiente. Assim, se pode apontar que o DS se encontra delimitado em um campo institucional específico, com pesquisas e políticas públicas orientadas e influenciadas pelos agentes determinantes hegemônicos de tal campo, como o Banco Mundial, por exemplo. Estes, de acordo com determinada visão de desenvolvimento (como sinônimo de crescimento econômico e se utilizando do viés da economia neoclássica) e da problemática ambiental (relegada a uma questão de gestão ou planejamento ambiental adequado, sem maiores entendimentos com relação a dinâmica territorial em sua totalidade) influenciam os discursos que devem permear o campo ambiental, pautando, inclusive, o conhecimento científico. A noção de DS colocada desta forma não representa, assim, qualquer ruptura com o paradigma da simplificação, sendo apenas uma matriz discursiva que encobre (e desenvolve na prática) o núcleo de tal paradigma, influenciando a práxis dos diversos agentes sociais presentes nos territórios. Como possíveis rupturas com a matriz discursiva do meio ambiente, se procurou apresentar e discutir, também, duas linhas de pensamento, ou “coletivos do pensamento”, que se apresentam como possíveis novos aportes teórico-metodológicos, condizentes, talvez, com um paradigma da complexidade que leve em conta, principalmente, as noções de totalidade e de complexidade ambiental.

Palavras-chave: Matriz Discursiva, Paradigma, Sustentabilidade.

Abstract

MEYER, Gustavo da Costa. **The sustainability in question: paradigm or discourse matrix?** 2015. 131 p. Dissertation (Master of Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

With the contextual basis the contemporary environmental crisis, which has characteristics of civilizing crisis, this work aimed to put in discussion the idea of Sustainable Development (SD); following that, this important concept has been politically built and conceived in order to be the main answer to this environmental issue. Therefore, since the environmental crisis asks for the emergence of a new paradigm (which exceeds the so-called paradigm of simplification), that takes into account a change of cognitive mark and take in the space in its dynamics of production and reproduction of life and in their multiple territories. This research sought to check over the possible formation of sustainability as this complex paradigm, or, oppositely, if such notion comes down to a discursive matrix that, as such obscures the mains issues that should be considered by a paradigm of complexity and, consequently, new theoretical and methodological support. In this sense, the trace of methodological approach included the discussion of different conceptions about the notions of discourse and paradigm matrix, relating subsequently such topics to environmental issues and the notion of SD itself in its political and scientific bias. Although doubts remain, it was taken into account that the sustainability seems to really perform much more as a discursive matrix than a paradigm, which integrates a discursive matrix of the environment. Consequently, one can point that the SD is found in a limited specific institutional field, with research and policy oriented and influenced by hegemonic determinant agents of such a field, such as the World Bank, for instance. These, according to certain development vision (as a synonym for economic growth and using the bias of neoclassical economics) and environmental issues (relegated to a management issue or appropriate environmental planning, without further understandings with respect to territorial dynamics in your all) influence the discourses that should pass through the environmental field, guiding even scientific knowledge. The notion of SD placed in this way does not represent, so any break with the paradigm of simplification, just being a discursive matrix that covers (and develops in practice) the core of such paradigm, which influences the practice of various social agents present in the territories. Considering as possible disruptions to the discursive matrix of the environment, an attempt to present and discuss also two schools of thought, or “collective thinking”, posing as potential new theoretical and methodological contributions, observing perhaps with a paradigm of complexity that takes into account mainly the notions of wholeness environmental complexity.

Keywords: Discourse Matrix, Paradigm, Sustainability.

Lista de Figuras

Figura 1 - Inter-relação entre os elementos da realidade.....	41
Figura 2: Diagrama de fluxo circular do sistema econômico.....	81
Figura 3: Divisão dos bens econômicos.....	87

Lista de abreviaturas e siglas

AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
DS	Desenvolvimento Sustentável
FAO	Food and Agriculture Organization
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IUCN	International Union for Conservation of Nature and Natural
ODA	Assistência Oficial para o Desenvolvimento
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNESCO	United Nations Educacional, Scientific and Cultural Organization
WCS	World Conservation Strategy: living resource conservation sustainable development for
WWF	World Wild Life Fund

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: SUSTENTABILIDADE COMO PARADIGMA OU COMO MATRIZ DISCURSIVA?	1
1.1 JUSTIFICATIVA	5
1.2 CAMINHO METODOLÓGICO	7
2. PARADIGMA E MATRIZ DISCURSIVA: DEFINIÇÕES E DEBATES	9
2.1 MATRIZ DISCURSIVA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	9
2.2 PARADIGMAS E SEUS MÚLTIPLOS SENTIDOS	16
2.2.1 O Paradigma Kuhniano	16
2.2.2 Desdobramentos do paradigma Kuhniano	18
2.2.3 Edgar Morin e a ideia de paradigma	23
2.2.4 Morin e o pensamento complexo	28
2.3 O PÓS-MODERNISMO E A EPISTEMOLOGIA DO SUL DE SOUSA SANTOS.....	32
2.4 PARADIGMAS, UMA TENTATIVA DE SÍNTESE: TOTALIDADE E COMPLEXIDADE AMBIENTAL	38
3. SUSTENTABILIDADE - PARADIGMA OU MATRIZ DISCURSIVA: POR ONDE COMEÇAR?	48
3.1 A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	50
3.1.1 Dos “limites ao crescimento” até o “Desenvolvimento Sustentável”	50
3.1.2 O Delineamento do Desenvolvimento Sustentável como campo de disputa	55
3.2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE	62
3.2.1 A geopolítica do Desenvolvimento Sustentável	69
3.2.2 Desenvolvimento Sustentável na teoria econômica	76
3.3 NOVOS APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS?.....	95
3.3.1 Novo aporte teórico-metodológico: Busca pela redefinição da noção de Desenvolvimento Sustentável	95
3.3.2 Novo aporte teórico-metodológico - Racionalidade ambiental, Ecologia de Saberes e a Via: Ruptura com o Desenvolvimento Sustentável?	101
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

1. INTRODUÇÃO: SUSTENTABILIDADE COMO PARADIGMA OU COMO MATRIZ DISCURSIVA?

Desde meados dos anos 70 e começo dos anos 80, com o reconhecimento, mesmo que parcial, de uma crise de caráter ambiental, iniciaram-se discussões que buscavam o entendimento e a ação sobre as problemáticas que constituiriam tal crise, instaurando-se um campo de disputa simbólica e material sobre esses dois aspectos: a compreensão (o(s) porque(s) da crise ambiental) e a ação (quais medidas a se tomar para o enfrentamento da crise).

Tal campo de disputa se intensificou, durante a década de 1970, com a publicação do Relatório “The Limits to Growth” (“Limites do Crescimento” em português, ou “Relatório Meadows”), texto base para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano realizada em 1972, onde os países considerados desenvolvidos ou centrais divergiram daqueles considerados subdesenvolvidos, em relação às propostas que equalizassem a relação entre crescimento econômico e preservação da natureza; as propostas que surgiram nas discussões pressupunham a necessidade de se frear o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos, algo que, evidentemente, gerou discordâncias por parte de tais países, os quais enxergavam no crescimento econômico vias para o alcance de um padrão de vida semelhante ao atingido pelos países desenvolvidos.

Na década de 1980, a qual foi marcada pela elaboração e implantação global de um ideário econômico neoliberal (ideário que vai além do aspecto econômico, é claro), cunhou-se o termo “Desenvolvimento Sustentável” (DS), o qual foi citado pela primeira vez em 1980, na publicação denominada “World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development” (WCS), elaborada pela *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* – IUCN, com a cooperação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, *World Wild Life Fund* – WWF, *Food and Agriculture Organization* – FAO e *United Nations Educacional, Scientific and Cultural Organization* – UNESCO. O termo ganhou expressão a partir do Relatório Brundtland, documento síntese dos trabalhos conduzidos pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD - criada pela ONU em 1983). Tal relatório serviu como texto base para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada em 1992, e nele o DS é definido da seguinte maneira:

Desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.49)

Assim, passava-se ao entendimento comum de que os problemas ambientais não decorriam apenas da dinâmica de desenvolvimento adotada, eles também condicionariam o tipo de desenvolvimento possível numa dada conjuntura; portanto o fator ambiental seria um limitante ao desenvolvimento, não sendo “apenas” mais uma questão a ser considerada. Todavia, tal entendimento comum não foi suficiente para preencher a névoa teórica e prática do termo, o que possibilitou o conflito simbólico e material em torno do DS. É claro que, em momentos de questionamento da hegemonia interpretativa que tem se consolidado ao redor do desenvolvimento sustentável, procura-se garantir a legitimidade de tal hegemonia a partir do chamamento do elemento comum a todos os discursos e práticas (relacionado a importância da dimensão ambiental), evitando-se o conflito e a ruptura identitária. Mas como se configura, afinal, tal hegemonia interpretativa e também material?

Existem algumas ideias e hipóteses a esse respeito. Alguns autores, como Morín (2013) e Carvalho (2012), consideram que o DS tem se materializado em um processo de manutenção do padrão de acumulação ou do modo de produção da vida vigente, o que inclui não só a manutenção de uma racionalidade econômica, mas também a expansão de tal racionalidade na diversificação de fontes de energia e na apropriação mercantil de bens comuns, básicos para a manutenção da vida.

(...) O que se verifica aqui é apenas a possibilidade projetada (e já em curso, em muitos lugares do planeta) de aprimoramento das idênticas perspectivas de acumulação e desenvolvimento, que dessa forma ganham adicionalmente o direito a virem acompanhadas do qualificativo “sustentável”, que as legitimará, revelando-nos inclusive o significado mais adequado para essa que se tornou uma verdadeira panacéia nos tempos atuais. Tais concretizações em nada alteram ou desafiam as matrizes e referências estruturais do padrão vigente de acumulação. Ao contrário, porque aprimoram e diversificam fontes energéticas e criam novas commodities, garantem sobrevividas ao padrão de acumulação vigente, e por isso já estão sendo praticadas ou sendo colocadas aceleradamente em curso nas escalas e ritmos ditados pelas sociedades urbano-industriais. (CARVALHO, 2012, s/n)

Oliveira *et. al.* (s.d) corrobora com a mesma ideia, ao afirmar que o DS representa “dois objetivos centrais: (1) a manutenção da reprodução do capitalismo e sua consolidação

global no controle da natureza enquanto recurso e (2) a manutenção da pressão Centro/Periferia através da gestão dos recursos naturais dos ‘países dependentes’” (p. 4). Nesse trabalho, o autor vai mais além e afirma que o DS é uma ideologia que:

Fica disfarçada mediante um potente discurso de “Proteção à Natureza”, com a aparência de “bula para salvação do mundo”, que confere uma ilusão de um discurso menos agressor para com o domínio do homem para com a natureza. Ao absorver inclusive as classes dominadas, a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável configura-se como um mecanismo de dominação. Descaracteriza a luta de classes, e incute uma fantasia de que os dogmas propostos são universais. Com esta plataforma bem alicerçada, hoje, dificilmente se permanece imune aos seus reflexos. A ideologia atinge o seu grande objetivo quando se torna, indubitavelmente, senso comum”. (s.d., p. 4)

A partir desses dois exemplos que tratam da possível hegemonia simbólica e material que se configura na proposta do DS, percebe-se que tal proposta começa a assumir, talvez, contornos mais visíveis, apresentando discursos e práticas mais claras.

Nesse sentido posto, pode-se indagar se *o desenvolvimento sustentável poderia, inclusive, ser considerado como um novo paradigma, uma continuação ou aprofundamento de um paradigma já posto, ou uma matriz discursiva?* A noção de paradigma pode assumir inúmeros contornos e definições, sendo um tanto complexa; buscou-se explorar nesta pesquisa as características que o conceito de paradigma pode assumir, de maneira geral, sintetizando-se aquelas assumidas pelo trabalho, em específico. Uma das principais ideias a respeito da noção de paradigma, por exemplo, o vê como uma forma de lente que guia o olhar dos indivíduos sobre a realidade; mas se tratará mais profundamente a esse respeito ao longo da pesquisa.

Dessa forma, não se colocou esse processo, de transformação do DS em paradigma, como certeza, e sim como uma dúvida a ser explorada no decorrer desta pesquisa em suas múltiplas facetas, dialogando-se tal ideia com outras correlatas, como a complexidade da matriz discursiva ambiental e a questão da ruptura paradigmática; pode-se dizer que esta é a ideia mestre guiadora deste trabalho.

O conceito de matriz discursiva também é complexo (sendo inclusive difícil diferenciar a noção de paradigma da noção de matriz discursiva), sendo explorado por alguns autores como Eder Sader e Arlete Moyses Rodrigues. Como será visto, a noção de DS apontada como matriz discursiva também é colocada como uma forma de ocultamento da dinâmica territorial e espacial, a qual está no cerne da problemática ambiental. Se tentará, ao longo do trabalho, abordar a diferença entre paradigma e matriz discursiva, apontando-se aquela noção que parece melhor explicar o surgimento e construção do conceito de DS, de

acordo com a estrutura teórica proposta. Uma diferença que se pode adiantar, por exemplo, é o fato do paradigma ter um sentido que vai da ciência para a sociedade, enquanto a matriz discursiva é construída a partir de diversos agentes sociais, podendo, inclusive, influenciar o próprio conhecimento científico.

Hipoteticamente, no caso do DS posto como paradigma, este não seria um paradigma novo, não se constituindo, portanto, como uma ruptura paradigmática; se buscaria, assim, através da noção de DS, a legitimidade e a manutenção do padrão de acumulação vigente, e se amenizariam críticas sociais recebidas pelas problemáticas socioambientais existentes, mesmo que as respostas dadas não atinjam questões estruturais importantes, permitindo que um processo de homogeneização (epistemológica, cultural, econômica, política, entre outras dimensões) prossiga, colocando-se a diferença a determinado padrão em termos de hierarquia e subordinação.

Morin (2011) também destaca que o DS parece apenas aprimorar o modelo de acumulação vigente, ao afirmar que “la toma de conciencia de la crisis del desarrollo se ha reflejado -aun que sólo de forma parcial, insuficiente y limitada- en la problemática ecológica, lo cual ha conducido a ‘atenuar’ la noción de desarrollo añadiéndole el epíteto de ‘sostenible’. Pero el ‘núcleo duro’ persiste!” (p.28, destaque nosso).

Evidentemente, que tais argumentos se colocam, muito mais como questões do que como certezas, mesmo o fato da sustentabilidade¹, como já destacado, poder ser considerada um paradigma ou matriz discursiva, o que explica a interrogação que compõe o título deste trabalho. Também se deve dizer que existem ideias de alguns autores que, por se contraporem a certos interesses, foram marginalizadas no interior do suposto paradigma ou matriz discursiva da sustentabilidade (ou nunca fizeram parte destes), as quais podem, em seu conjunto, possibilitar uma verdadeira mudança paradigmática, resgatando ou viabilizando-se possibilidades propositalmente esquecidas.

A partir dos exemplos e argumentos iniciais apresentados, este trabalho visou, portanto, discutir os questionamentos apresentados ao longo desta introdução, acerca das intencionalidades dos discursos e práticas do DS, bem como sua relação com contextos societários mais amplos; assim, perguntou-se: *o Desenvolvimento Sustentável, como uma versão renovada da ideia de desenvolvimento, pode ser considerado um paradigma contemporâneo?*

¹ Para os objetivos deste trabalho, os termos “Desenvolvimento Sustentável” e “Sustentabilidade” são tratados como sinônimos, apesar de se reconhecer que possivelmente existem diferenças em suas conceituações, debate que não será explorado nesta pesquisa.

Pelo que foi exposto até aqui, parece claro que este trabalho considera, como hipótese, que a sustentabilidade apresenta-se como paradigma contemporâneo, tendo como intencionalidade hegemônica a manutenção do padrão de acumulação vigente, através de mecanismos que foram discutidos ao longo do trabalho. Além disso, coloca-se como hipótese que o possível paradigma da sustentabilidade também sustenta uma continuidade de colonização dos países do Sul (com processos coloniais internos), em termos epistemológicos e sociais (e não políticos), com a manutenção da hegemonia do paradigma científico moderno. Bases epistemológicas alternativas, muitas das quais surgiram juntamente com a elaboração da ideia do DS, acabaram perdendo espaço na disputa de forças no campo ambiental. Este é um dos fatores que compõem o possível paradigma da sustentabilidade, dentre outros, que foram explorados nesta pesquisa.

Em síntese, o objetivo principal desta pesquisa foi o de discutir a possibilidade de que o DS, em termos discursivos e materiais, tenha se consolidado ou não como um novo paradigma contemporâneo, apresentando-se os elementos (epistemológicos, econômicos, entre outros) que comporiam e caracterizariam tal paradigma.

O cerne deste trabalho encontrou-se, portanto, na busca de argumentos relacionados, principalmente, à sustentabilidade como paradigma e as características que a definiriam como tal. Todavia, como se verá, essa busca dialoga permanentemente ao longo do trabalho com o importante conceito de matriz discursiva (como essa introdução procurou apresentar, desde a escolha de seu título), visto que tal noção se contrapõe, de certa maneira, a ideia de sustentabilidade como paradigma.

1.1 Justificativa

É evidente que a discussão que esta pesquisa propôs não é nova, tanto em relação à crítica ao conceito de desenvolvimento em si, como à sua versão adjetivada do termo “sustentável”, onde muitos autores utilizam tal termo buscando-lhe atribuir um conteúdo diferente daquele hegemônico explicitado. No entanto, em termos simbólicos e materiais, a possível apropriação do DS pela lógica hegemônica descrita anteriormente, constituindo, seja uma matriz discursiva, seja um possível paradigma da sustentabilidade, coloca na invisibilidade os discursos e as práticas alternativas a essa lógica, como já dito, o que configura uma derrota considerável em termos de uma resistência no campo, tanto do território imaterial, como do território material, visto que qualquer prática adjetivada do termo

“sustentável” parece ser suficiente para garantir o conhecimento prévio de sua legitimidade social e de sua intencionalidade.

Derrotas no campo do território imaterial, ou seja, no campo das ideias, prejudicam que coletivos de pensamento com propostas que realmente pressupõem novos valores e princípios civilizatórios possam se materializar, ou possam, mesmo, fortalecer e legitimar aquelas práticas que já existem e não são capturadas por qualquer análise social, as quais encontram dificuldades para escapar daquilo que Harvey (2004) denomina de “acumulação por espoliação”, onde relações não capitalistas são forçadas, por modelos modernizadores/coloniais, a adentrar na lógica capitalista, seja para poderem sobreviver, visto a ausência de políticas que lhes deem condição de reprodução, seja pela própria expansão geográfica do capital.

Além disso, acredita-se que as causas da crise ambiental são mais profundas, com questões cognitivas não passíveis de serem superadas pela possível perspectiva hegemônica que se configura para a sustentabilidade vista como paradigma ou como matriz discursiva, com origens na crise da epistemologia que sustenta o paradigma científico hegemônico, o que coloca a crise ambiental em um sentido mais amplo, de crise civilizatória. É nesse contexto que surge a proposta de um saber ambiental subsidiado por uma nova racionalidade, sendo os discursos em torno da sustentabilidade oriundos desse debate. O possível paradigma da sustentabilidade não consegue, portanto, responder a crise ambiental em sua profundidade e complexidade.

Outra preocupação é que, a sustentabilidade, ao adquirir o possível sentido paradigmático já explicitado, de manutenção do padrão de acumulação vigente, incita mudanças, através de falsos consensos, nas mais diversas áreas e dimensões, como, por exemplo, no incentivo a indicadores que legitimem tal modelo, os chamados indicadores de sustentabilidade, ou através de renovações discursivas, como, por exemplo, aquela que vem ocorrendo nos últimos anos no campo pedagógico, onde propostas de organismos internacionais, como a UNESCO, visam a substituição da concepção de educação ambiental por uma nova proposta, de educação para a sustentabilidade; teoricamente, sabe-se que o campo da educação ambiental não é homogêneo, com vertentes que variam desde uma educação ambiental de caráter mais crítico e transformador, até um tipo de educação ambiental considerado adestrante ou conservador. Cabe, nesse contexto, a questão sobre qual vertente de educação ambiental tal mudança discursiva pretende favorecer ou destacar?

Percebe-se, assim, que não são elementares as preocupações em torno do sentido e das intencionalidades que se materializam ao redor da noção de DS, seja este posto como

paradigma ou como matriz discursiva. Tais intencionalidades, além de possivelmente não responderem a crise ambiental como esta demanda (visto que para alguns autores a crise ambiental nem mesmo existe ou é um problema para o modelo capitalista), também se colocam como fatores de mudança não desejáveis em outros campos, como no campo pedagógico. No debate em torno da questão agrária, por exemplo, é no mínimo questionável ou contraditório que empresas do chamado agronegócio ou agrobusiness, ou mesmo empresas relacionadas à produção de insumos agrários ou aos biocombustíveis, denominem, genericamente, suas atividades como sendo sustentáveis²; inúmeros fatores tornam questionável tal assertiva, como a utilização massiva de agrotóxicos em produções marcadas pelo seu caráter monocultural; aspecto monocultural que pode ser considerado para além da questão da produção, se relacionando também com a expansão de empreendimentos agrícolas sobre terras indígenas, territórios quilombolas, populações ribeirinhas, entre outros grupos que primam por modos de vida distintos, pelo menos em parte, do modo de vida ocidental, ou seja, executa-se uma monocultura do pensamento também. E ainda mais importante, tais atividades são as condutoras de um processo de crescimento econômico predatório, o qual nunca é questionado em suas características.

1.2 Caminho Metodológico

Partindo-se do fato de que a principal proposta deste trabalho é a de discutir a sustentabilidade como paradigma ou como matriz discursiva, o debate de tais noções, em suas diferentes concepções, foi uma das principais preocupações deste trabalho.

Especificamente, buscou-se abordar as principais ideias que permeiam a noção imprecisa de paradigma, destacando-se o diálogo entre o conhecimento construído por Thomas Kuhn e por Edgar Morin em relação ao tema. Seguindo essa mesma lógica, também se buscou discutir como a questão da ruptura/mudança paradigmática se relaciona com a questão ambiental, abordando-se o chamado paradigma da complexidade e a racionalidade ambiental, mantendo-se em análise a questão: o DS seria essa ruptura/mudança paradigmática necessária? Assim, tratou-se das possíveis bases paradigmáticas que dariam corpo a noção de DS, trabalhando-se a questão do pensamento complexo e do paradigma da simplificação.

² Um exemplo de questionamento dessa apropriação do termo “sustentabilidade” por fabricantes de insumos agrícolas pode ser encontrado, simplificada, em reportagem do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), denominado “Fabricantes de agrotóxicos se apropriam da ideia de sustentabilidade”. Disponível em: <<http://antigo.mst.org.br/node/15264>>. Acesso em: 23/jul/2015.

Como contraponto ao arcabouço apresentado acerca da noção de paradigma, também se discutiu a noção de matriz discursiva em sua relação com a questão ambiental e com o conceito de DS em específico.

Em um segundo momento, visto que este trabalho não abordou a sociedade em termos homogêneos e genéricos, e se centrou especificamente sobre a questão ambiental, em seus desdobramentos no conceito de DS, se fez necessária uma análise de tal conceito em termos geopolíticos e econômicos, principalmente, a partir de referencial teórico de autores já descritos neste texto e outros não citados, como Edgar Morín, Enrique Leff, Leandro Oliveira Dias, Arlete Moyses Rodrigues, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Andrei Cechin entre outros autores. Assim, fez-se necessário, primeiramente, a recuperação do histórico e da discussão referente a construção institucional e política do conceito de DS, relacionando tal construção com os respectivos interesses em disputa em torno do termo, os quais permanecem até hoje. Nesse sentido, alguns fatores precisaram ser analisados, principalmente a ordem econômica e social que se estabeleceu em contexto histórico paralelo a elaboração da ideia do DS, se almejando a expressão dos conflitos de interesses existentes no trato da problemática ambiental, bem como os mecanismos que buscaram resoluções consensuais através da denominada “ideologia” do DS; além disso, os atores sociais que se apresentaram no entorno dessa proposta foram analisados.

Em um terceiro momento, por fim, buscou-se uma relação entre as reflexões em torno das concepções sobre paradigma e matriz discursiva, no campo científico e na ordem socioeconômica e política, com aquelas originadas do debate geopolítico e econômico da ideia de DS, para que os pontos convergentes e divergentes, entre o conhecimento científico e os conflitos em torno da problemática ambiental e suas respostas, fiquem mais claros. Para tal análise, o uso de referencial teórico já descrito foi utilizado na abordagem de mudanças em alguns campos específicos, como exemplos da relação entre ciência e questão ambiental.

Se tentou também abordar, mesmo que brevemente, paradigmas concorrentes ao chamado paradigma da simplificação, alguns que tem como base a ideia de paradigma da complexidade de Morin, agregando as noções de decrescimento, de justiça socioambiental, de economia solidária, de agroecologia, entre outras ideias consideradas paradigmáticas, por se constituírem como possíveis novos arcabouços teórico metodológicos para se abordar o problema ambiental.

Dessa maneira, além de se buscar explicitar do que seria composto um possível paradigma ou matriz discursiva da sustentabilidade, buscou-se abordar, mesmo que de forma insuficiente, o que está à sua margem ou mesmo em seu interior, que lhe contrapõe.

2. PARADIGMA E MATRIZ DISCURSIVA: DEFINIÇÕES E DEBATES

Como apontado no caminho metodológico descrito, se iniciará a discussão neste trabalho através do debate das conceituações de matriz discursiva e de paradigma, buscando-se trabalhar tais noções, em suas complexidades e vieses diferenciados, visto que os questionamentos que envolvem a relação de tais conceitos com o DS permearão todo o restante do trabalho, buscando-se indicar aquela noção que melhor caracteriza a ideia de DS.

Especificamente, neste capítulo se tem a intenção de discutir acerca das noções que existem sobre o termo “paradigma” e sobre o termo “matriz discursiva”. Se o objetivo deste trabalho é discutir o que se está chamando de “paradigma ou matriz discursiva da sustentabilidade”, se faz necessário um melhor entendimento quanto aos termos em questão. O eixo central, como já destacado, aponta para a hipótese da sustentabilidade como paradigma, colocando-se a noção da matriz discursiva do DS como importante contraponto. Dessa maneira, se começará apresentando-se a noção de matriz discursiva em sua relação com a questão ambiental e com o DS em específico, trabalhando-se, em seguida, a ideia de paradigma em suas várias definições e sentidos, buscando-se relacionar, também, tal noção com a questão ambiental.

2.1 Matriz Discursiva e o Desenvolvimento Sustentável

Tratar da noção de matriz discursiva neste trabalho implica em se seguir a seguinte lógica: abordar, primeiramente, a noção em seus termos gerais, de caráter mais amplo, para, em seguida, analisar a ideia de matriz discursiva em sua relação com o conceito de DS, apresentando-se os elementos que comporiam uma chamada matriz discursiva da sustentabilidade.

Ponte Junior (2000), ao resgatar o histórico dos movimentos de esquerda em Fortaleza na década de 1980, trabalhando seus discursos e práticas, utiliza-se do que ele chama de conceito teórico-metodológico de “matrizes discursivas”, buscando empreender uma análise dos significados dos discursos dos movimentos citados. De acordo com o mesmo autor, foi Éder Sader quem desenvolveu o conceito de matrizes discursivas, ao utilizá-lo na análise dos novos significados emergentes nos movimentos sociais originados no município de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980. Da análise desenvolvida por Sader, depreende-se que os sujeitos não seriam totalmente livres ou autônomos para definirem e estruturarem seus discursos, não

podendo inventar na hora seus meios de comunicação; nesse sentido, os sujeitos “recorrem a matrizes discursivas construídas e, em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais” (SADER, 1988, p. 142). Todavia, embora participando da cultura instituída, encontram-se também na sociedade, de acordo com o autor, agências sociais que expressam práticas de resistência e buscam rupturas com a cultura hegemônica. Assim, Sader (1988) conceitua que:

As matrizes discursivas devem ser, pois, entendidas como modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significados. Implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como na referência a determinados valores e objetivos. Mas não são simples ideias: sua produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas. (p. 142)

Dessa forma, as matrizes discursivas constituem-se como modos de abordagem da realidade, não sendo simples ideias e, sim, sendo construídas a partir de contextos determinados e com dadas intencionalidades, servindo aos sujeitos na hora destes elaborarem e emitirem seus discursos. A título de exemplo do uso teórico-metodológico da noção de matriz discursiva, pode-se ainda citar Ponte Junior (2000), o qual identifica a presença de três matrizes discursivas distintas, constituidoras de discursos formadores da identidade e da cultura política de sujeitos que orbitavam os movimentos sociais de esquerda da década de 1980 em Fortaleza: a matriz discursiva “humanista solidário-cristã”, a matriz discursiva “liberal-democrática”, e a matriz discursiva “humanista radical-emancipatória”. Ponte Junior (2000), busca então caracterizar as matrizes discursivas identificadas, conforme destacado no trecho abaixo, no qual uma das matrizes discursivas, ainda a título de exemplo, é analisada em detalhe:

(...) A segunda [matriz discursiva], que denominamos de “liberal-democrática”, cujos ideólogos tinham origem nos setores liberais de oposição ao regime militar, identificando-se com o Estado de direito, recorre a argumentos jurídicos como sendo a fonte de legitimidade da ação política, mas simultaneamente critica como ilegítima a ordem jurídica vigente. (PONTE JUNIOR, 2000, p. 71-72)

Ponte Junior (2000), após identificar as matrizes discursivas citadas, aponta a matriz discursiva “liberal-democrática” como hegemônica naquele determinado contexto analisado, com nuances dos valores da matriz discursiva humanista “solidário-cristã”. Assim, no uso teórico-metodológico da noção de matriz discursiva, percebe-se, pelo exemplo apresentando, que ao se buscar caracterizar a construção e uso de dada matriz discursiva, procura-se

identificar e analisar os sujeitos construtores e ideólogos dos discursos, os sujeitos que buscam operacionalizar dada matriz discursiva, bem como o conteúdo, valores e objetivos da matriz discursiva, expresso através de seus conceitos principais.

Exposto o caráter mais geral do conceito de matriz discursiva, é necessário se adentrar na relação específica que se pode estabelecer entre tal conceito e a questão ambiental. Arlete Moyses Rodrigues busca analisar os discursos relacionados ao meio ambiente através do emprego teórico-metodológico da noção de matriz discursiva, caracterizando o que se chama de “matrizes discursivas sobre o meio ambiente”, sendo que o termo DS, que é aquele que nos interessa neste trabalho, é tratado como imerso nestas matrizes discursivas. Nesse sentido, Rodrigues (2011) destaca aquele que seria o principal objetivo das matrizes discursivas ambientais, apontando que “os discursos sobre o meio ambiente têm a finalidade de permitir a continuidade da produção de mercadorias e garantir a apropriação privada das riquezas, reafirmando a ideologia dominante (...) [assim,] a ideologia do ‘desenvolvimento sustentável’ se impõe sem que a essência da crise seja explicitada” (p. 212). Ainda segundo a autora, as matrizes discursivas do meio ambiente ocultam ou invisibilizam aqueles que seriam os verdadeiros responsáveis pelas problemáticas sociais e ambientais, como os proprietários dos meios de produção, das terras e das riquezas, responsabilizando os “‘consumidores’ e os pobres que ocupam as piores áreas, que não interessam ao setor imobiliário” (RODRIGUES, 2011, p. 213). Com isso, as matrizes discursivas sobre o meio ambiente obscurecem os aspectos causais, ou seja, não se aborda a dinâmica mais profunda da desigualdade e da segregação socioespacial, desprezando-se (de forma intencional) categorias importantes de análise, como o território, o espaço, o modo de produção e a sociedade.

O deslocamento discursivo da produção para o consumo oculta as classes sociais (...). Enquanto a produção é concretizada no espaço geográfico, o “consumo” é remetido ao indivíduo. Não há referências ao comércio, ao lugar de troca, mas ao consumidor. Como pode ser ele o responsável pela dilapidação ambiental, se não é quem escolhe o que produzir? Como compreender a totalidade, quando se excluem o espaço geográfico, a produção, a circulação, o comércio, as classes sociais, o mundo do trabalho, as relações societárias e, principalmente, *os agentes formuladores e promotores dos deslocamentos discursivos?* (RODRIGUES. 2011, p. 213)

Com relação a ideia de DS propriamente dita, Rodrigues (2011) destaca que a criação e a difusão do termo DS desloca, assim, a análise da produção para o consumo e “obscurece a existência de trabalhadores, de classes e de extratos de classes sociais, promovendo uma matriz ideológica combinada com a precarização das relações de trabalho” (p. 213).

De acordo com Rodrigues (2011) e outros autores, parece haver um paradoxo na ideia de que a restrição ao consumo ou o chamado “consumo responsável” pode levar ao DS, visto que, pelo lado da produção, são utilizadas técnicas planejadas que forçam a recompra de determinados produtos em um intervalo de tempo reduzido, como a obsolescência programada; tal fato gera um mal-estar proposital no “consumidor”, que, ao mesmo tempo em que se vê responsabilizado pela dilapidação ambiental, tem pouco controle do aparelho produtivo, o qual se encontra nas causas das problemáticas ambientais. A lógica produtiva deveria ser, portanto, alterada, bem como as relações de exploração que permanecem em seu interior. Esse é apenas um exemplo da lógica discursiva colocada pelas matrizes discursivas do meio ambiente. Nesse sentido, Rodrigues (2011) procura apresentar e destacar quais seriam os agentes na construção e operacionalização das matrizes discursivas sobre o meio ambiente, apontando quatro categorias de agentes: agente definidor, agentes determinantes, agentes executores e agentes produtores/promotores. Os agentes definidores e determinantes impõem as matrizes discursivas aceitáveis, como o fato, por exemplo, destacado por Rodrigues (2011), de a natureza aparecer nos discursos como um agente (ao se falar em “conflitos ambientais”, por exemplo), quando na realidade os conflitos são sociais, estando relacionados com a apropriação e a propriedade das riquezas naturais e dos bens produzidos; tal mudança discursiva é induzida pelos agentes definidores e determinantes.

Assim, Rodrigues (2011), ao caracterizar e definir as matrizes discursivas sobre o meio ambiente, aponta que o agente definidor da incorporação (ou institucionalização) da temática ambiental foi a ONU, através da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), as quais foram instrumentalizadas pelos países considerados desenvolvidos e pelas agências financeiras internacionais. Os agentes determinantes, os quais foram responsáveis por concretizar “a hegemonia do pensamento neoliberal, definindo políticas territoriais e espaciais, financiando e apoiando Estados, ONGs e movimentos sociais com financiamento direto ou indireto” (Rodrigues, 2011, p. 215), foram e permanecem sendo o Banco Mundial (formado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento [BIRD] e pela Associação Internacional de Desenvolvimento [AID]) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Constrói-se, dessa maneira, de acordo com Rodrigues (2011), após a CNUMAD, o consenso do DS. Destaca-se que a história da construção política do DS será tratada em capítulo posterior, neste objetiva-se abordar a noção da matriz discursiva, bem como as características próprias das matrizes discursivas do meio ambiente.

Os agentes executores seriam os Estados que se comprometeram com a chamada agenda 21, um dos produtos resultantes da CNUMAD. Nesse sentido, de forma a implementar tal agenda e colocar em prática o DS, os países deveriam promover a cooperação entre si, buscando, principalmente, integrar a questão ambiental no planejamento e definição de programas e políticas públicas, propiciando os recursos e outros meios adequados para tal fim. Na produção coletiva da cidade, realizada na interação hierarquizada (marcada por relações de poder) entre os agentes no território, os Estados também aparecem (ao lado do capital financeiro, promotores imobiliários, proprietários de terra, entre outros) como agentes produtores e promotores do território visando, aparentemente, em conjunto com os agentes definidores e determinantes, atingir o chamado DS. Nesse ponto, Rodrigues (2011) destaca uma das contradições ocultadas pelas matrizes discursivas do meio ambiente, entre muitas outras existentes, dando um exemplo da forma diferenciada de atuação do Estado, dependendo dos interesses e dos agentes envolvidos:

Os setores imobiliários, mesmo quando não cumprem a legislação urbana e ambiental, são considerados alavancadores de desenvolvimento “sustentável” e do progresso. (...) Os ocupantes de terra para moradia estão nas “piores” áreas, aquelas que não interessaram ao capital, e são tidos como dilapidadores do “meio ambiente”. Quando as áreas ocupadas passam a ter interesse para o capital, no entanto, a população é removida, criando conflitos mediados pelo Estado. (RODRIGUES, 2011, p. 216-217)

Outro exemplo de tal aspecto contraditório de atuação do Estado é dado por Maurício Torres, ao tratar da atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o qual, na visão do autor, é permissivo em relação à grandes obras de infraestrutura conduzidas pelo Estado, as quais, na prática, geram impactos ambientais negativos significativos, enquanto age de forma repressiva com relação às atividades produtivas (e também culturais) conduzidas por comunidades tradicionais, as quais, em sua maioria, não tem qualquer impacto ambiental negativo.

A corrente (...) que hoje domina o órgão [ICMBio] em Brasília é classista: o problema é o pobre. Instalar um *resort* em um Parque Nacional para receber milionários é algo muito bem-vindo, mesmo que isso tenha impacto ambiental. Já a comunidade tradicional que fazia um uso absolutamente interessante e menos impactante que o hotel tem que ser expulsa. Os responsáveis pelo órgão são permissivos em relação à usina hidrelétrica de Belo Monte, mas quando veem um

ribeirinho numa canoa, “deus do céu, tira esse monstro daqui, que ele vai acabar com a Amazônia”³.

Nesse sentido, Rodrigues (2011) questiona se é possível uma abordagem ambiental crítica sem se levar em consideração os agentes definidores do modo de produção e reprodução do espaço, sendo que “o ideário do ‘bem comum’ e o que se espera para o ‘desenvolvimento sustentável’ é que seja o alicerce do poder da ideologia que oculta a essência e toma a aparência como realidade” (RODRIGUES, 2011, p. 217). Continuando-se as contradições invisibilizadas pelas matrizes discursivas do meio ambiente, ao mesmo tempo em que se exigem dos Estados a integração da questão ambiental nos diversos programas e políticas públicas, através do planejamento ambiental e outros “instrumentos”, cada vez mais os países aderem à hegemonia do pensamento neoliberal, o qual pede por um Estado mínimo, não interventor, mesmo que o sistema capitalista não possa existir sem a organização normativa e sociopolítica proporcionada pelos Estados constituídos. Dessa forma, ao se submeter a tais imperativos (oriundos dos agentes definidores e dos agentes determinantes), o Estado perde o controle sobre seu território, pouco podendo interferir na dinâmica de produção e reprodução do mesmo.

De acordo com Rodrigues (2011), as matrizes discursivas do meio ambiente, além de ocultarem contradições como as já citadas, também ocultam ou deslocam conflitos sociais. Rodrigues (2011) aborda um exemplo prático de tal deslocamento discursivo, ao analisar a Conferência da ONU sobre Assentamento Humanos, realizada em Istambul em 1996, onde os Estados participantes assinaram a Agenda Habitat II, documento que incorporou o ideário proposto pela Agenda 21. A autora destaca mudanças discursivas ocorridas no documento Agenda Habitat II em relação ao documento Agenda Habitat I, caracterizando a imposição da matriz discursiva sobre meio ambiente dos agentes definidores e determinantes já apresentados.

A propriedade da terra, elemento fundamental para pensar a cidade e o urbano, desaparece na Agenda Habitat II. O destaque passa a ser o “meio ambiente”, ocultando os processos sociais, por imposição dos agentes definidores e determinantes – Banco Mundial e o FMI– onde a hegemonia neoliberal é predominante. A Agenda Habitat I esclareceu questões importantes, obscurecidas posteriormente na Agenda Habitat II, com o consenso forjado sobre o “meio ambiente” e o “desenvolvimento sustentável”. A primeira não propõe o fim da propriedade privada da terra, contudo demonstra que ela contribui para a injustiça

³ Trecho de entrevista concedida pelo cientista social Maurício Torres à “Repórter Brasil”. Disponível em: <<http://rosaluxspba.org/governo-expulsa-da-floresta-comunidades-que-mais-preservam-a-floresta/>> Acesso em: 24/jul/2015.

social e indica que os Estados devem agir sobre as terras urbanas com o objetivo de minimizar desigualdades. (RODRIGUES, 2011, p. 226)

Dessa forma, por fim, a partir do que foi exposto, pode-se dizer o DS visto como matriz discursiva (ou como parte das matrizes discursivas sobre o meio ambiente), se caracteriza por, de maneira predominante, e acompanhando a fase de acumulação flexível do capital, ocultar dinâmicas societárias importantes que se dão no espaço/território, como lugares de produção e reprodução da vida. Nesse sentido, Rodrigues afirma que “a prevalência do ideário sobre ‘meio ambiente’ é insuficiente para analisar a produção e reprodução do espaço, a sociedade, as desigualdades socioespaciais e o território” (RODRIGUES, 2011, p. 228). A autora também aponta que as preocupações sociais e ambientais deslocam-se do campo ambientalista para um campo institucional determinado, a partir do qual se divulgam e se difundem as novas matrizes discursivas.

Assim, por esse entendimento, inúmeras contradições permanecem escondidas através das matrizes discursivas do meio ambiente. De acordo com Rodrigues (2011), enquanto, por exemplo, para se atender ao ideário do DS, criam-se parques, implantam-se programas de coleta seletiva e de educação ambiental, por outro lado, ao não se atentar para a dinâmica complexa da produção e reprodução do espaço, rios são canalizados e tampados para a construção de avenidas, e áreas “verdes” são utilizadas na construção de imóveis de luxo. Para a autora, por fim, devido a construção de tal matriz discursiva do meio ambiente imposta pelos agentes definidores e determinantes já citados, impede-se a constituição de um novo paradigma científico de fato, onde “com um arcabouço teórico e metodológico geográfico radicalmente crítico, poder-se-ia relacionar o ‘ambiente’ a catástrofes, segregação e desigualdade socioespacial” (RODRIGUES, 2011, p. 229). Dessa forma, nesse entendimento, a sustentabilidade é caracterizada como uma matriz discursiva que impede uma mudança paradigmática de fato (considerando a noção de paradigma trabalhada por Edgar Morin, a qual abordaremos posteriormente), que abordasse a crise ambiental em seus múltiplos fatores:

Mudança paradigmática ocorre com rupturas, com alteração de arcabouço teórico e metodológico e não apenas quando se inclui um novo tema [a questão ambiental]. Mudar um paradigma implica uma revolução científica que propiciaria entender a dinâmica da natureza, a produção e reprodução do espaço, as normas societárias, em sua totalidade, com suas contradições e conflitos, e deixaria evidente a importância do espaço e do território. (Rodrigues, 2011, p.210 apud Rodrigues 2009)

Discutida, assim, a noção de sustentabilidade entendida como matriz discursiva, colocada como contraponto a hipótese da sustentabilidade como paradigma proposta por este

trabalho, se faz necessário o aprofundamento da noção de paradigma, para que se possa estabelecer um diálogo entre as noções, com suas diferenças e possibilidades ao serem relacionadas com a ideia de DS.

2.2 Paradigmas e seus múltiplos sentidos

A noção de paradigma é central para este trabalho, contudo definir qual é o significado de tal termo não é uma tarefa simples. Tal termo pode estar associado ao processo do desenvolvimento científico em si, ou pode ter uma significação mais ampla, em termos de paradigmas sociais e políticos. Ambos os entendimentos comumente estão amplamente vinculados entre si, não havendo dicotomia, como destaca Arlete Moysés Rodrigues, ao comentar o conceito de paradigma definido por Thomas Kuhn, visto que “para o autor [Thomas Kuhn], o paradigma se refere aos cientistas (...) há que se salientar, porém, que ele se difunde para a sociedade pela ideologia” (RODRIGUES, 2011, p. 210).

Particularmente, a este trabalho, é de maior interesse a compreensão interligada da noção de paradigma, vinculando desenvolvimento científico e sociedade, por motivos que serão esclarecidos posteriormente, os quais tem estreita relação com as causas profundas da crise ambiental.

Dessa forma, portanto, colocado de maneira introdutória o debate que envolve a noção de paradigma, se faz necessária uma discussão do significado de paradigma que considere suas múltiplas facetas, caminhando-se para os esclarecimentos que interessam a esta pesquisa.

2.2.1 O Paradigma Kuhniano

Segundo Guba (1990), foi Thomas Kuhn aquele que mais se dedicou na construção do significado de paradigma. Dessa forma, se iniciará a abordagem da noção de paradigma discutindo-se, primeiramente, a visão deste autor chave para a temática, o que se denominará de “paradigma kuhniano”, deixando-se claro que suas ideias também ecoaram através de outros autores.

Boeira e Koslowski (2009), em ensaio que busca comparar os conceitos de paradigma construídos e trabalhados por Thomas Kuhn e Edgar Morin em suas respectivas obras, buscam sistematizar as principais ideias de Kuhn no que tange a noção de paradigma, visto

que o autor modificou de forma relevante sua visão em relação a tal noção no decorrer de sua trajetória pessoal.

Segundo os autores, no livro “A Estrutura das Revoluções Científicas”, uma das principais obras de Kuhn, o termo paradigma se apresenta, de forma geral, em grande proximidade com a expressão comunidade científica; desse modo, um paradigma seria “aquilo” que os membros de uma comunidade científica, como coletivo, partilham. O membro de certa comunidade científica passa, portanto, por uma espécie de educação/treino específico, oferecido pela comunidade científica aos seus membros, onde ao final de tal processo, o membro dessa comunidade científica será capaz de ver e perceber na realidade aquilo que o treino/educação lhe capacitou a enxergar e apreender como um fato do real. Dessa forma, da obra de Kuhn se depreende que o conhecimento científico não avança através da contínua acumulação de saberes, em uma trajetória linear e a-histórica, mas sim através de determinada lente que seleciona aquilo que é visível e o que não o é.

Kuhn se baseia na psicologia da gestalt para explicar o fato de uma comunidade científica educar seus membros em um modo de ver que separa o que é relevante do que não é, segundo um paradigma. Para o autor, o perceber/observar e o teorizar são dois lados de um mesmo processo. Toda a divisão entre um e outro é artificial. Nas ciências, para ver e perceber é necessário conhecer; o olhar e o sentir primevos estão, paradoxalmente, além da experiência científica. O perceber do cientista é educado pela teoria. Não se trata de um “ver” ou “perceber” comum a todos os homens, em razão de uma estrutura comum, mas de uma percepção condicionada pela educação específica. (BOEIRA E KOSLOWSKI, p. 94, 2009)

Assim, o “ver” de um membro de dada comunidade científica não é fixado de uma vez por todas, sendo condicionado tanto pelo ambiente como pela tradição específica de ciência na qual o indivíduo foi educado/treinado.

Em “A Estrutura das Revoluções Científicas”, Kuhn foi também criticado por não definir precisamente a noção de paradigma (sendo compreensível a ideia geral abordada anteriormente), ao atribuir pelo menos 22 usos diferentes à ideia de paradigma, segundo o próprio Kuhn (2011) destaca, a partir de análise efetuada por outros autores, onde o conceito de paradigma varia “desde ‘uma realização científica concreta’ até ‘um conjunto característico de crenças e preconcepções’, conjunto este que reúne compromissos instrumentais, teóricos e metafísicos” (p.312). Buscando organizar esses diferentes usos do termo paradigma, Kuhn (2011), no livro “A Tensão Essencial”, divide tais usos em dois grupos/conjuntos, onde “um sentido de ‘paradigma’ é global e abarca todos os compromissos compartilhados por um grupo científico [enquanto] o outro isola um tipo de compromisso particularmente importante

e é, portanto, um subconjunto do primeiro” (p. 312). O sentido global de paradigma é relativo ao que Kuhn denominou de “matriz disciplinar”, enquanto o sentido tido como um subconjunto do sentido global é denominado de “exemplar”.

Na noção de paradigma entendida como “exemplar”, o membro de certa comunidade científica aprende sua ciência através de casos/exemplos bem sucedidos de explicação de dado problema para aquela ciência; ou seja, o paradigma define quais são os problemas a serem resolvidos e quais são os modelos de respostas para tais problemas.

O conceito de paradigma mais importante posterior à Estrutura das Revoluções Científicas passou a ser o de exemplar. Ou seja, a solução exemplar ou modelar de um problema, visto como relevante para a comunidade científica. O paradigma entendido como exemplar deve apresentar uma solução convincente para um problema e permitir pesquisas subsequentes.(...) Isso é bem evidente se consultarmos os livros didáticos de qualquer disciplina científica. É com a exposição a esses casos que o estudante aprende a teoria e não o contrário, segundo a concepção de Kuhn. (BOEIRA E KOSLOWSKI, p. 95, 2009)

A ideia mais geral de paradigma, denominada de matriz disciplinar, contém o exemplar, já abordado anteriormente, e mais três elementos. O primeiro elemento são as generalizações simbólicas, tais como as fórmulas químicas, físicas e matemáticas; o segundo elemento é o conjunto de modelos que descrevem as entidades e eventos que compõem a realidade; o terceiro elemento são os valores, relacionados a aspectos teóricos e metodológicos, tais como a adequação empírica, a coerência interna e com as demais teorias, a fecundidade e a simplicidade.

Dessa forma, no livro “A Tensão Essencial”, Kuhn, ao tentar explicar e/ou esclarecer a ideia de paradigma, acaba lhe conferindo um caráter polissêmico, quase mesmo que substituindo o termo “paradigma” pelas expressões “matriz disciplinar” e “exemplar”, algo criticado por alguns autores, como Edgar Morin, visto que a ideia mais geral de paradigma exposta em “A Estrutura das Revoluções Científicas” acaba perdendo sua centralidade.

2.2.2 Desdobramentos do paradigma Kuhniano

Guba (1990), tendo como objetivo caracterizar os paradigmas que emergiram historicamente, utiliza como base o sentido mais global de paradigma apontado por Kuhn, relacionado a um conjunto básico de crenças, compartilhados por membros de certa comunidade científica, que guiam a ação. Todavia, aqui se fazem necessárias algumas

diferenciações e esclarecimentos; Kuhn, ao tratar historicamente da maneira como se procede o desenvolvimento científico na obra "A Estrutura das Revoluções Científicas", parece se dirigir muito mais às chamadas ciências exatas ou ciências duras.

Kuhn considera que, nestas ciências, o fato de existirem um ou poucos paradigmas amplamente aceitos em seus fundamentos, torna o empreendimento da ciência normal, que visa refinar, ampliar e articular um paradigma que já existe, uma tarefa mais simples e rápida, que fornece a sensação de progresso/desenvolvimento científico; os conhecimentos, como já dito, são passados através de manuais, que possuem questões e soluções modulares, de acordo com dado paradigma. Com relação às ciências humanas, à literatura e à arte, Kuhn considera que estas estão em uma fase pré-paradigmática, visto que os debates não apresentam nenhum tipo de consenso em relação a fundamentos únicos a serem seguidos pelos membros da comunidade científica.

No livro "A Tensão Essencial", no entanto, Kuhn, em nota, altera sua visão, apontando que escolas do chamado período pré-paradigmático também possuiriam paradigmas, vistas como conjuntos básicos de crenças, portanto:

O que quer que sejam, os paradigmas são posse de qualquer comunidade científica, inclusive das escolas do chamado período pré-paradigmático. Minha incapacidade de perceber esse ponto com clareza ajudou a tornar o paradigma uma entidade quase mística ou uma propriedade que, como o carisma, transforma aqueles que são atingidos por ela. Há uma transformação, mas ela não é induzida pela aquisição de um paradigma. (KUHN, 2011, p. 213, destaque nosso)

Assim, Guba (1990) se embasa nesta definição mais global de paradigma construída por Kuhn, para tratar dessa questão, voltada, tanto para a ciência de forma geral, quanto para às ciências humanas e sociais, caracterizando o que seriam paradigmas concorrentes. Nesse ponto, outro aspecto abordado por Kuhn, que será importante posteriormente neste trabalho, é a ideia de que a competição entre paradigmas não pode ser resolvida por meio de provas, existindo outros fatores de interferência, que fogem à lógica científica estritamente, como métodos de convencimento.

Com relação à caracterização feita por Guba (1990), esta volta-se para o que ele denomina de quatro paradigmas principais: o **positivismo tradicional**, historicamente hegemônico, e três paradigmas considerados alternativos, o **pós-positivismo**, a **teoria crítica**, e o **construtivismo**. O empreendimento da caracterização de tais paradigmas, por meio de seus conjuntos básicos de crenças, é conduzido pelo autor através das respostas que os paradigmas fornecem a três questões básicas comuns a todos eles: a respeito do aspecto

ontológico do paradigma (qual é a natureza do conhecível? Ou, qual é a natureza da realidade?); acerca do aspecto epistemológico do paradigma (qual é a natureza da relação entre o investigador e a realidade?); e com relação ao aspecto metodológico do paradigma (de que maneira o investigador deve proceder para “encontrar o conhecimento”?). É claro que a esquematização proposta pelo autor pode acarretar em alguns reducionismos, todavia, tais esquemas proporcionam uma visão geral dos paradigmas, e possíveis limitações não são prejudiciais à compreensão dos mesmos.

O positivismo tradicional, segundo Guba (1990), assenta-se em uma ontologia realista, na crença de que existe uma realidade fora do pensamento, dirigida por leis naturais imutáveis. Portanto, o positivismo possui uma epistemologia objetiva e dual, que se baseia no afastamento/ distância e a não-interação entre o investigador (sujeito) e a realidade (objeto), buscando-se impedir que valores e outros fatores de “confusão” influenciem os resultados. Para o positivismo, em termos metodológicos, a maneira de se perpassar a névoa de confusão do viés do investigador, de um lado, e da propensão da natureza para confundir, em outro lado, tendo como o fim a descoberta da “verdade”, seria a utilização do que Guba (1990) denomina de experimentalismo empírico, com a elaboração de questões e hipóteses que estejam sujeitas a testes empíricos de falsificação, sob condições estritamente controladas.

Neste ponto, Guba (1990) ressalta que existem muitas formas de se minar esse sistema de crenças básicas do positivismo. Uma dessas tentativas é a construção do chamado paradigma pós-positivista, considerada pelo autor como uma versão modificada do positivismo, o qual ainda mantém em foco a perspectiva da predição e do controle da natureza. Todavia, em termos ontológicos, o pós-positivismo, apesar de também acreditar na existência de um mundo real dirigido por causas naturais reais, considera que é impossível para os seres humanos, com seus aparelhos sensoriais e intelectuais imperfeitos, verdadeiramente captarem tal realidade externa; com isso, o pós-positivismo coloca que se faz necessária a passagem de uma postura realista ingênua para uma postura realista crítica, que considere as dificuldades de percepção da realidade. Assim, no pós-positivismo, o ideal da objetividade é mantido, contudo de forma modificada, visto que a objetividade, dadas as limitações humanas, podem ser somente aproximadas, não absolutas; pode-se fazer uso de avaliadores externos, da própria comunidade científica, com o fim da aproximação da “verdade” objetiva e da manutenção da neutralidade tanto quanto for possível.

Metodologicamente, o pós-positivismo acredita que é essencial que as descobertas/resultados de uma investigação se baseiem em fontes múltiplas (de dados, teorias e métodos), visto que nenhuma fonte pode garantir uma objetividade absoluta.

Ao tratar das crenças básicas relacionadas a chamada teoria crítica, o autor destaca a extrema heterogeneidade de tal teoria, a qual englobaria em seu interior o neo-marxismo, o materialismo, o feminismo, a investigação participativa, entre outros movimentos, podendo também ser chamada de “investigação orientada ideologicamente”. Apesar das possíveis diferenças existentes entre tais movimentos citados, todos convergem para a rejeição da ideia de que investigações científicas são livres de valores, algo preconizado pelos positivistas e pós-positivistas; portanto, tal discussão subjetiva adquire centralidade na teoria crítica.

A teoria crítica possui como pressuposto central o fato de que, por serem construções humanas, os paradigmas refletem inevitavelmente os valores dos investigadores. Portanto, a realidade é vista a partir de uma janela/referencial de valores, e não “como ela é”. Guba (1990) aponta que tal pressuposto retira a suposta neutralidade da realidade objetiva, ou seja, os valores que guiam a investigação não são genéricos, estando associados a sistemas de valores em específico, os quais podem enfraquecer ou empoderar grupos determinados, dependendo das escolhas feitas pelos investigadores. Assim, a investigação torna-se um ato político.

A grande contradição apontada pelo autor é que, apesar de considerar que os valores do investigador interferem no processo de investigação da realidade, na teoria crítica ainda se mantém a ideia de que a “verdade” da realidade pode ser captada, acreditando-se em uma realidade objetiva. Portanto, em termos ontológicos, a teoria crítica, assim como o pós-positivismo, é realista crítica, ou seja, acredita que a realidade possa ser captada objetivamente, todavia, não de maneira ingênua; epistemologicamente, a teoria crítica, ao contrário do positivismo e do pós-positivismo, é subjetivista, ao crer que os valores do investigador interferem de maneira não-neutra no processo científico.

Metodologicamente, a teoria crítica busca uma abordagem dialógica, mais do que uma abordagem manipulativa/experimental, como a adotada pelos positivistas. Nessa abordagem, busca-se a eliminação da “falsa consciência” e a reunião dos indivíduos em torno de um ponto de vista comum; em termos gerais, parte-se da realidade caótica e, por abstrações, analisam-se elementos mais simples de tal realidade; faz-se então o caminho inverso, dos elementos mais simples até a realidade caótica, a qual não será caótica mais, e sim uma síntese da realidade objetiva refletida no pensamento.

Por último, Guba (1990) procura caracterizar o chamado paradigma construtivista, o qual, para o autor, ao contrário do paradigma pós-positivista e da teoria crítica, acredita que o paradigma positivista deva ser totalmente substituído. Como colocado, o paradigma pós-

positivista compartilha muitas semelhanças com o positivismo, assim como a teoria crítica, em termos epistemológicos principalmente.

O construtivismo possui como fator principal de análise a questão da linguagem. Tendo-se em vista que os fatos coletados da realidade precisam necessariamente passar pelo processo da linguagem para se tornarem teorias ou proposições, tem-se que não existe independência entre fato e teoria, ou seja, a tarefa de captar a realidade como ela realmente é e como ela realmente funciona é perdida no processo da linguagem; a realidade somente existiria, portanto, no contexto de um quadro mental construído.

Outro argumento apontado pelo construtivismo, como defesa da ideia da total substituição do positivismo, é a necessária subdeterminação da teoria, visto que, para um mesmo corpo de fatos, podem existir inúmeras teorias explicativas; assim, nem sempre é possível uma explicação inequívoca, podendo existir inúmeras construções e nenhuma base fundacional que sirva como critério de escolha de alguma delas.

Outro ponto do construtivismo é a concordância com a teoria crítica, no que tange ao argumento de que não há como a investigação ser livre de valores. Assim, a realidade pode ser vista a partir de uma janela de valores e de uma janela de teorias.

No que tange a relação entre o investigador e o objeto investigado, no construtivismo a distinção entre ontologia e epistemologia torna-se praticamente obsoleta, levando-se em consideração que a objetividade não é possível, dada a influência dos valores do investigador e da linguagem teórica. O conhecimento, visto como uma construção humana, nunca seria, dessa forma, passível de ser certificado como a verdade absoluta. Este é um ponto polêmico do construtivismo, visto que os resultados do processo de investigação não seriam um reflexo da realidade objetiva, como na teoria crítica, e sim resíduos de um processo que, literalmente, cria tal realidade.

Assim, para o construtivismo, em termos ontológicos, dado que não existe nenhum processo que permita captar a verdade absoluta da realidade, deve-se tomar uma posição relativista, que considere a multiplicidade da realidade, com existência nas mentes dos indivíduos, e faça avaliações contextuais.

Epistemologicamente, o construtivismo, assim como a teoria crítica, toma uma posição subjetivista, onde a realidade existe somente nas mentes dos indivíduos. Aqui, no entanto, apesar de Guba (1990) não ressaltar tal ponto, parece haver uma diferença entre o conceito de subjetividade para a teoria crítica e para o construtivismo; na teoria crítica o sujeito é um ser social, com sua subjetividade formada, portanto, a partir do contexto social construído coletivamente; já para o construtivismo, a subjetividade parece estar relacionada a

algum aspecto de essência do indivíduo, de forma dissociada do contexto. Em termos metodológicos, o construtivismo busca explicitar e refinar construções individuais, de forma a compará-las com o fim de gerar construções que sejam consensuais.

Este panorama traçado acerca dos paradigmas concorrentes na ciência, de forma geral, e nas ciências humanas e sociais, de maneira específica, nos será de grande utilidade posteriormente, quando discutiremos de maneira mais focada a relação entre esses paradigmas científicos e a sustentabilidade. A questão da concorrência entre tais paradigmas não pode ser perdida de vista; colocada como nota de rodapé por Kuhn (2011), como já dito, tal questão adquire relevância neste trabalho por indicar que não existem bases fundacionais, ou uma lógica interna mais válida que outras, que indiquem a proeminência de um paradigma em relação aos outros; tal hegemonia se dá por questões de convencimento da comunidade científica, mas também por fatores de ordem sociopolítica, sendo que este ponto nos é sensível visto que permite uma abertura para que a questão do paradigma saia da ordem estritamente científica.

Todavia, como será visto a seguir, Edgar Morin não considera que os “paradigmas” abordados por Guba sejam de fato paradigmas, sendo o positivismo tradicional, o pós-positivismo, a teoria crítica e o construtivismo, nada mais que os métodos de análise, as ferramentas teórico-metodológicas, ou seja, as partes visíveis de paradigmas muito mais profundos, os quais não se expressam tão facilmente.

2.2.3 Edgar Morin e a ideia de paradigma

Para Edgar Morin, Kuhn, ao tentar formular respostas acerca das críticas que recebera pela imprecisão da noção de paradigma, busca, em um primeiro momento, localizar ou basear tal noção socioculturalmente, para depois abandoná-la gradualmente. Portanto, para Morin, Kuhn, em suas obras, atribuiu ao termo paradigma um sentido ao mesmo tempo forte e difuso: forte porque possui um valor radical de orientação epistemológica e metodológica, exercendo forte poder sobre as teorias; difuso “porque oscila entre diversos sentidos, cobrindo in extremis, de maneira vaga, a adesão coletiva dos cientistas a uma visão de mundo” (Boeira e Koslowski, 2009, p. 103). Assim, é com esta ideia mais difusa de paradigma que Guba, por exemplo, desenvolve seus argumentos, como apontado anteriormente.

De acordo com Morin, a dificuldade de Kuhn para definir de forma precisa a noção de paradigma advém do fato de que tal noção é obscura por si só, tornando-se cada vez mais

obscura a medida que se busca o aprofundamento em seu caráter primeiro, fundador, não podendo ser isolada verdadeiramente.

Boeira e Koslowski (2009, p. 96) sintetizam da seguinte forma a progressão do pensamento Kuhniano:

Observa-se que o termo paradigma é polissêmico no desenvolvimento da filosofia da ciência de Kuhn. Os principais significados de paradigma em Kuhn são o de matriz disciplinar, composto de quatro elementos (as generalizações simbólicas, os modelos, os valores e o exemplar). O segundo significado fundamental de paradigma é o de exemplar, que já estava contido na noção de matriz disciplinar, mas tornado, no pensamento maduro de Kuhn, como a noção principal de paradigma (...). Cabe ressaltar também outro aspecto: o vínculo estreito entre paradigma e comunidade científica, isto é, um paradigma sempre é uma propriedade de uma comunidade, não de um sujeito isolado.

Edgar Morin apresenta convergências e divergências com relação ao pensamento Kuhniano no que tange a noção de paradigma. De acordo com Boeira e Koslowski (2009), é no quarto volume de uma das obras de Morin, “La Méthode”, em que há um capítulo exclusivo sobre a noção de paradigma, capítulo chamado de “O pensamento dissimulado (paradigmatologia)”.

De acordo com Morin (2008), todo o conhecimento opera através da seleção de dados significativos e exclusão/rejeição de dados não significativos (para aquele tipo de pensamento e sua lógica), sendo que esse processo ocorre através de determinadas operações do pensamento: separação, união, hierarquização e centralização (operações sintetizadas posteriormente, por Morin, como sendo de conjunção, disjunção, implicação, dentre outras); tais operações lógicas seriam “comandadas por princípios supralógicos de organização do pensamento ou *paradigmas, princípios ocultos que governam a nossa visão das coisas e do mundo sem que disso tenhamos consciência*” (MORIN, 2008, destaque nosso, p. 14-15). Assim, os indivíduos conhecem, pensam e agem conforme o(s) paradigma(s) culturalmente inscritos neles.

De acordo com Morin, a definição de um paradigma, como sendo um princípio oculto que governa a visão dos indivíduos, é uma conceituação de caráter, ao mesmo tempo, lógico, semântico e ideológico, como é explicitado no trecho abaixo:

Semanticamente, explica [Morin], um paradigma determina a inteligibilidade e dá o sentido; logicamente, determina as operações lógicas principais e, ideologicamente, é o princípio primeiro de associação, eliminação e seleção que determina as condições de organização das ideias. É em razão do que o autor [Morin] chama de ‘triplo sentido generativo e organizacional’ que o paradigma orienta, governa, controla a organização dos raciocínios individuais e dos sistemas

de idéias que lhe obedecem. (Morin, 2002 apud BOEIRA E KOSLOWSKI, p. 100, 2009)

Em busca de uma síntese, Boeira e Koslowski (2009) elencam os 12 principais aspectos da noção de paradigma trabalhada por Morin, os quais podem ser resumidos da seguinte forma:

1. Trata-se de conceito não passível de falsificação, isto é, encontra -se ao abrigo de qualquer verificação empírica, embora as teorias científicas que dele dependem sejam passíveis de refutação;
2. Dispõe de princípio de autoridade axiomática. Embora não se confunda com os axiomas, é o seu fundador, e a autoridade do axioma (verdade que não necessita ser provada) legitima retroativamente o paradigma;
3. Esta noção de paradigma dispõe de um princípio de exclusão: exclui não só os dados, os enunciados e as ideias que não se ajustam ao que ela prescreve, mas também os problemas que não reconhece;
4. Aquilo que o paradigma exclui por não existir torna-se um ponto cego. Assim, segundo o paradigma estruturalista, o sujeito e o devir seriam ficções;
5. O paradigma é invisível. Situado na ordem inconsciente e na ordem sobreconsciente, ele é o organizador invisível do núcleo organizacional da teoria, em que dispõe de um lugar visível. É assim invisível na organização consciente que controla. É um princípio sempre virtual que constantemente se manifesta no que gera. Não se pode falar dele senão a partir das suas atualizações, as quais o exemplificam: ele só aparece através dos seus exemplos;
6. O paradigma cria a evidência auto-ocultando-se. Como é invisível, aquele que lhe está submetido pensa obedecer aos fatos, à experiência, à lógica, quando a verdade é que a ele que obedece em primeiro lugar;
7. O paradigma é co-gerador do sentimento de realidade, visto que o enquadramento conceptual e lógico do que é percebido como real tem a ver com a determinação paradigmática, ou seja, o paradigma propicia o recorte específico da realidade. Assim, aquele que obedece ao paradigma da Ordem pensa que todos os fenômenos deterministas são fatos reais, e que os aleatórios são apenas aparências;
8. A invisibilidade do paradigma torna-o invulnerável. Contudo, seu ponto fraco pode ser identificado: em toda sociedade, em todo grupo, existem indivíduos desviantes, anônimos,

em relação ao paradigma reinante. Além disso, por raras que sejam, há revoluções de pensamento (paradigmáticas);

9. Há incompreensão e antinomia entre paradigmas diferentes, isto é, entre pensamentos, discursos, sistemas de ideias comandados por paradigmas diferentes; de toda forma, estes possuem pontos de contato, de possível diálogo;

10. O paradigma está recursivamente ligado aos discursos e sistemas que ele gera. Ele apoia aquilo que o apoia. Como em toda organização recursiva viva, o gerador tem constantemente necessidade de ser regenerado pelo que ele gera, e tem, portanto, necessidade de confirmação, provas, etc.;

11. Um grande paradigma determina, via teorias e ideologias, uma mentalidade, uma visão de mundo. Uma revolução paradigmática modifica o nosso mundo. Um grande paradigma comanda a visão da ciência, da filosofia, da razão, da política e da moral;

12. Invisível, um paradigma não pode ser atacado, contestado ou vencido diretamente. É preciso que ele tenha fissuras no conjunto das concepções e teorias que sustenta, com o surgimento de novas teses ou hipóteses que deixem de obedecer a esse paradigma, e que se multipliquem as verificações e confirmações de novas teses ali onde fracassaram as anteriores.

Dessa forma, para Morin, **existem paradigmas grandes e pequenos, amplos ou restritos**, todavia, diferenciando-se de Thomas Kuhn, para o autor existe um grande paradigma dominante na ciência moderna, chamado de **paradigma disjuntor-redutor ou paradigma simplificador**, o qual opera através dos mecanismos lógicos já citados.

Além dos mecanismos lógicos, o paradigma simplificador possui o aspecto de seleção das categorias-chave e da inteligibilidade, onde tais “conceitos-chave são selecionados e selecionadores [por exemplo, a Ordem, nas concepções deterministas; a Matéria, nas concepções materialistas; o Espírito, nas concepções espiritualistas; a Estrutura, nas concepções estruturalistas], pois excluem ou subordinam os conceitos a eles antinômicos (a desordem ou o acaso, o espírito, a matéria, o acontecimento)” (BOEIRA E KOSLOWSKI, p. 101, 2009).

Vivemos sob o império dos princípios de disjunção, de redução e de abstração, cujo conjunto constitui o que eu chamo de paradigma da simplificação. Descartes formulou este Paradigma mestre do Ocidente, ao separar o sujeito pensante e a coisa extensa, quer dizer, filosofia e ciência, e ao colocar como princípio de verdade as idéias claras e distintas, ou seja, o próprio pensamento disjuntivo. Este paradigma (...) permitiu sem dúvida os grandes progressos do conhecimento científico e da reflexão filosófica; as suas consequências nocivas últimas só

começam a revelar-se no século XX. (...) O princípio da disjunção isolou radicalmente uns dos outros os três grandes campos do conhecimento científico: a física, a biologia, a ciência do homem. (...) O pensamento simplificador é incapaz de conceber a conjunção do uno e do múltiplo: ou ainda unifica abstratamente ao anular a diversidade, ou, pelo contrário, justapõe a diversidade sem conceber a unidade. (MORIN, 2008, p. 17-19)

Exemplificando tais mecanismos descritos, para Morin existem dois paradigmas dominantes no que diz respeito a relação homem/natureza. Um deles inclui o homem no natural, sendo que as operações governadas por tal paradigma fazem do homem um ser natural, reconhecendo sua natureza humana; o outro paradigma dominante opera a disjunção entre homem e natureza e determina o que há de específico no homem excluindo-se a ideia de natureza. No entanto, tais paradigmas opostos, de acordo com Morin, obedecem a um paradigma mais profundo, que é *o paradigma da simplificação*, o qual prescreve a redução do homem ao natural ou a disjunção entre o humano e o natural, “o que impede a concepção da unidualidade (natural e cultural, cerebral e psíquica) da realidade humana, impossibilitando também que se conceba a relação, ao mesmo tempo, de implicação e de separação entre o homem e a natureza (Morin, 2002, p. 304 apud BOEIRA E KOSLOWSKI, p. 101, 2009)”.

De certa forma, portanto, pode-se dizer que a concepção de paradigma construída por Morin vai além da ideia de paradigma entendido como matriz disciplinar ou como exemplar, na noção construída por Kuhn, voltando-se para a ideia de princípios ocultos obscuros, os quais só são visíveis a partir das teorias e métodos de análise que o constituem, e não por si mesmos (ou seja, as teorias e métodos de análise seriam as partes visíveis do paradigma simplificador). Assim, pode-se dizer que Morin inspira-se em Kuhn em sua elaboração da noção de paradigma, ou seja, ambos partem de ideias iniciais parecidas, as quais se diferenciam conforme se necessita da elaboração de maiores explicações e detalhamentos. Morin segue um caminho que busca a macro articulação disciplinar, se contrapondo aos princípios ocultos que regem o conhecimento científico dividido em disciplinas, enquanto Kuhn busca desenvolver sua ideia de matriz disciplinar e de coletivos do pensamento:

Enquanto na trajetória intelectual de Kuhn a disciplina apresenta-se como o período paradigmático estável, de uma ciência madura, na trajetória intelectual de Morin a disciplina é vista como base para superações ou derivações inter e transdisciplinares. (BOEIRA E KOSLOWSKI, p. 101, 2009)

2.2.4 Morin e o pensamento complexo

Em confronto ao paradigma da simplificação, segundo Morin, está o chamado paradigma da complexidade ou pensamento complexo. Coloca-se, desta forma, para se diferenciar o paradigma da complexidade, mas, na realidade, Morin (s/d) destaca que o “pensamento complexo não é o contrário do pensamento simplificador, mas integra este” (p. 18), operando a união entre simplicidade e complexidade.

De acordo com Morin (s/d), foram três teorias, principalmente, surgidas nos anos 50, as quais possibilitaram um aporte necessário para se adentrar no universo do pensamento complexo. A primeira teoria foi a da cibernética, de Norbert Wiener, que desenvolveu a ideia de retroação e circularidade, a qual:

(...) estava latente desde a obra de Marx, na qual a superestrutura retroage sobre a infra-estrutura. Essa idéia de ciclos retroativos, que quebram a causalidade linear, mostra que os fatos podem, eles próprios, tornar-se causadores, ao retroagir sobre a causa, como Pascal já havia assinalado. Essa recursividade tem dois aspectos: um, regulador, que impede que os desvios destruam os sistemas; e outro potencialmente destruidor, chamado de feedback positivo, que os fazem explodir.. (MORIN, p.5, s/d)

Ainda de acordo com Morin (s/d), outro pensador, o nipo-americano Magoroh Maruyama, com relação a ideia de retroação, apontou que não se pode ter criação, a não ser por meio dos feedbacks positivos (desregulação); ou seja, quando um sistema se desregula, há um desvio que se amplifica, onde esse sistema (sobretudo se é complexo- social ou humano) em vez de se desgovernar pode transformar-se

O segundo aporte conceitual veio através da teoria dos sistemas, onde a ideia principal é a de emergência, em que o todo é maior que a soma de suas partes, e onde as partes também contem a totalidade do sistema.

O terceiro aporte de ideias surge com a teoria da informação, de Shannon e Weaver, sendo um instrumento “capaz de lidar com a incerteza, com o inesperado (...) extrai-se do mundo do ruído algo de novo e muitas vezes surpreendente” (MORIN, p. 6, s/d). Com relação às três teorias, Morin aponta que elas formam a base que explica o processo de auto-eco-organização dos seres vivos:

Essas três teorias formam uma espécie de "rés-do-chão". No primeiro estágio, pode-se colocar a contribuição de Von Foerster e Von Neumann. Este, refletindo sobre a diferença entre as máquinas artificiais (...) e as máquinas naturais (...), perguntou-se: por que as primeiras, logo que comecem a funcionar, iniciam seus

processos de usura e degradação, enquanto que as segundas – os seres vivos – podem progredir, evoluir? A resposta é que os viventes têm o poder da auto-reparação, da auto-reforma. A segunda idéia, de Von Foerster, é a "ordem a partir do ruído". Seu jogo experimental era o seguinte: tomava de uma caixa, dentro da qual colocava cubos com determinados lados imantados. Em seguida provocava agitação, (...) a desordem. Apesar disso, a presença de um princípio de ordem – os ímãs – permitia que os cubos chegassem a uma arquitetura bem organizada. Eis o fenômeno da auto-organização. (MORIN, p.6, s/d)

Após o primeiro estágio, da auto-reparação, há o segundo estágio, denominado de auto-eco-organização, onde um ser vivo, para ser autônomo, depende do meio ambiente, de onde retira energia já organizada.

O processo de auto-eco-organização, tendo como base as três teorias explicitadas por Morin, exemplifica o fato de que a separação entre o conhecedor e o conhecido não pode ser alcançada, um dos princípios fundamentais do pensamento complexo. Morin aponta que o conhecimento é uma tradução, uma reconstrução da realidade, não havendo conhecimento sem integração do conhecido a priori, o qual pode ser minimizado através do uso do método de análise, mas não totalmente suprimido através deste. Estas circunstâncias também se dão nos fenômenos sociais e humanos, onde sujeitos como sociólogos e economistas, por exemplo, como partes integrantes da sociedade, são formados pela totalidade desta, o que inclui a cultura e a linguagem. Dessa forma, Morin destaca o que já se apontou neste trabalho, de que o paradigma atual é o da disjunção e da redução (paradigma da simplificação), o qual nos torna cegos em um contexto de globalidade e mundialização. Uma mudança paradigmática consistiria em se passar para um paradigma de religação, conjunção, implicação mútua e distinção (paradigma da complexidade), no qual não se está isento de riscos.

O laço entre complexidade e solidariedade não é mecânico. Uma sociedade muito complexa proporciona muitas liberdades de jogo a seus indivíduos e grupos. Permite-lhes ser criativos, algumas vezes delinquentes. A complexidade tem, assim, seus riscos. Ao atingir o extremo da complexidade a sociedade se desintegra. Para impedi-lo, pode-se recorrer a medidas autoritárias; entretanto, supondo que desejemos o mínimo possível de coerção, o único cimento que nos resta é a solidariedade vivida. (MORIN, p.10, s/d)

Morin (s/d) aponta que o pensamento complexo busca lidar com três desafios colocados pelo paradigma da simplificação: a relação entre a ordem, a desordem e a organização; a questão da separabilidade ou a distinção entre separabilidade e não-separação; e o problema da lógica; já se tratou um pouco desses três desafios neste trabalho, com outros

nomes. Desses três desafios, de acordo com o autor, podem ser tiradas as três vertentes principais do pensamento complexo.

A primeira vertente é a de discutir sem dividir, ou seja, “pensar a complexidade é respeitar a tessitura comum, o complexo que ela forma para além de suas partes” (Morin, s/d, p. 4). A segunda vertente é a da imprevisibilidade ou incerteza, visto que um pensamento complexo deve ser capaz de não apenas religar, mas de também saber lidar com a incerteza; nesse sentido, Morin (s/d) aponta que o pensamento capaz de lidar com a incerteza existe, mesmo que de modo ainda insuficiente, no domínio das ciências (com o uso da estatística, por exemplo), porém não nos âmbitos social, econômico, psicológico e histórico. A terceira vertente, segundo Morin (s/d), é a da oposição da racionalização fechada à racionalidade aberta, onde a primeira pensa que é a razão que está a serviço da lógica (ou seja, pode-se ter um discurso lógico, mas vazio de razão), enquanto a segunda imagina o inverso; desse modo, racionalizar significa crer que a perfeição de um sistema está em sua coerência lógica, independente de sua possível verificação ou não.

De acordo com Morin (s/d), o paradigma da complexidade pode ser caracterizado, principalmente e sinteticamente, por sete princípios:

1. Princípio sistêmico ou organizacional, o qual liga o conhecimento das partes ao conhecimento do todo; assim, a idéia sistêmica se opõe a idéia reducionista de que o todo é somente a soma das partes, com a organização do todo apresentando qualidades novas, as chamadas emergências;

2. Princípio hologramático, com a parte estando presente no todo, mas também com o todo estando presente na parte;

3. Princípio do anel retroativo e do anel recursivo, os quais rompem com a ideia linear de causa-efeito, com a causa agindo sobre o efeito e este sobre a causa; um exemplo é a relação que se estabelece entre os indivíduos e a sociedade, visto que “os indivíduos humanos produzem a sociedade nas suas interações, mas a sociedade, enquanto todo emergente, produz a humanidade desses indivíduos fornecendo-lhes a linguagem e a cultura” (Boeira e Koslowski, p. 106, 2009);

4. Princípio da auto-eco-organização, conforme já apresentado, onde os organismos vivos são dependentes de seu meio ambiente para poderem promover a sua auto-organização, retirando energia, informação e a própria organização de seu meio externo;

5. Princípio dialógico, o qual pressupõe a união de duas noções ou ideias que se excluem, mesmo sendo indissociáveis em uma mesma realidade; assim, pode-se assumir a

associação entre duas noções contraditórias para se compreender um mesmo fenômeno complexo;

6. Princípio da reintrodução daquele que conhece em todo conhecimento, onde o sujeito é assumido como parte importante e central da relação entre sujeito e objeto nos processos de construção do conhecimento, iluminando-se “a problemática cognitiva central – da percepção à formação de teorias científicas, todo conhecimento é uma reconstrução/tradução por um espírito/cérebro numa certa cultura e num determinado horizonte temporal” (Boeira e Koslowski, p. 106, 2009).

A partir do que foi exposto, pode-se dizer que o paradigma da complexidade relaciona-se, portanto, a outras noções importantes, como a dialética e a totalidade, conforme será melhor discutido ao final deste capítulo, no tópico “Paradigmas, uma tentativa de síntese: Totalidade e Complexidade Ambiental”.

Antes de avançarmos, no entanto, pode-se fazer um breve panorama do que significa analisar a questão da sustentabilidade como um paradigma, a partir do entendimento de Morin ou de Kuhn sobre tal noção.

Pode-se dizer que considerar as ideias e construções de Morin acerca da noção de paradigma implica em se ter como base a existência de um paradigma mais profundo, cultivado no Ocidente, denominado de paradigma da simplificação; tal paradigma pode ser superado/rompido através do paradigma da complexidade. Tais paradigmas possuem suas respectivas características, com complementaridades e divergências; a passagem para o paradigma da complexidade, segundo Rodrigues (2011), implica na construção e adoção de novos métodos e teorias, os quais busquem a macro articulação disciplinar e possuam uma perspectiva de totalidade. Portanto, adotar tais ideias como referenciais implica em se caracterizar e analisar como a questão da sustentabilidade, em seu construto científico e político, pode ser entendida como um paradigma, ou não, a partir das noções de paradigma da simplificação e paradigma da complexidade.

Por outro lado, analisar a sustentabilidade como um paradigma a partir da noção trabalhada por Thomas Kuhn implica em ter como base suas noções de matriz disciplinar, de exemplar e de coletivos do pensamento, os quais estão em disputa paradigmática.

De toda forma, tais noções de paradigma não se anulam, possuindo como elemento comum a ideia mais geral de que os paradigmas são princípios ocultos, que governam nossa visão de mundo, sendo visíveis somente a partir de suas consequências teóricas e metodológicas. Ou seja, é possível se discutir a questão da sustentabilidade como paradigma a partir das noções trabalhadas tanto por Kuhn, como por Morin, desde que se leve em

consideração as diferenças principais entre tais noções. Uma delas é a de que Morin considera a existência de um paradigma mais profundo, o qual governa os demais paradigmas existentes, onde estes se assemelhariam as ideias de coletivos do pensamento e matriz disciplinar, trabalhadas por Kuhn, ou a noção de paradigmas concorrentes trabalhada por Guba, vistas por Morin como métodos de análise, mais próximos ou do paradigma da simplificação ou do paradigma da complexidade.

Colocado este panorama parcial acerca da noção de paradigma, se faz necessário discutir algumas noções que se relacionam com alguns princípios do paradigma da complexidade descrito por Morin, como a chamada Epistemologia do Sul, a qual também critica o paradigma da simplificação, defendendo o diálogo entre a ciência (dividida em disciplinas) e outras formas de saberes. Dessa forma, posteriormente, se apresentará um panorama final acerca da noção de paradigma discutida neste capítulo.

2.3 O pós-modernismo e a Epistemologia do Sul de Sousa Santos

Antes de adentrarmos na relação entre paradigmas e sustentabilidade, faz-se necessária a caracterização de outro paradigma concorrente com os demais (o qual se aproxima e dialoga com a noção de paradigma da complexidade), descrito principalmente por Boaventura de Sousa Santos, o qual tece críticas e considerações ao chamado paradigma da simplificação e aos métodos e teorias que se baseiam em tal paradigma e são a parte visível deste. A partir dessas críticas, Sousa Santos descreve novas possibilidades paradigmáticas.

Primeiramente, Sousa Santos (2010), tece críticas ao positivismo (em suas várias vertentes), considerando que este, e suas “variações”, como desdobramentos do paradigma da simplificação, dão sinais de esgotamento como métodos de análise sustentadores das ciências em geral e das ciências humanas e sociais em específico, podendo se falar em uma crise paradigmática. Sousa Santos (2010) aponta no paradigma da simplificação os mesmos problemas abordados por Morin, como: a distinção entre sujeito e objeto e entre natureza e sociedade ou cultura; a redução da complexidade do mundo a uma concepção da realidade dominada pelo mecanicismo determinista e da verdade como representação transparente da realidade; uma separação absoluta entre conhecimento científico-considerado único válido e rigoroso- e outras formas de conhecimento; e a hostilidade com relação à investigação das “causas últimas”, consideradas metafísicas, e centradas na manipulação e transformação da realidade estudada pela ciência

Das ideias apontadas anteriormente, se pode perguntar quais seriam as variações do positivismo às quais o próprio Sousa Santos se refere? Dado que, como foi abordado anteriormente, o pós-positivismo e a teoria crítica possuem certas características que as mantêm próximas do positivismo de alguma forma, pode-se depreender que as críticas de Sousa Santos também se referem a tais métodos de análise⁴. O construtivismo, por romper totalmente com o positivismo, não se inclui em tais críticas; todavia, como se verá, posteriormente, o construtivismo não está isento de críticas por parte do autor. Assim, a partir da crítica do positivismo e suas variações, Sousa Santos faz referência a um paradigma considerado por ele emergente, o qual se baseia no construtivismo, principalmente, mas também em outros movimentos, denominado de ciência pós-moderna. Tal paradigma deveria primar pelo conhecimento científico, permitindo, contudo, a superação das dicotomias já destacadas, através de uma ciência baseada em uma racionalidade mais ampla (com contribuições das epistemologias feministas e dos estudos culturais e sociais da ciência, por exemplo), permitindo, dessa forma:

A superação da dicotomia natureza/sociedade, na complexidade da relação sujeito/objeto, na concepção construtivista de verdade, na aproximação das ciências naturais às ciências sociais e destas aos estudos humanísticos, numa nova relação entre a ciência ética assente na substituição da aplicação técnica da ciência pela aplicação edificante da ciência e, finalmente, numa nova articulação, mais equilibrada, entre conhecimento científico e outras formas de conhecimento. (SOUSA SANTOS, 2010, p. 3)

Do trecho acima, portanto, destaca-se o fato da ciência pós-moderna estar baseada na concepção construtivista da verdade, em mútua relação com o método de análise construtivista. Dessa forma, a ciência pós-moderna também visa uma ruptura total com o positivismo? Utilizando-se do conceito de pós-moderno colocado por Sousa Santos, a resposta é afirmativa; talvez, a partir da leitura do autor, pode-se dizer que a ciência pós-moderna tenha uma visão mais contextual do positivismo e suas variações, enxergando limitações e perspectivas de acordo com o ponto de onde se está observando. Em termos da crítica ao capital, por exemplo, nota-se claramente que Sousa Santos parte de um olhar da teoria crítica para tecer tais críticas; todavia, não utiliza da mesma teoria crítica moderna caracterizada anteriormente, e sim, utiliza-se do que ele chama de uma “nova” teoria crítica “que, ao contrário da teoria crítica moderna, não convertesse a ideia de transformação

⁴ Torna-se claro que as críticas também são direcionadas à teoria crítica em outra obra de Sousa Santos, chamada “Renovar a teoria crítica e reinventar e emancipação social”.

emancipatória da sociedade numa nova forma de opressão social” (SOUSA SANTOS, p. 5, 2010).

Mas, continuando, Sousa Santos destaca que, com as crises do socialismo e do capitalismo no início da década de 1990 no Leste europeu, a ciência pós-moderna sofre uma ampliação em seus fundamentos iniciais, deixando de designar somente um paradigma epistemológico, passando a representar também um novo paradigma social e político. Este ponto interessa amplamente a esta pesquisa, pelas consequências geradas por tal ideia, visto que, de acordo com Sousa Santos (2010), “tratava-se agora de pensar a transformação social para além do capitalismo e para além das alternativas teóricas e práticas ao capitalismo produzidas pela modernidade ocidental” (p. 3).

Nesse sentido, Sousa Santos procura diferenciar o seu conceito de pós-modernidade, de outros, construídos na Europa e nos EUA, os quais criticam a modernidade ocidental a partir de uma teoria crítica moderna, ou seja, não rompem com o positivismo, e não transitam do campo epistemológico para o campo social e político, como proposto pelo conceito de pós-modernidade de Sousa Santos. Esta questão se tornará ainda mais crucial, como será apontado posteriormente, visto que se explicita uma leitura geopolítica da epistemologia, onde se percebe que as teorias positivistas e suas variações foram desenvolvidas em países do chamado Norte global.

O conceito de pós-modernidade que propunha tinha pouco a ver com o que circulara tanto na Europa como nos EUA. Este último incluía na sua recusa da modernidade (...) a recusa total dos seus modos de racionalidade, os seus valores e as grandes narrativas que os transformava em faróis de transformação social emancipadora. (...) Por esta via, a crítica da modernidade redundava paradoxalmente na celebração da sociedade que ela tinha conformado. Ora, a ideia de pós-modernidade por mim perfilhada visava, ao contrário, radicalizar a crítica à modernidade ocidental, propondo uma nova teoria crítica. (...) Os valores modernos da liberdade, da igualdade e da solidariedade sempre me pareceram fundamentais, (...) [apesar das] violências que se cometeram em nome deles e da pouca realização concreta que tem tido nas sociedades capitalistas. (SOUSA SANTOS, 2010, p. 5)

Buscando, portanto, diferenciar a sua ideia de pós-modernidade do conceito de pós-modernidade considerado eurocêntrico ou “nortecêntrico”, o qual ainda possui relações estreitas com o positivismo e suas variações, Sousa Santos classifica seu conceito de pós-modernismo como sendo de oposição a um pós-modernismo tido como celebratório.

Todavia, o paradigma pós-moderno proposto por Sousa Santos não nega completamente o paradigma positivista e suas variantes; nega, sim, determinadas

características consideradas problemáticas em termos de regulação e de emancipação social, ou em termos das características ontológicas, epistemológicas e metodológicas do positivismo, do pós-positivismo e da teoria crítica. O paradigma proposto pelo autor também não assume de maneira definitiva o construtivismo, ou “qualquer” construtivismo, supondo-se que este pode se apresentar de variadas formas; assume-se um construtivismo que dialoga com uma teoria crítica renovada. Critica-se, principalmente, o suposto universalismo e a história vista de maneira unilinear que predominam na chamada teoria crítica moderna, onde a noção de progresso moderna não comportaria comunidades indígenas e tradicionais, por exemplo, como sociedades alternativas à dita sociedade moderna, com modos de organização social distintos. Nessa lógica, as sociedades indígenas e tradicionais, mesmo estando presentes no mesmo momento histórico das sociedades modernas, são vistas como pré-modernas, em um estágio evolutivo histórico anterior a das sociedades modernas, as quais são vistas como um passo adiante no desenvolvimento histórico humano. Além disso, os atores sociais representantes de tais sociedades indígenas e tradicionais não são vistos, por algumas correntes existentes no interior da teoria crítica moderna, como forças políticas relevantes em processos de emancipação social.

Existem, é claro, contraposições a tais críticas à teoria crítica moderna. Jean Tible (2013), por exemplo, na obra “Marx Selvagem”, faz relações entre os escritos de Karl Marx e comunidades indígenas, buscando desconstruir a ideia da existência absoluta da unilinearidade histórica na totalidade de suas obras; no entanto, não nos interessa adentrar mais profundamente nessa discussão. O que se pode dizer, por agora, é que o positivismo e suas variantes não são interessantes, em absoluto, para a noção de paradigma que se quer trabalhar nesta pesquisa; interessa-nos o diálogo paradigmático que aparece presente na noção de pós-modernismo de oposição de Sousa Santos, onde nem tudo é descartável mas também nem tudo é aceitável, sendo, então, apresentados limites e possibilidades:

Vivemos, de fato, um tempo intelectual complexo que se pode caracterizar desta forma algo paradoxal: *a cultura e especificamente a cultura política ocidental é hoje tão indispensável quanto inadequada para compreender e transformar o mundo*. Uma crítica radical desta cultura deverá envolver tanto o caráter radical da indispensabilidade desta cultura, quanto o caráter radical da sua inadequação? (SOUSA SANTOS, 2010, p. 7, destaque nosso)

Na chamada teoria crítica renovada apontada por Sousa Santos, que compõe o pós-modernismo de oposição, existe uma forte relação com uma corrente teórica denominada pós-colonialismo, que busca dar voz ao “outro”, que se encontra à margem ou na periferia. Para Sousa Santos, a violência necessária para a imposição do modelo de civilização ocidental para

sociedades não-ocidentais, o colonialismo, nunca foi corretamente tratado, seja pela teoria política liberal ou pelo marxismo, dado que “o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho para o resto do mundo” (SOUSA SANTOS, p.7, 2010). Ou seja, o colonialismo era visto como algo necessário, dentro de uma visão histórica de progresso e desenvolvimento, no interior de uma ciência moderna positivista. O pós-colonialismo busca dar voz aos grupos sociais que sofreram e sofrem com a violência colonial, visto que o colonialismo ainda persiste socialmente, mesmo que tenha sido praticamente superado em termos políticos. Sousa Santos assim descreve tal movimento que parte das margens ou das periferias, dos grupos sociais que resistem ao processo colonial civilizador:

Entendo por pós-colonialismo um conjunto de correntes teóricas e analíticas, (...) que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais e políticas entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. (...) O caráter constitutivo do colonialismo na modernidade ocidental faz com que ele seja importante para compreender, não só as sociedades não ocidentais que foram vítimas do colonialismo, mas também as próprias sociedades ocidentais, sobretudo os padrões de discriminação social que nelas vigoram. A perspectiva pós-colonial parte da ideia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis. Daí o interesse desta perspectiva pela geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz. (SOUSA SANTOS, 2010, p. 9, destaque nosso)

Sousa Santos procura fazer as devidas relações entre o pós-colonialismo, o pós-modernismo de oposição, a modernidade ocidental e o capitalismo. Primeiro, esclarece que considera a modernidade ocidental como um paradigma sociocultural, composta pelos pilares da regulação social e da emancipação social; para o autor, a tensão entre esses dois pilares está presente nas duas grandes tradições teóricas da modernidade ocidental, o liberalismo político e o marxismo, onde o primeiro confina as possibilidades de emancipação social ao sistema capitalista, enquanto o segundo vislumbra a emancipação social em um horizonte pós-capitalista. O que existiria de comum em ambos é a ideia já comentada, de que as duas teorias “concebem o colonialismo no quadro historicista de um código temporal que coloca os povos coloniais na sala de espera da história, que, a seu tempo, lhes trará os benefícios da civilização” (Sousa Santos, ano, p. 15). Todavia, dado o caráter colonialista do capitalismo moderno, pode-se dizer que a perspectiva pós-capitalista desenhada pelo marxismo é também uma perspectiva pós-colonial, fato que aproximou os estudos pós-coloniais de origem europeia ao marxismo.

Ao ideal de pós-modernismo de oposição destacado por Sousa Santos, o colonialismo relaciona-se, principalmente, no plano epistemológico, fato que contribuiu para que o colonialismo permanecesse como relação social, sobrevivendo ao colonialismo como relação política. Nesse processo, portanto, de um colonialismo no plano epistemológico, a ciência moderna, que progressivamente liga-se ao desenvolvimento capitalista, adquire primazia epistemológica sobre as demais formas de conhecimento.

De maneira a resistir a esse processo, Sousa Santos visualiza outra forma de relação entre o pós-modernismo de oposição e o colonialismo, na construção de subjetividades as quais permitiriam uma transição paradigmática no domínio social e político. Tais subjetividades seriam construídas a partir de três metáforas, a fronteira, o barroco e o Sul:

Todas elas [as metáforas] conotam a ideia de margem ou periferia- a fronteira, como é obvio; o barroco como um ethos subalterno da modernidade ocidental; e o Sul, entendido como metáfora do sofrimento humano causado pela modernidade capitalista. Através da metáfora do Sul coloco as relações Norte/Sul no centro da reinvenção da emancipação social (...). Proponho (...) como orientação epistemológica, política e cultural, que nos desfamiliarizemos do Norte imperial e que aprendamos com o Sul. Mas advirto que o Sul é, ele próprio, um produto do império e, por isso, a aprendizagem com o Sul exige igualmente a desfamiliarização em relação ao Sul imperial, ou seja, em relação a tudo o que no Sul é o resultado da relação colonial capitalista. (SOUSA SANTOS, 2010, p. 17)

Para o autor, ao analisar a globalização como uma zona de confrontação entre projetos hegemônicos e contra-hegemônicos (ou se poderia dizer uma zona de choque de paradigmas civilizacionais), o Sul protagonizaria um projeto de globalização contra-hegemônica. Nota-se, portanto, que a noção de paradigma subjacente ao pensamento de Sousa Santos é extremamente complexa, envolvendo uma renovação da teoria crítica moderna (como condição para renovar a ideia de emancipação social), a qual é entendida como eurocêntrica ou nortecêntrica, desconsiderando possibilidades epistemológicas com outras origens espaciais. Todavia, Sousa Santos, ao analisar os desafios para a renovação da ideia de emancipação social, não descarta totalmente elementos teóricos considerados eurocêntricos:

Direitos humanos, secularismo, cidadania, Estado, sociedade civil, esfera pública, igualdade perante a lei, o indivíduo, a distinção entre o público e o privado, democracia, justiça social, racionalidade científica, soberania popular. Estes conceitos foram proclamados na teoria e muitas vezes negados na prática e, com o colonialismo, foram aplicados para destruir culturas políticas alternativas. Mas a verdade é que também foram usados para resistir contra o colonialismo e outras formas de opressão. (...) Poderão estes conceitos serem substituídos por outros não-ocidentais, com proveitos para as lutas emancipatórias? Como ideia reguladora da investigação, sugiro que se dê igual peso à ideia de indispensabilidade e à ideia de inadequação, ou seja, de incompletude. (SOUSA SANTOS, 2010, p. 35)

A esse processo complexo que mantem características da teoria crítica positivista, buscando renová-la a partir da visão epistemológica de quem está à margem do processo de acumulação capitalista (em uma concepção pós-colonialista), fundado em um pós-modernismo chamado de oposição (por não ser totalmente relativista ou desconstrutivista), Sousa Santos denomina de Epistemologia do Sul, onde, como já dito, o Sul deve ser entendido como expressão metafórica e geográfica, sendo o Sul global, nacional ou mesmo regional encarado como margem, periferia, em termos metafóricos, em contraposição ao Norte, metaforicamente entendido como Centro, na posição geográfica global, nacional ou regional.

Percebe-se, portanto, uma imensa proximidade de princípios entre a noção construída por Sousa Santos, denominada de Epistemologia do Sul, com a ideia de pensamento complexo trabalhada por Morin. Ambos buscam uma renovação da teoria crítica, como método de análise, com ideias que se aproximam das noções de totalidade e dialética, algo que será explorado no tópico seguinte.

Seria possível avançar ainda mais no pensamento de Sousa Santos, mas as ideias com relação ao conceito de paradigma, apresentadas e analisadas até o momento, através de autores como Sousa Santos, Guba, Kuhn e Morin, são suficientes para que, por meio do diálogo entre tais pensamentos, possamos sintetizar o conceito de paradigma que estará presente neste trabalho, e que embasará a análise da existência ou não e das consequentes características possíveis da sustentabilidade vista como paradigma.

2.4 Paradigmas, uma tentativa de síntese: Totalidade e Complexidade Ambiental

Como já colocado, este capítulo foi estruturado de maneira a se esclarecer os diversos entendimentos existentes acerca da noção de paradigma, mas, principalmente, o texto até o momento visou apresentar os elementos que podem compor a ideia de paradigma de acordo com variadas concepções, na busca por um diálogo entre tais ideias, para que, a partir desse debate, se possa estruturar uma síntese paradigmática que represente os conceitos que serão utilizados no decorrer deste trabalho. Portanto, na busca de sintetizar a ideia de paradigma, retomaremos o que já foi apresentado, e complementaremos tais pensamentos com o diálogo proposto pelo geógrafo David Harvey (2010), na obra “Para entender o capital”.

As primeiras ideias que precisam ser retomadas são aquelas relativas as conceituações gerais do que vem a ser um paradigma. Nesse sentido, é preciso relembrar as importantes

contribuições de Morin e Kuhn. Como noção mais ampla de paradigma, Morin aponta que este pode ser definido como os princípios supralógicos ocultos de organização do pensamento, os quais direcionam a nossa visão da realidade sem que disso tenhamos consciência; tal conceituação tem intensa relação com o que foi discutido por Kuhn na obra “A Estrutura das Revoluções Científicas”, ao apontar que o avanço do conhecimento científico não se dá a partir do contínuo processo de acumulação de saberes, e sim através de determinadas lentes (os paradigmas) que selecionam aquilo que é visível e o que não o é. Assim, Morin denomina de paradigma da simplificação o paradigma hegemônico da atualidade, com características reducionistas e o qual não possibilita uma leitura dialética da realidade.

Kuhn afirma que os paradigmas estão presentes em qualquer comunidade científica, incluindo, portanto, as ciências sociais e humanas, apontando a existência de uma concorrência entre paradigmas nesta área científica, ao contrário das ciências exatas ou duras, que teriam um único paradigma estabelecido hegemonicamente, em dado espaço e tempo.

Esta ideia é importante, pois foge de uma noção absolutista de paradigma para as ciências sociais e humanas, colocando paradigmas em disputa, o que também significa que estes podem estar presentes em um mesmo momento histórico, não significando, por isso, que eles tenham qualquer hierarquia entre si, mesmo que possam ter elementos em diálogo. Essa ideia de paradigma trabalhada por Kuhn está contida nas noções de matriz disciplinar e de exemplar, onde o conceito de paradigma torna-se mais difuso. Todavia, quando Morin afirma que existem paradigmas grandes e pequenos, de certa forma ele se aproxima da noção mais difusa de paradigma exposta por Kuhn. Essa noção aparece comumente na busca por se expressar sobre novos paradigmas que surgem em disciplinas específicas (por exemplo, novos paradigmas educacionais, na área da saúde, entre outros). Dessa forma, Morin fala sobre um grande paradigma, o paradigma da simplificação, o qual tem influência sobre paradigmas menores, sendo que ambos podem ser definidos a partir da noção mais ampla de paradigma, de princípios supralógicos ocultos.

Ao tratar de possíveis paradigmas concorrentes, Guba apresenta, considerando-se as ideias de Morin, o que seriam, na verdade, métodos de análise da realidade, como o positivismo, o pós-positivismo, a teoria crítica e o construtivismo. Tais métodos de análise seriam a parte visível do paradigma que se mantém oculto, como o paradigma simplificador ou o que Morin denomina de paradigma da complexidade, com o positivismo e o pós-positivismo se aproximando mais do primeiro, enquanto a teoria crítica e o construtivismo se aproximariam mais do segundo.

O paradigma da complexidade seria, dessa forma, algo em construção, uma ruptura com o paradigma simplificador, o qual não consegue visualizar a totalidade da realidade, com suas contradições expressas no todo e em suas partes.

Nesse sentido, Sousa Santos dialoga em certo sentido com o paradigma da complexidade, criticando a chamada teoria crítica moderna, que só daria voz aos atores sociais da modernidade ocidental, e criticando o método da desconstrução, propondo uma teoria crítica pós-moderna auto reflexiva, mas que seja imune à ideia de desconstruir a própria resistência que ela funda. Tal teoria crítica pós-moderna, somada à crítica ao processo de colonização sociopolítica e epistemológica levada adiante pelas sociedades modernas ocidentais, funda o que Sousa Santos denomina de Epistemologia do Sul, embasada em uma teoria crítica renovada, que visa dar voz aos “outros”, colocados à margem do processo de expansão capitalista, seja em termos da urbanização ou da modernização do campo, arcando de maneira preponderante com os ônus e não com os benefícios desse processo.

Portanto, Sousa Santos não só articula elementos do chamado paradigma da simplificação, com seus métodos descritos por Guba, mas também os critica e acrescenta novos elementos para o diálogo. Entre tais elementos novos está um que nos interessa mais, e refere-se a expansão da noção de paradigma feita pelo autor, retirando-a do campo puramente científico, e a colocando em termos políticos, sociais e econômicos, o que também foi apontado por Rodrigues (2011), conforme foi colocado no início deste capítulo. E de que forma é composta tal realidade a ser captada através de dado paradigma? Para tal análise mais profunda são interessantes as ideias trabalhadas por David Harvey, em obra já citada.

Na obra “Para entender o capital”, Harvey oferece uma explicação e, ao mesmo tempo, uma reinterpretação de alguns pontos fundamentais do primeiro volume do livro “O capital”, de Karl Marx. Nos interessa o pensamento que Harvey desenvolve a partir de uma nota de rodapé de “O capital”, através do qual expressa a noção de realidade que será central neste trabalho, em diálogo com o que já foi exposto até aqui. Em tal trecho, Marx (2013) aborda a relação entre as dimensões da realidade, apontando que “a tecnologia desvela a atitude ativa do homem em relação à natureza, o processo imediato de produção de sua vida e, com isso, também de suas condições sociais de vida e das concepções espirituais que dela decorrem” (p. 446, nota 89).

A partir da análise desta nota de rodapé, Harvey identifica que Marx articula seis elementos conceituais que comporiam a realidade: a tecnologia, a relação com a natureza, o processo efetivo de produção, a produção e a reprodução da vida cotidiana, as relações sociais e as concepções mentais. A relação entre esses elementos não é meramente causal, ou seja,

não há uma simples relação de determinação entre eles, havendo um equívoco em qualquer espécie de determinismo (tecnológico, ambiental, da luta de classes, do idealismo-concepções mentais-, do processo de trabalho, ou do resultante das mudanças culturais na vida cotidiana).

Harvey, portanto, coloca os elementos como constituintes de uma totalidade, o que se relaciona com a noção de paradigma da complexidade apontada neste trabalho, visto que, para Morin, o paradigma simplificador, hegemônico, seria insuficiente para uma compreensão de tal realidade multidimensional. Para Harvey o arcabouço composto pelos seis elementos descritos fundamentam a teoria do materialismo histórico, sendo dinâmicos internamente, apesar da inter-relação existente entre eles; assim, o processo de evolução humana poderia ser visto a partir da perspectiva de um desses elementos, que representam momentos do processo evolutivo, ou a partir do exame da relação entre eles.

Harvey coloca que grandes transformações ocorrem por meio de uma dialética transversal a todos os momentos, em um processo de codesenvolvimento. O autor aponta que processos de mudança social que reduzam a dialética a um simples modelo causal, onde um ou outro elemento (momento) é colocado na vanguarda da mudança, tendem a fracassar. Harvey busca representar a inter-relação entre os seis elementos através da seguinte figura:

Figura 1: Inter-relação entre os elementos da realidade (Adaptado de HARVEY, 2010).

É evidente que os elementos descritos pelo autor podem ser entendidos de diversas maneiras, e também podem se desdobrar em outros elementos. A questão das concepções

mentais do mundo, por exemplo, pode incluir múltiplas variáveis, como ideologia, valores, aspectos epistemológicos, visões de mundo entre outras (que podem ter a mesma significação, por sinal). Os aspectos epistemológicos, como já dito, possuem grande importância para este trabalho, dada a problemática da geopolítica epistemológica levantada por Sousa Santos, e sua resposta através da elaboração e do desenvolvimento da “Epistemologia do Sul”.

Todavia, apesar das críticas de Sousa Santos à teoria crítica moderna, veja que o modelo de totalidade apresentado, com seus elementos internos, tem relações com tal teoria, tem origem na análise do que foi escrito por Marx. Portanto, como o próprio Sousa Santos salientou, nem tudo é indispensável em termos de filosofia e política eurocêntricas.

A noção de totalidade desenvolvida por Harvey, a partir de Marx, se relaciona, dessa forma, com a ideia de paradigma trabalhada neste capítulo. Como desejado, se retira, assim, a concepção de paradigma do âmbito estritamente científico, colocando-o em termos de sua possível relação com a realidade e seus elementos/momentos/dimensões que se inter-relacionam: relação com a natureza, tecnologia, modos de produção, reprodução da vida cotidiana, concepções mentais de mundo, relações sociais e outros elementos que estão, de alguma forma, inseridos nos que já foram descritos.

Faz-se necessário trazer essa definição da realidade como totalidade para o diálogo com os pensamentos acerca da noção de paradigma trabalhados neste capítulo. Basicamente, de acordo com Morin, tem-se como referência de paradigmas com características próprias o paradigma simplificador e o paradigma da complexidade, sendo que ambos, de acordo com a visão mais geral de paradigma, constituem-se como espécies de filtros ocultos da realidade, sendo visíveis somente através dos métodos de análise que são desdobramentos de tais paradigmas. De acordo com Morin e outros autores, posto o entendimento da realidade como totalidade conforme apresentado, o paradigma simplificador seria insuficiente para captar e entender tal realidade, gerando ações, com dada intencionalidade, que acarretam em inúmeros impactos socioambientais negativos.

De acordo com Leff (2003), apesar de muitos problemas ambientais terem se materializado através do modo de produção dominante, foi a ciência e o método científico que subsidiaram teórica e filosoficamente tal modelo, sendo assim, apesar de ser um processo multicausal, o cerne da questão ambiental encontra-se na forma de pensamento ocidental, em suas características e maneiras de enxergar a realidade complexa:

Ao pensar o ser como ente [o pensamento ocidental] abriu a via da racionalidade científica e instrumental que produziu a modernidade como uma ordem coisificada

e fragmentada, como formas de domínio e controle sobre o mundo. Por isso, *a crise ambiental é sobretudo um problema de conhecimento* (...) Esta racionalidade dominante descobre a complexidade em seus limites, em sua negatividade, na alienação e na incerteza do mundo economizado, arrastado por um processo incontrolável e insustentável de produção. (LEFF, 2003, destaque nosso)

Dentro desse contexto do pensamento ocidental, surge uma distinção importante para a maneira de como a sociedade se relaciona com a natureza, a distinção entre o mundo da natureza e o mundo da cultura. Segundo Carvalho (2005), é na filosofia dos antigos gregos em que se desenvolvem os argumentos teóricos que caracterizam tal distinção, resultando na definição hegemônica de natureza como oposta a de homem, de cultura e de história, e, portanto, vista como objeto de estudo.

Assim, a concepção hegemônica da natureza de oposição à sociedade ocidental, de diferença, se “transforma em hierarquia através do evolucionismo linear, o ecocídio e etnocídio caminham juntos” (BRUGGER, 2004, p. 59). A partir de tal hierarquia colocada entre sociedade e natureza, esta foi considerada objeto a ser dominado por meio da ciência e da razão tecnológica. É bem verdade também, como já apontado, que existe uma visão contra-hegemônica de natureza na sociedade ocidental, uma visão dita romântica, onde o homem, de maneira genérica e abstrata, seria o responsável por destruir a natureza.

Assim, a dicotomia sociedade-natureza continua, sendo que em dado momento a natureza deve ser suprimida pela cultura, e em um segundo momento é a cultura e o homem que devem ser suprimidos pela natureza. Ignora-se o ponto central da questão, que diz respeito a rediscussão de nossa relação com a natureza, sem oposições ou extremos, mas com diálogos entre os diferentes saberes. Essa dicotomia é consequência, como já destacado, do paradigma da simplificação.

Essas dicotomias são exemplos de uma das características marcantes do pensamento ocidental, a fragmentação histórica do saber com vistas à compreensão da realidade complexa. Nesse contexto de fragmentação, a questão ambiental é abarcada e tratada de diferentes maneiras pelas Ciências Humanas ou pelas Ciências Naturais e Exatas, sem que exista a real inter e transdisciplinaridade que a problemática ambiental exige.

Desse modo, destaca-se duas abordagens mais gerais da questão ambiental no âmbito científico. Em uma dessas visões, geralmente oferecida pelas Ciências Humanas, é dada ênfase aos fatores histórico-sociais, em detrimento dos aspectos técnicos e naturais da questão ambiental; a outra visão, que não pode ser relacionada a uma área do conhecimento em específico, enfatiza as dimensões naturais e técnicas da questão ambiental, destacando-se os

temas ecológicos. Dentre as duas abordagens, a visão técnica e naturalizante é aquela que tem prevalecido.

De maneira geral, portanto, o conceito de meio ambiente, multidimensional, incluindo os aspectos naturais e os resultantes das atividades humanas (resultado da interação de fatores biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais), é comumente confinado às suas dimensões naturais ou técnicas. Desse contexto, emergem certas expressões ou termos relacionados ao meio ambiente (visto como agente, conforme já destacado neste trabalho) como a “aplicação de soluções eficazes; a proteção; a administração e o treinamento de recursos (naturais e humanos respectivamente), o saneamento, a manutenção de um nível ótimo de produtividade, [entre outros]” (BRUGGER, 2004, p. 54).

Prevalecem as necessidades de preservação do potencial produtivo dos ecossistemas, dos recursos naturais e o estudo de seus distúrbios, como a poluição ou a extinção massiva de espécies, e não um conceito total, que inclui o ser humano e sua dimensão histórico-social. Embora a dimensão técnico-natural seja legítima, ela não pode ser tomada como a questão ambiental no seu todo, ou tampouco favorecida às expensas de outras. (BRUGGER, 2004, p. 55)

Portanto, a questão ambiental diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza –qualquer sociedade ou natureza – incluindo as relações dos seres humanos entre si; como destaca Moraes, “a estruturação da sociedade define a relação dos indivíduos com a maior parte dos recursos naturais, ao normatizar as suas relações entre si” (2005, p. 75). Nesse contexto, expressões como “proteger, preservar ou sanear o meio ambiente”, por exemplo, apresentam certa incoerência, já que o que deve ser protegido, saneado ou preservado são os recursos naturais, ou um dado ecossistema ou bioma, e não todas ou quaisquer relações com a natureza.

Leff (2003), ao buscar articular tais questões referentes ao pensamento ocidental, ao modo de produção predominante e a visão de natureza hegemônica, aponta que “a problemática ambiental, mais que uma crise ecológica, é um questionamento da (...) ontologia e da epistemologia com as quais a civilização ocidental compreendeu o ser, os entes e as coisas; da ciência e da razão tecnológica com as quais a natureza foi dominada e o mundo moderno economizado. (2003, p. 19)”.

Dessa forma, para o entendimento e compreensão desta realidade vista como totalidade, onde a crise ambiental se insere também como fruto de uma crise do pensamento simplificador, se faz necessário relembrar o que apontou Rodrigues (2011), no tópico deste trabalho que discute a noção de matriz discursiva do meio ambiente, ao destacar a necessidade de uma ruptura paradigmática, a qual implicaria em uma revolução científica que propiciaria

o entendimento da dinâmica da natureza, da produção e reprodução do espaço, das normas societárias, em sua totalidade, com suas contradições e conflitos, e onde seria clara a importância do espaço e do território. Nesse contexto, a teoria da complexidade, definida por Morin e outros autores, é uma das bases para a construção de um possível paradigma da complexidade que busque compreender e agir na realidade em sua totalidade. Loureiro (2006) aponta que o pensamento complexo busca superar os paradigmas simplificadores que operam a disjunção ser humano/natureza ou que reduzem o ser humano à natureza de modo indistinto; ainda de acordo com o autor, a realização da natureza humana é aquilo que nos distingue como seres naturais das demais espécies: produzimos nossa história e os meios de produção da vida, o que pressupõe a capacidade de definir objetivos intencionalmente e o uso da cultura, da linguagem e da cooperação.

Loureiro (2006), ao analisar as correntes ligadas à questão ambiental, destaca que a complexidade e a holística é evocada pela grande maioria de tais correntes, todavia, algumas dessas, denominadas de conservadoras/comportamentalistas, influenciadas, segundo o autor, pela Teoria dos Sistemas Vivos, pela Teoria Geral dos Sistemas, pela visão holística, pela cibernética e pelo pragmatismo, possuem características que as aproximam mais do paradigma da simplificação. Um segundo conjunto de correntes, denominadas de complexas, transformadoras, críticas ou emancipatórias, seriam influenciadas pela complexidade e pela dialética em suas diferentes formulações, de orientação marxista ou em contato direto com esta.

Fazendo uma análise crítica das bases teóricas que sustentam as correntes conservadoras ou comportamentalistas, Loureiro destaca, primeiramente, que tais correntes construíram um pensamento sistêmico em cima de fluxos energéticos, materiais e termodinâmicos, enfatizando de forma adequada os organismos vivos, mas acabaram dissolvendo fenômenos humanos, como a existência e a cultura.

Um segundo ponto criticado por Loureiro é o fato das correntes conservadoras ou comportamentalistas (baseadas na visão sistêmica-holística ou no sistemismo formal), caírem em certezas absolutas, achando terem alcançado o “modelo do modelo” ou “o método unificador”, ao tentarem contribuir de fato para a emergência de paradigmas que procurem relacionar sistemas sociais e sistemas naturais estrito senso em construções interdisciplinares; isso acaba por reproduzir o equívoco do positivismo e de algumas correntes do marxismo que consideravam ter descoberto o único método capaz de revelar a verdade. Nesse sentido, Leff (2003) destaca que, ao se considerar o ambiente como “complexidade do mundo”, não há um único método válido, “mas métodos que, ao trabalharem com a perspectiva da totalidade,

podem e devem dialogar entre si, reconhecendo as especificidades de cada ciência e de outros métodos, num processo aberto” (LEFF, 2003).

Loureiro destaca também que nas correntes comportamentais ou conservadoras o sistema aparece como sinônimo de harmonia, funcionalidade, síntese superior que comanda as partes, não se pensando, assim, em sua totalidade necessariamente dissonante e antagônica, onde o conflito pode ser entendido como constituinte da desordem na organização da vida e das estruturas históricas e sociais que formam a realidade. Dessa maneira, nessas correntes a totalidade aparece de forma simplificada e reducionista, visto que seus adeptos tendem a pensar o todo como sinônimo de tudo, simplificando as relações e retroações entre partes e todo, minimizando conflitos entre grupos e classes sociais e ignorando o movimento contínuo entre desordem/interações/ordem/organização que fazem parte de uma visão complexa baseada em uma abordagem crítica e dialética.

Para o autor, a consequência desse processo é a compreensão de que somos organismos essencialmente biológicos e espirituais, não se dando a devida relevância aos aspectos culturais, sociais e econômicos (deixamos de nos ver como seres multidimensionais e complexos). Se promove, assim, um deslocamento da esfera pública de discussão e construção de projetos societários alternativos para a esfera privada e pessoal.

Os holistas e sistêmicos funcionalistas ou organicistas tendem, assim, a desconsiderar o movimento objetivo da realidade para além da ética e das ideias, dando destaque ao entendimento das relações ecológicas baseadas na cooperação e minimizando aquelas baseadas na competição, “quando ambas são indispensáveis para se entender o equilíbrio dinâmico que define a vida e, por analogia, as categorias que formam o todo social: conflito/consenso, cooperação/antagonismo, diálogo/dissenso” (LOUREIRO, 2006, p. 140).

É claro que as correntes não são estanques da forma como estão sendo descritas até aqui, existindo vários pontos em comum entre as correntes conservadoras ou comportamentais e as correntes ditas emancipatórias. Morin e Leff, segundo Loureiro, foram alguns dos autores que buscaram pontos de contato entre tais correntes descritas; Morin buscou reunir a dialética (em Heráclito, Hegel e Marx), a Teoria dos Sistemas, a Teoria da Informação e a cibernética, para sistematizar a Teoria da Complexidade, enquanto que Leff buscou reunir a Teoria da Complexidade, a hermenêutica e a dialética marxista.

Assim, para a construção de um pensamento complexo de fato, é preciso o diálogo com algumas categorias importantes, como a dialética e a totalidade encarada não como uma categoria homogeneizante. Loureiro (2006) destaca alguns princípios importantes da dialética como: a interdependência ativa entre as partes do real; o movimento de transformação

permanente do real dado pelo seu caráter intrinsecamente contraditório (matéria e pensamento em repouso significam fim da vida), onde o movimento cria o novo, não pela evolução circular ou linear, mas pela revolução que implica mudança qualitativa e não apenas quantitativa; e, por fim, dado o caráter contraditório da história e do pensamento, as verdades são provisórias.

Nesse sentido, um paradigma da complexidade segundo Lowy (2006) apud Loureiro (2006, p. 147), deve se apoiar fundamentalmente na dialética marxista, a qual se contrapõe às chamadas epistemologias metafísicas, que colocam a essência como algo imutável, em que a mudança das coisas se torna um fenômeno superficial de algo mais denso e invariável:

A dialética, como princípio metodológico, significa racionalmente compreender que o singular ganha sentido em suas relações (totalizações) e que o todo é mais que a soma de singularidades e ao mesmo tempo diferente do singular, que tem suas propriedades particulares, num movimento de mútua constituição envolvendo não só o objetivo, o teórico e o coletivo, mas o subjetivo, o indivíduo, o espiritual e o intuitivo. Como categoria metodológica, significa integrar teoria e prática, consciência e ser, matéria e ideia no processo histórico. No pensamento dialético, o exercício totalizador busca a complexidade na ação, que será sempre parcial e particular, e historicamente condicionada. (...) qualquer objeto que possamos perceber ou criar é parte de um todo, por isso a busca de soluções para os problemas depende de uma visão de conjunto, sempre provisória e que não esgota a realidade.

Destaca-se que os conceitos de totalidade e de complexidade postos, não representam a negação da individualidade (de uma forma que seria totalitária, portanto), visto que a individualidade concreta não é a que expressa os sentimentos de egoísmo e de isolamento do mundo (que é uma individualidade abstrata), mas sim a liberdade integrada no mundo, com a participação nos espaços públicos de encontro e discussão. Partindo-se de certas condicionantes, a liberdade deve se referir “à superação pela práxis dos limites definidos na História (exclusão social e cultural, falta de acesso igualitário aos bens produzidos, despolitização, cidadania cerceada etc)” (Loureiro, 2006, p. 147). Este caminho não se encontra definido de antemão, visto que, conforme aponta o autor, a emancipação não se trata, é claro, da definição do caminho único para a salvação, mas sim a possibilidade da construção dos caminhos julgados mais adequados à vida social e planetária, de acordo com a compreensão que se tem destes em cada cultura e momento histórico.

O chamado paradigma da complexidade, portanto, se aproxima das noções de dialética e totalidade, no sentido colocado pelas correntes ambientalistas emancipatórias, conforme discutido por Loureiro. Nesse sentido, a Epistemologia do Sul apresentada por Sousa Santos aproxima-se do paradigma da complexidade, buscando, como o próprio autor relata, se

estabelecer como uma contra hegemonia ao paradigma hegemônico posto, o paradigma simplificador.

Está colocada, assim, a discussão sobre a questão do paradigma, permanecendo inúmeras problemáticas em aberto, ao se relacionar tal questão com a ideia de sustentabilidade, como, por exemplo: de acordo com as noções trabalhadas, a sustentabilidade pode ser considerada um paradigma? Se sim, pode ser considerada uma ruptura paradigmática, aproximando-se da noção de paradigma da complexidade? Se não, pode ser considerada uma consequência ou continuação do paradigma simplificador? Ou então a sustentabilidade pode ser considerada uma matriz discursiva, conforme colocado no início deste trabalho?

Percebe-se que a distinção entre os conceitos de paradigma e de matriz discursiva não é tão clara a ponto de ser destacada facilmente; somente se pode dizer, por enquanto, que uma distinção mais visível existe entre a direção dos movimentos precipitados pelos conceitos: o paradigma se movimenta da ciência em direção a sociedade em sua realidade múltipla e complexa, enquanto a matriz discursiva tem sua origem muito mais imprecisa, com focos múltiplos e ramificados, partindo de diferentes agentes sociais, o que inclui os agentes produtores do conhecimento científico; estes, por sua vez, ao legitimarem cientificamente os discursos definidos e determinados, contribuiriam para a continuidade do paradigma simplificador. Ou seja, se entendermos a sustentabilidade como matriz discursiva, significa que há a continuidade do paradigma simplificador.

Enfim, se buscará trabalhar essas questões nos próximos capítulos, mantendo as dúvidas em aberto, começando-se com a apresentação e discussão das origens políticas da ideia de sustentabilidade.

3. SUSTENTABILIDADE - PARADIGMA OU MATRIZ DISCURSIVA: POR ONDE COMEÇAR?

As ideias trabalhadas até este momento fornecem as bases para que se possa tentar decifrar ou analisar a possível constituição do chamado paradigma da sustentabilidade, ou seja, não podemos perder as noções de totalidade, complexidade e de concorrência entre paradigmas de vista; todavia, a ideia possível do paradigma da sustentabilidade adquire feições que lhe são características, dada as discussões que envolvem as origens do termo “sustentabilidade”, bem como aquelas que envolvem o termo que normalmente lhe acompanha, “desenvolvimento”, o qual foi mais amplamente debatido historicamente, estando

associado às questões sociais e econômicas principalmente. Portanto, faz-se necessária a exploração dos debates que envolvem as ideias de desenvolvimento e de sustentabilidade, para que, posteriormente, possamos retomar, em síntese, a existência ou não da noção de paradigma da sustentabilidade.

A bem da verdade, há inúmeras formas de se explorar a ideia do DS, sob ângulos diferenciados, tendo-se como fator comum a preocupação com a crise/problemática socioambiental que acompanha o surgimento do termo, como será exposto; pode-se explorar as noções de desenvolvimento e sustentabilidade em separado, apontando-se as diferentes visões teóricas e práticas a respeito destes, ou pode-se tratar o termo a partir de uma ótica geopolítica, por exemplo, associando-o com o processo neoliberal das décadas de 80 e 90. Se buscará perpassar por todas estas visões, já que todas elas trazem alguns elementos importantes para o debate.

No Brasil, provavelmente a obra que pode ser considerada referência no debate das questões apontadas é “Desenvolvimento Sustentável: desafio do século XXI” do economista José Eli da Veiga. Outra obra referência no Brasil do debate que envolve a relação entre economia e natureza é o livro do também economista Ricardo Abramovay, chamado “Muito além da economia verde”. Tais trabalhos possibilitarão a apresentação e análise de três caminhos a se seguir em termos de resolução das problemáticas socioambientais: dois desses caminhos possuem grandes divergências, mas também tem aspectos comuns, com possibilidades de diálogo que devem ser ressaltadas; o outro caminho é a via hegemônica pela qual tem trilhado o Brasil (e não só ele, evidentemente), que foi muito bem resumida por Abramovay (2012) em três características: mais transferência de renda aos mais pobres, mais crescimento econômico e mais ecoeficiência e/ou responsabilidade socioambiental corporativa.

Antes de adentrarmos nestes três caminhos, como sínteses, se faz necessária, primeiramente, o debate das ideias expostas pelos autores já citados (e de outros como complemento) com relação às noções de sustentabilidade e de desenvolvimento.

De início, portanto, se abordará a construção política do DS, ou seja, quais foram os arranjos diplomáticos e quais foram os interesses dos grupos sociais envolvidos, que possibilitaram a construção de tal conceito. Posteriormente, se tratará da noção geopolítica da ideia de desenvolvimento sustentável, que relaciona tal conceito com aspectos macroeconômicos (com a emergência das ações neoliberais) e o trata como poder simbólico ou ideológico; se passará, então, para a relação entre teorias econômicas e o DS.

3.1 A construção política do Desenvolvimento Sustentável

A primeira visão que se precisa trabalhar acerca da noção de DS é, evidentemente, as interpretações possíveis de sua visão oficial, a sua construção institucional, o que significa, ao mesmo tempo, apresentar-se o contexto histórico de busca pela institucionalização da problemática ambiental em nível internacional, um processo que, segundo Nobre (2002), foi ao mesmo tempo diplomático, ideológico e social. Tal projeto de institucionalização da questão ambiental possuía dois objetivos visíveis segundo o mesmo autor: o de, em primeiro lugar, elevar a problemática ambiental ao primeiro plano da agenda política internacional e fazer, em um segundo momento, com que tal questão fosse considerada no ciclo de formulação e implementação de políticas públicas em todos os níveis.

3.1.1 Dos “limites ao crescimento” até o “Desenvolvimento Sustentável”

Feita esta colocação inicial, pode-se dizer que a gênese do conceito de Desenvolvimento Sustentável nos remete até a década de 60, período em que a discussão da problemática ambiental surge atrelada a questão do crescimento demográfico. Nesse momento, torna-se mais visível o chamado “cotovelo invisível”, ou seja, ficava transparente a dificuldade da chamada “mão invisível” do mercado considerar de forma adequada a questão ambiental, de forma que, pelo menos no caso da utilização dos recursos naturais, perseguir, de maneira utilitária, os próprios interesses, não parecia conduzir à utopia liberal do crescimento incessante da riqueza nacional, acarretando em “efeitos colaterais” ou o que seria denominado posteriormente, em termos econômicos, como externalidades. Estava, portanto, subjacente a esse contexto, apontada a questão da possível existência de uma contradição entre crescimento econômico e preservação ambiental.

Nesse sentido, popularizam-se nessa época obras como “The population Bomb” (1968), de Paul Ehrlich; “The Tragedy of The Commons” (1968), de Garrett James Hardin; e “The Limits to Growth”, publicado pelo Clube de Roma⁵. Em “The Tragedy of The Commons”, Hardin trata da perspectiva da superpopulação como ameaça à capacidade de suporte da biosfera; de acordo com Veiga (2014), a tragédia que estaria na essência dos chamados bens comuns (como o são os bens naturais) seria a da liberdade de explorá-los. Um

⁵ Grupo de “pessoas ilustres”, fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurélio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King.

exemplo amplamente conhecido, consequência de tal lógica, seria a inevitabilidade de sobrepastoreio em qualquer área que não obedeça a direito de propriedade privada ou estatal, não existindo, assim, possibilidades de liberdade através da cooperação. Hardin considerava, de acordo com Veiga (2014), que:

Bens comuns só poderiam ser admissíveis em circunstâncias de baixa densidade demográfica. Teria sido por essa razão que, com o crescimento populacional, vários tipos de bens comuns foram necessariamente abandonados, sempre com prejuízo de algumas liberdades individuais. Na época moderna, indivíduos que ainda estejam sujeitos à lógica de bens comuns são livres apenas para causar a ruína universal. Sem que percebam a necessidade de mútua coerção, não se tornam realmente livres para outras ambições. (VEIGA, 2014, p. 8)

As ideias de Hardin foram e ainda são muito contestadas, visto que excluem possibilidades de cooperação quando se trata da governança de determinado bem natural. Já a obra “The Limits to Growth” pautou, principalmente, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, em 1972. O texto popularizou a questão ambiental e introduziu a finitude na discussão econômica; de acordo com Nobre (2002) em qualquer dos cenários futuros da humanidade simulados em “The Limits to Growth” a situação sempre era de catástrofe, visto que a introdução da finitude no modo de produção de mercadorias (o qual funciona baseado numa falsa infinitude) só poderia significar a catástrofe. Todavia, ao contrário do que parece sugerir o seu título, em “The Limits to Growth” desenvolvimento não significa necessariamente crescimento econômico e crescimento zero não significa estagnação; nesse contexto, com uma ideia de desenvolvimento redefinida, não associada necessariamente ao crescimento econômico, seriam mais valorizadas atividades como educação, arte, música, religião e pesquisa científica.

De acordo com Nobre (2002), surgiram inúmeras reações negativas à “The Limits to Growth”: a posição marxista tradicional via a questão ambiental como uma questão que importava a classe média, enxergando a problemática ambiental como uma tentativa de quebrar a resistência da classe trabalhadora à autoridade; por sua vez, o mainstream econômico, a economia neoclássica, cujo um dos principais expoentes era e é Robert Solow, considerava que o trabalho e o capital reprodutível (capital construído) poderiam substituir o capital natural.

Os denominados países do terceiro mundo também se posicionaram contrários a qualquer proposta de crescimento zero, considerando que tal proposta representaria uma ação imperialista dos países centrais, e discordando da ideia que o desenvolvimento econômico seria a causa dos problemas ambientais.

Segundo o Nobre (2002) as críticas iam além do conceito de desenvolvimento empregado em “The Limits to Growth”, se voltando também para a alta agregação de dados do relatório, fato que escondia importantes diferenças regionais e a questão geopolítica entre Norte-Sul, por exemplo, sendo motivos de críticas dos países do Sul; dessa forma, surge, nesse período, a Declaração de Cocoyoc (1974) e o relatório da fundação Dag- Hammarskjold (1975), além do conceito de ecodesenvolvimento.

O relatório Dag- Hammarskjold, assim como “The Limits to Growth”, afirmava o caráter contraditório da relação entre desenvolvimento (entendido como crescimento econômico) e meio ambiente (entendido como estoque de recursos naturais e como capacidade de absorção do ecossistema humano); buscava, assim, demonstrar a necessidade de os produtores terem o controle da propriedade dos meios de produção.

O conceito de ecodesenvolvimento, bastante heterogêneo, foi formulado primeiramente por Maurice Strong, primeiro executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (UNEP em inglês), e que depois viria a integrar a Comissão Brundtland (Comissão que elaborou o Relatório Brundtland). De acordo com Nobre (2002) a ideia de ecodesenvolvimento se vincula a um princípio da economia de bem-estar (welfare economics): o bem-estar individual aumenta quando melhora o padrão de um ou mais indivíduos sem que decaia o padrão de outro indivíduo e sem que diminua o estoque de capital natural ou o produzido pelo homem.

Na proposta oficial, do PNUMA, de 1975, o ecodesenvolvimento seria um estilo de desenvolvimento onde cada ecoregião procuraria soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos e os culturais, as necessidades imediatas e as de longo prazo. Assim, na operacionalização do termo, seria necessário um amplo conhecimento do ambiente e cultura locais, bem como o envolvimento dos indivíduos na elaboração do planejamento das estratégias.

O economista Ignacy Sachs apropriou-se do termo “ecodesenvolvimento”, lançado por Maurice Strong em 1973, desenvolvendo-o conceitualmente e criando estratégias para alcançá-lo. Segundo o próprio autor, o ecodesenvolvimento teria mais chances de florescer nos chamados países do terceiro mundo, considerando-se que a proposta da PNUMA era mais limitada do que o apontado por Sachs, para quem as estruturas internacionais deveriam ser radicalmente transformadas.

Dessa forma, em síntese, as bases teóricas da discussão ambiental na década de 70 eram dadas pela questão sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Nesse contexto, a posição dos países do terceiro mundo, embora diversificada, era unânime na

rejeição da imposição de limitações ao crescimento econômico. Assim, esse período é marcado por um considerável fracasso na tentativa de institucionalizar a problemática ambiental, dado o rechaço dos países em desenvolvimento a qualquer tentativa de limitar o crescimento econômico destes, e dado também o caráter central que assume a relação Norte-Sul como posição de diálogo, buscando-se negociar responsabilidades e compromissos diferenciados, o que dificultavam as negociações. Além disso, o contexto internacional marcado pelo confronto entre as superpotências dificultava amplos processos de diálogo.

Passado esse período, marcado pelo fracasso na tentativa de institucionalizar a questão ambiental, surge a expressão “Desenvolvimento Sustentável”, a qual, de acordo com Nobre (2002), foi primeiramente empregada no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, adquirindo proeminência, contudo, a partir da publicação do WCS em 1980, pela IUCN, conforme já citado neste trabalho. Todavia, considera-se que foi Lester Brown aquele que primeiro definiu a “sociedade sustentável” como aquela que é capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações futuras, definição incorporada institucionalmente posteriormente, através da noção de DS.

Segundo Nobre (2002), a grande jogada estratégica da IUCN, na publicação do WCS, foi o de estabelecer, através da noção de DS empregada, um vínculo mais frouxo entre ecologia e desenvolvimento econômico, deixando em suspenso potenciais questões políticas e institucionais conflitivas. Dessa forma, o WCS afastou exatamente o que emperrava qualquer negociação, colocando em primeiro plano a necessidade de preservar e de conservar.

Através dessa abordagem proposta pelo WCS, questões amplamente debatidas na década anterior (crescimento econômico, desigualdades sociais, instituições políticas internacionais, entre outras), ao retornarem ao debate público, viriam reorganizadas segundo o ponto de vista proposto, o que, segundo Nobre (2002) pode explicar o rápido interesse do PNUMA, o qual, logo após a publicação do WCS, procurou articular e popularizar o conceito de DS.

Ao se deixar de lado, em um primeiro momento, a controvérsia entre crescimento econômico e meio ambiente, ocorre, na sessão especial do PNUMA de 1982 em Nairóbi, uma mudança na atitude dos chamados países do terceiro mundo diante da questão ambiental. Ao invés da rejeição da perspectiva de crescimento zero proposta em “The Limits to Growth”, e/ou no lugar da rejeição da problemática ambiental como insolúvel no quadro do modo de produção capitalista, alcançou-se um acordo com o apoio dos países em desenvolvimento para um conceito diferente de desenvolvimento que considerasse a problemática ambiental sob um

novo viés. Também naquela mesma sessão especial do PNUMA os participantes propuseram à Assembleia Geral da ONU o estabelecimento da CMMAD, conhecida como Comissão Brundtland, a qual iria publicar seu relatório final cinco anos mais tarde (o relatório Brundtland ou relatório Nosso Futuro Comum).

O conceito de DS surge, assim como todas as propostas de conceitos ambientais globais que o antecederam (como o ecodesenvolvimento, por exemplo), como conceito chave para a institucionalização da problemática ambiental, buscando fazer com que tal questão enformasse e/ou perpassasse as políticas públicas das mais variadas espécies, em todos os níveis de decisão.

Dessa forma, de acordo com Nobre (2002), o Relatório Brundtland foi intencionalmente mais um documento político do que um tratado científico sobre os problemas do mundo, dado que o mesmo era imperfeito como relatório ambiental, todavia era de extrema importância como contribuição para a politização dos problemas ambientais e a inter-relação destes com os problemas de desigualdade, de pobreza e de políticas de comércio internacionais. Com tal enfoque, aproximavam-se os países em desenvolvimento nesse processo, ao contrário dos enfoques anteriores que colocavam crescimento econômico e meio ambiente como contraditórios.

O DS apresentava-se, então, não como uma reformulação dos termos em que se colocava a questão ambiental na década de 70, mas sim como uma resposta (construída politicamente, é claro) aquela dúvida acerca da possível contradição entre desenvolvimento e meio ambiente, qual seja: desenvolvimento (como sinônimo de crescimento econômico) e meio ambiente (como sinônimo de estoque de recursos naturais) não são contraditórios; o DS funcionava, dessa maneira, como elemento mediador entre ambientalistas e desenvolvimentistas, sendo deliberadamente vago e inerentemente contraditório. O Relatório Brundtland, diferentemente do relatório “The Limits to Growth”, coloca o crescimento econômico como uma necessidade urgente se se trata de reduzir a pobreza e minimizar os impactos ambientais.

De acordo com Nobre (2002) o recado que se buscava passar, nesse contexto da discussão do conceito de DS, era o seguinte: “não esposamos as teses de um ecodesenvolvimento que enfatiza mais o conflito Norte-Sul do que as possíveis complementaridades das realidades dos dois hemisférios, e por fim, não defendemos de modo algum a tese do crescimento zero, pois a solução está num crescimento ordenado e não na ausência de crescimento” (NOBRE, 2002).

Nesse sentido, as críticas que o relatório Brundtland fazia eram direcionadas a determinadas imposições macroeconômicas dadas pelo modo de funcionamento de instituições como o FMI e o Banco Mundial, os quais, utilizando-se de programas de austeridade, estariam impedindo o crescimento econômico e, com isso, a solução de vários problemas, entre eles o problema ambiental.

Por outro lado, as primeiras críticas direcionadas ao relatório Brundtland questionavam exatamente a premissa do crescimento econômico exponencial, considerado como amarra que impede, por exemplo, que o superconsumo dos países industrializados seja de fato discutido e avaliado; além disso, apontava-se que o relatório superestimava o desenvolvimento das chamadas tecnologias limpas.

Assim, o DS colocava-se como uma noção contraditória, estando a atribuição de seu sentido em disputa; todavia, tal campo de disputa já se encontrava delimitado de antemão, visto que, para o DS, crescimento econômico e meio ambiente não são contraditórios, ou seja, tal princípio é um pilar básico do conceito, estando o restante aberto ao conflito entre grupos de interesse diversos.

Sintetizando, Nobre (2002) destaca que foram utilizadas historicamente quatro estratégias principais (tentativas de institucionalização) da problemática ambiental: o Programa da Unesco (Homem e a Biosfera de 1971); o Ecodesenvolvimento; o WCN da IUCN; e o Desenvolvimento Sustentável. Nesse processo histórico, Nobre (2002) analisa que a ênfase foi deslocada da aplicação dos conceitos para a capacidade destes de delimitar um campo de disputa política e teórica de âmbito internacional.

3.1.2 O Delineamento do Desenvolvimento Sustentável como campo de disputa

O conceito de DS se consolida, portanto, a partir do Relatório Brundtland e da realização da CNUMAD no Rio de Janeiro em 1992, como estratégia do PNUMA para institucionalizar a problemática ambiental (algo que foi tentado também com o conceito de ecodesenvolvimento). Cabia, assim, durante a CNUMAD, se discutir e criar instrumentos que fizessem com que a questão ambiental penetrasse o ciclo de formulação e implementação de políticas públicas em todos os níveis.

Pode-se dizer que o ponto comum no pensamento dos diversos atores sociais presentes na CNUMAD é que quase todos defendiam a noção de DS e organizavam seus discursos em

torno desse conceito, possuindo a ideia de que as convenções globais (do Clima e da Biodiversidade) poderiam estabelecer balizas importantes como modelos de negociação e de financiamento ambientais. Nesse sentido, dada a diversidade de atores presentes na CNUMAD, para a ampla compreensão da mesma, de acordo com Nobre (2002), faz-se necessário examinar todos os projetos de institucionalização da questão ambiental concorrentes ali apresentados (tendo o DS como base), como, principalmente, o oficial proposto pelo PNUMA, e o projeto elaborado pelos países ricos com base no Global Environmental Facility (GEF), entidade financeira criada em 1990 no âmbito do banco mundial; existiam também propostas de Organizações Não-Governamentais (ONG's), as quais, todavia, não tiveram o mesmo peso das duas anteriores.

Dessa forma, na CNUMAD não apenas se institucionalizou a problemática ambiental, como também se estabeleceram as bases em que se daria tal institucionalização, apontando-se os pontos em que se dá o conflito e quais são os seus termos.

De acordo com Nobre (2002), a proposta do PNUMA tinha por objetivo ancorar a institucionalização da problemática ambiental no sistema ONU, organização que via no término da guerra fria uma chance de se fortalecer.

O PNUMA estabeleceu, assim, uma aliança com os países do Sul e com várias ONG's importantes, buscando colocar em pauta o problema do endividamento dos países pobres e regular as transferências de recursos no eixo Norte-Sul; assim, a questão ambiental era posta nos termos do desenvolvimento desigual do Norte e do Sul, conforme apresentado pelo Relatório Brundtland. Para colocar tal estratégia em ação, se contava com incrementos de recursos da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA), a qual, de acordo com Maurice Strong, secretário da CNUMA, deveria ser duplicada, devendo chegar à 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países centrais. Se buscava também a redução das cargas impostas pelo pagamento da dívida e do serviço da dívida dos países em desenvolvimento. Assim, os programas da família ONU poderiam ter maior controle sobre os projetos socioambientais elaborados.

No entanto, a aliança do PNUMA com os países do Sul (compondo o Grupo dos 77 – G 77- e pela China) não impediu a autonomia destes, os quais propuseram a criação de um novo fundo, chamado de “fundo verde”, para o financiamento da implementação da agenda 21. Tal fundo deveria ser constituído de forma independente da ODA, devendo garantir o acesso sem condicionantes aos países em desenvolvimento.

Na dinâmica dos atores sociais na CNUMAD, grande parte das ONG's olhava o processo de negociação internacional com desconfiança, dada a insatisfação com a lógica da

ONU de “um Estado, um voto”, em que se acreditava que dessa forma era concedido aos Estados o monopólio da organização internacional e da democracia internacional.

Nesse contexto, portanto, divisões típicas da década de 70 reapareceram, de uma nova maneira: não se tratava mais da ameaça de impedir o crescimento, conforme a interpretação dos países em desenvolvimento, condição superada pelo princípio básico do DS de não-contradição entre desenvolvimento (na forma de crescimento econômico) e meio ambiente, mas de definir quem deve ser o financiador do DS e quem determina (e como determina) o que deve ser um desenvolvimento autenticamente sustentável. Tal disputa política em torno do que seja o DS é, de acordo com Nobre (2002) de antemão limitada por outra disputa política a qual delimita o campo de forças e o enforma: a da definição do espaço institucional legítimo de decisão.

Houve grande resistência dos países doadores, para os quais o DS não poderia ser considerado em separado do auxílio padrão de desenvolvimento, gerando um não comprometimento com a meta de 0,7% do PIB. Tais países doadores procuraram vincular a transferência de recursos ao GEF, o qual a partir de 1991 passou a ser também composto pelo PNUMA e pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD ou UNDP em inglês). Essa vinculação retirava a força dos programas da família ONU e aumentava o papel a ser desempenhado pelo Banco Mundial.

Os países doadores, dessa forma, pretendiam garantir para si o controle das discussões e decisões. Por outro lado, o PNUMA e o secretariado da CNUMAD viam com ressalvas o fato do GEF ser o responsável pelo financiamento dos recursos necessários para a implementação da agenda 21 e outras medidas ligadas ao DS, dado que, como já apontado, tinha-se em vista o fortalecimento da ONU e a ampliação do espaço institucional da problemática ambiental no interior do sistema ONU; para tanto, os organizadores da CNUMAD colocaram como pontos centrais da agenda as relações entre os países do Norte e os do Sul e a questão da transparência e da representatividade dos fóruns de discussão e de decisão sobre políticas ambientais, de modo a estabelecer com isso as bases de uma aliança com os países do sul e com várias ONGs.

Os chamados países do Sul já haviam discutido e formulado os princípios e ideias que norteariam suas ações na CNUMAD um ano antes da mesma ocorrer, entre elas: assegurar que os países em desenvolvimento tivessem o “espaço ambiental” adequado para o seu desenvolvimento futuro e reestruturar as relações econômicas globais, de forma que os países em desenvolvimento tivessem o acesso adequado aos recursos e tecnologias necessários, além do acesso ao mercado dos países do Norte. Para isso, os países do Sul exigiam compromissos

por parte dos países doadores do Norte, conforme já citado, como o alívio do débito, o incremento da ODA, o acesso ao crédito e liquidez internacionais, a estabilização e aumento do preço de commodities, entre outras questões.

Existia assim, por parte dos países do Sul, estratégia para se garantir o maior montante de recursos financeiros e tecnológicos e a maior liberdade possível na sua aplicação, sem condicionalidades, de modo que tais países apontavam simultaneamente para uma aliança com o projeto do PNUMA, e também para uma posição cada vez mais autônoma (passando, como já colocado, da ideia do incremento da ODA para a proposta do fundo verde), buscando-se uma negociação que fosse a mais vantajosa possível nos termos ditados pelos países doadores, utilizando-se igualmente do potencial de pressão de muitas ONGs no sentido de obter concessões. Os países em desenvolvimento recusavam, assim, qualquer aumento de ingerência em suas políticas de desenvolvimento nacionais, enquanto ONG's importantes exigiam uma transformação dos padrões de desenvolvimento e consumo dos países ricos.

Os países do Sul, dessa forma, não se opunham totalmente a ideia de incremento da ODA, mas, de acordo com Nobre (2002), consideravam que substituir o controle dos países doadores para se submeter aos imperativos da ONU não era a melhor alternativa, o que levou ao lançamento da proposta do fundo verde, enquanto que simultaneamente se deixava aberta a porta para negociar no âmbito do GEF, com restrições.

Segundo Nobre (2002), os países em desenvolvimento, em suas estratégias e ações, superestimaram o poder de barganha que pensaram que lhes fosse dado graças a problemática ambiental, sendo que não souberam avaliar as limitações políticas enfrentadas pelos países desenvolvidos e os requisitos políticos que poderiam tornar possíveis mudanças ou transferências em uma escala mais ampla.

Fato é, que o espaço aberto pelo declínio da guerra fria entre as décadas de 1980 e 1990 é ocupado pela questão ambiental, sendo em 1987 estabelecido o protocolo de Montreal (primeiro protocolo ambiental de caráter global) e assinado o tratado de não proliferação de armas nucleares de médio alcance. No entanto, com a mudança do eixo das relações internacionais do Leste-Oeste para o Norte-Sul, ocorre um alargamento no chamado processo de globalização, o qual passa a ter uma potencial dimensão planetária. Dessa forma, a margem de manobra para estratégias de desenvolvimento nacionais se estreitam, o que torna ainda mais complicada a situação dos países do Sul. Ou seja, ao mesmo tempo em que o declínio da guerra fria permitiu a visibilidade da questão ambiental, também impediu que tal problemática mantivesse posição central, dado o enfraquecimento, com o fim da guerra fria, da motivação

política para a ajuda externa, requerendo-se uma nova base para a manutenção dos níveis da ODA.

O fato do mundo em desenvolvimento ter sido chamado pela primeira vez a ser um parceiro em igualdade de condições em um problema de escala mundial também se deveu pela ênfase ter sido deslocada das necessidades dos pobres pelos países do Norte, os quais concentraram-se em seus próprios interesses.

Aliás, muitos dos conflitos e contestações que surgiram na CNUMAD estão relacionados, em parte, a estas diferentes interpretações do conceito de sustentabilidade por parte dos atores sociais participantes da mesma. Segundo Nobre (2002), enquanto para os países em desenvolvimento do Sul, a necessidade imediata era a da mitigação da pobreza, pela segurança alimentar e por crescimento econômico no sentido moderno, para os países do Norte, o DS era quase exclusivamente visto como uma forma pós-moderna de gestão ambiental que diz respeito à necessidade de se desenvolver e introduzir as mudanças tecnológicas apropriadas para afastar a ameaça da mudança ambiental global, sem se questionar, necessariamente, as premissas filosóficas e os valores fundamentais de uma sociedade moderna industrializada. Os países do Sul sentiam dispor de justificção moral e política para solicitar alguma forma de compensação do Norte, como o acesso a novas tecnologias ou financiamento incremental, caso fossem impostas restrições ambientais ao tal caminho do crescimento modernizado.

Assim, pode-se dizer que a discussão na CNUMAD é marcada pela divisão Norte-Sul, tendo seu ápice de expressão na discussão sobre os mecanismos de financiamento e de transferência de tecnologia com vistas à implementação dos objetivos ambientais acordados pelos diversos países.

O objetivo ambicioso do bloco PNUMA/ países do Sul/ e ONGs, de lançar os fundamentos de uma nova ordem político-econômica mundial e de pôr a problemática ambiental no caminho, sob a noção de DS, encontrou limites políticos em dois trade-offs do DS: na relação entre meio ambiente e desenvolvimento e na relação entre desenvolvidos e não desenvolvidos.

Assim, de acordo com Nobre (2002), pode-se dizer que a posição dos países doadores na CNUMAD foi amplamente vitoriosa, o que gerou amplas consequências para o trato da problemática ambiental e para o futuro do DS em específico. O resultado geral é que a crise ambiental, que é, de certa maneira, uma crise do desenvolvimento, vai ser enfrentada com a manutenção das mesmas práticas e políticas que a causaram em primeiro lugar, com pequenas modificações.

Sintetizando, segundo Nobre (2002), pode-se dizer que a noção de DS sempre se caracterizou por demarcar um campo de poder que delimitava uma disputa política e simbólica em torno dos destinos da questão ambiental na agenda internacional; tinha como dois pontos fundamentais o ancoramento da política ambiental internacional nos órgãos da família ONU e o estabelecimento de mecanismos de transferência de recursos financeiros e tecnológicos em massa do Norte para o Sul. Tal projeto acabou sofrendo forte derrota na CNUMAD, a qual estabeleceu outros resultados, como já apontado: o desaparecimento da guerra fria e o chamado projeto de globalização dificultaram em muito a defesa de um aumento da ajuda externa por parte dos países doadores, que preferiram confiar em programas bilaterais, dos quais tinham e tem completo controle, e naquelas instituições multilaterais nas quais o voto é medido de acordo com as contribuições.

Uma das grandes consequências é que o DS acabou perdendo o caráter totalizante que o marcou desde o início (ou seja, um cruzamento de ações e dimensões da realidade que caberia a tal conceito concatenar e dirigir), levando-se em conta a separação que se estabeleceu entre negociações em torno de acordo ambientais globais e aqueles referentes a implementação de projeto de DS de âmbito nacional – essencialmente a agenda 21. Como será visto posteriormente, alguns autores, como José Eli da Veiga, não consideram ruim tal perda do caráter totalizante ou centralizador da questão ambiental.

Outra consequência, ainda mais importante e central, foi o fato das políticas ambientais, reunidas sob o rótulo geral de DS, passarem a ser negociadas no plano internacional no âmbito do GEF, respaldando suas formulações em padrões e critérios estabelecidos por tal programa. Dessa forma, pode-se dizer que direta e/ou indiretamente o Banco mundial passa a ter hegemonia na fixação de parâmetros de financiamento, auditoria, e controle de projetos em escala planetária, o que significa também, por consequência, a prevalência da teoria econômica ambiental de extração neoclássica na determinação do que seja DS, com características e pressupostos que serão melhores explorados em capítulo posterior deste trabalho.

A teoria econômica neoclássica já é previamente hegemônica no campo mais amplo da teoria econômica (...) o rigor formal das formulações neoclássicas em geral e para o DS em particular reveste tais formulações da chancela do científico e, portanto, garante sua aceitação como verdade em amplos círculos (...) a abordagem neoclássica demonstra grande capacidade de prover, nos seus termos, respostas precisas e diretrizes operacionais claras (...) as principais instituições econômicas, principalmente a dos países centrais e as agências multilaterais, apropriam-se política e ideologicamente das formulações ambientais neoclássicas, fechando e realimentando o ciclo de formação de hegemonia. (NOBRE, 2002)

Posto o que foi apontado nesse capítulo como direcionamento da noção de DS, é evidente que a luta pela atribuição de sentido da noção vazia de DS não alcançou seu fim, como será visto mais adiante. Todavia, aponta Nobre (2002) que a disputa agora se dá em instituições determinadas, com regras e limitações de poder bem-definidas, ou seja, o debate público em torno do DS tende a ser enformado por e dirigido a instituições com poder de decisão sobre a implementação de programas ambientais. Ainda mais importante, destaca Nobre (2002, p. 69) que “a pesquisa sobre a problemática ambiental –tendo o Desenvolvimento Sustentável como carro-chefe– desloca-se para uma investigação de instituições e políticas específicas”, o que parece indicar aí uma retroalimentação entre política e ciência, que denota a constituição de um coletivo de pesquisa em específico. Além disso, Lelé (1991) apud NOBRE (2002, p. 23, destaque nosso) destaca o caráter paradigmático da noção de DS:

Os últimos anos assistiram a uma dramática transformação no debate meio ambiente-desenvolvimento. A questão apresentada não é mais “Preocupações ambientais e desenvolvimento são contraditórios entre si?”, mas “Como pode ser alcançado o desenvolvimento sustentável?”. Subitamente, a expressão desenvolvimento sustentável tornou-se perversiva. Desenvolvimento Sustentável passou a ser a palavra-chave para agências internacionais de fomento, o jargão do planejador de desenvolvimento, o tema de conferências e papers eruditos e o slogan de ativistas do desenvolvimento e do meio ambiente. Parece ter ganhado o apoio amplo que faltou a conceitos de desenvolvimento anteriores como “ecodesenvolvimento”, e está fadado a se tornar o *paradigma de desenvolvimento* (...).

Percebe-se, portanto, pelo exposto até o momento que a construção política da noção de DS parece ser anterior ao debate do conceito via pesquisa científica, mesmo que a questão do desenvolvimento em si seja uma temática com uma cronologia de pesquisa anterior historicamente. Assim, conforme exposto, a discussão no campo do conhecimento científico sobre o DS já vem delimitado em um campo institucional específico, influenciado por regras ou pressupostos já postos, o que, como veremos, influencia nas pesquisas científicas que se pautam na abordagem de tal noção, seja em um sentido de ruptura (abandono da ideia de DS), seja em um sentido de busca por uma hegemonia em relação ao conteúdo que se deve dar à noção de DS. Se explorará algumas dessas abordagens, envolvendo o DS e seus termos associados, desenvolvimento e sustentabilidade, nos tópicos seguintes do trabalho, em seus aspectos gerais, geopolíticos e econômicos. De toda forma, antecipa-se que o fato da construção política da noção de DS ser anterior ao seu debate científico retira força da ideia da sustentabilidade vista como paradigma.

3.2 Desenvolvimento e Sustentabilidade

Em vias gerais, o termo desenvolvimento pode ser entendido de três maneiras distintas de acordo com Veiga (2005), sendo que estas muitas vezes se confundem. A primeira visão, mais freqüente, é a de tratá-lo como sinônimo de crescimento econômico. Segundo Veiga (2005), até o início dos anos 60, essa forma de ver o desenvolvimento era a mais comum, visto que as nações consideradas mais desenvolvidas eram aquelas que possuíam um melhor desempenho econômico, enquanto que os países de pior desempenho econômico permaneciam em um estágio de “subdesenvolvimento”; como se viu na introdução, essa compreensão da noção de desenvolvimento foi um dos fatores que levou ao rechaço da publicação “The Limits to Growth” por parte, principalmente, dos países considerados subdesenvolvidos.

A segunda visão de desenvolvimento é a de que ele é apenas uma ilusão, manipulação ideológica, quimera; nesta visão, incluem-se alguns autores que ainda estabelecem uma simples equivalência entre desenvolvimento e riqueza, ao utilizarem, como principal instrumento de medida do desenvolvimento, o PNB *per capita*. Nessa visão, também se incluem autores como Gilbert Rist, os quais apontam que a situação dos países “subdesenvolvidos”, de miséria científico tecnológica e de explosão demográfica urbana, tornam o não-desenvolvimento como quase inevitável, somando-se a tal situação a perda de rendas estratégicas da época da Guerra Fria (pouco países mantiveram tais rendas através do comércio do petróleo e da exportação de alimentos).

Como contraponto a noção de desenvolvimento em si, ao enxergá-la como ilusão, alguns autores se colocam como partidários de um ideário pós-desenvolvimentista, que pode ser sintetizado da seguinte forma: valorização das sociedades que não se desenvolveram; desvalorização da ideia de progresso; crítica dos principais vetores do desenvolvimento (economia, Estado-nação, educação, ciência, colonização mental, pensamento único, meios de comunicação e organizações internacionais); elogio dos modos de resistência dos perdedores que estariam abrindo o caminho para a era do “pós-desenvolvimento”; conceber e promover resistência e dissidência à sociedade de crescimento e de desenvolvimento econômico; reforçar a coerência teórica e prática das iniciativas alternativas; fazer nascer verdadeiras sociedades autônomas e conviviais; e lutar pela descolonização do imaginário economicista dominante.

Castro (2000), de maneira precursora, já tratava da falsidade existente na avaliação do desenvolvimento tomando-se como base somente a expansão da riqueza material,

propugnando a necessidade de mudanças sociais sucessivas e profundas. Dessa forma, para o autor, o mundo todo continua relativamente subdesenvolvido, visto que nenhum país atingiu um patamar equilibrado de desenvolvimento, em termos que não sejam meramente quantitativos.

Assim, a palavra “desenvolvimento” pode tanto ser associada a ideias positivas, no sentido qualitativo ou de incremento, como pode ser confundida com questões quantitativas de crescimento econômico; todavia, para os pós-desenvolvimentistas, o grande cerne da questão da palavra “desenvolvimento” encontra-se no fato de qual tem sido, historicamente, o significado de “desenvolver”, já que, muitas intervenções antrópicas que degradam recursos naturais e desrespeitam comunidades tradicionais, tem sido feitas em nome do “progresso” e do “desenvolvimento”. Para Brugger, o sentido de desenvolvimento hegemônico tem sido o de converter todos os padrões culturais em apenas um, seguindo-se um padrão cultural nortecêntrico.

Pode-se dizer que, de certa maneira, para alguns autores pós-desenvolvimentistas ou que consideram o desenvolvimento uma ilusão, está associada à palavra “desenvolvimento”, um caráter evolucionista, distinguindo-se, na sociedade, fases infantis ou primitivas, fases de desenvolvimento e fases maduras. Nesse sentido, Castro (2002), por exemplo, destaca que o subdesenvolvimento é uma forma de poluição humana, consequência do crescimento econômico de regiões mais ricas, não sendo, portanto, uma fase ou caminho para o desenvolvimento (em um sentido associado ao crescimento econômico), e sim um subproduto deste.

Mas, a bem da verdade, a discussão que envolve a temática do desenvolvimento é bem anterior a década de 1960, tendo origem no século XVIII segundo Gustavo Esteva (1996), a partir do conceito biológico de evolução trabalhado por Wolff e Darwin:

La transferencia de la metáfora biológica a la esfera social ocurrió en la última parte del siglo XVIII. (...) Tanto el concepto hegeliano de historia como el concepto darwinista de evolución se entrelazaron en el desarrollo, reforzados con el aura científica de Marx. Cuando la metáfora regresó al terreno vernáculo, adquirió un virulento poder colonizador, pronto aprovechado por los políticos. (...) El modo industrial de producción, que no era sino una forma, entre muchas, de la vida social, se convirtió en la definición del estadio terminal del camino unilineal de la evolución social. (...) La historia fue así reformulada en términos occidentales (p. 55)

Neste trabalho não cabe o aprofundamento deste ponto, de retomada mais ampla do histórico de discussão acerca das ideias e interpretações sobre o desenvolvimento. O que se pode dizer é que, conforme coloca Esteva, ainda a partir da visão que entende o desenvolvimento como ilusão, estabelece-se um marco na discussão envolvendo o

desenvolvimento a partir de 1949, no período pós-segunda guerra mundial e no início do período da guerra fria, quando a noção de desenvolvimento, discutida por cerca de 200 anos, é apropriada politicamente e sofre uma metamorfose, a partir das declarações do então presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, que associa o termo ao seu programa político, destacando a necessidade de medidas que permitam que os benefícios dos avanços científicos e do progresso industrial estadunidense sirvam para o crescimento e melhoria das áreas “subdesenvolvidas”. Ao utilizar nesse contexto a palavra “subdesenvolvimento”, aponta Esteva, Truman altera o significado de desenvolvimento, que a partir de então passa a significar a possibilidade de salvação de uma condição indigna chamada subdesenvolvimento; estabelece-se uma hierarquia, portanto, e abrem-se as possibilidades de novas formas de colonialismo e imperialismo.

É a partir da promoção do desenvolvimento, no sentido colocado por Truman, que o termo se deturpa ainda mais, sendo reduzido a ideia de crescimento econômico, como já destacado aqui. Todavia, como também apontado aqui, tal associação entre desenvolvimento e crescimento econômico não esteve imune de críticas e nem da compreensão das consequências sociais do crescimento econômico acelerado. Surgiram, então, variações da noção de desenvolvimento, que foi tematizado em desenvolvimento econômico, social, ambiental, entre outras questões, as quais foram discutidas em separado por dado momento, apontando-se, posteriormente, para a necessidade da integração entre tais temas; nesse ponto estabeleceu-se uma disputa por qual temática seria a chave unificadora das demais. A busca da chave unificadora conduziu-se, assim, para outro terreno, apontando-se que o propósito do desenvolvimento não deve ser o de desenvolver as coisas, e sim o homem; julgou-se, a partir da Declaração de Cocoyoc (em 1974), que o homem deveria ter maior influência sobre o processo de desenvolvimento, sublinhando-se a necessidade da diversidade e de se manter possibilidades de se seguir muitos caminhos diferentes em direção ao desenvolvimento.

Nesse contexto surge a ideia de desenvolvimento endógeno, e explicita-se também, para Esteva, uma contradição, a qual, para o autor, torna contraproducente qualquer tentativa de redefinição da noção de desenvolvimento, em suas diferentes versões, o que caracteriza ainda mais a visão do desenvolvimento como ilusão. O conceito de desenvolvimento endógeno tinha como ideia rechaçar a hipótese do desenvolvimento por “etapas”, na tentativa de se imitar mecanicamente as sociedades industriais, tomando-se em conta as particularidades de cada nação; todavia, se a ideia era a de se respeitar as diferentes culturas com seus respectivos modos de vida, pode-se dizer que nada permitiria crer que de tais

culturas surgiria a necessidade de desenvolvimento, fosse ele entendido da forma que se quisesse.

Si se le aplica adecuadamente, la concepción lleva a la disolución de la noción misma de desarrollo, tras dar se cuenta de la imposibilidad de imponer un solo modelo cultural en todo el mundo -como uma conferencia de expertos de Unesco reconoció apropiadamente en 1978. (ESTEVA, 1996, p. 65)

De acordo com o autor, nas décadas de 1980 e 1990, dada a crise generalizada no processo de acumulação do capital, busca-se dar novo fôlego a ideia de desenvolvimento, em versões diferentes nos países do Norte e do Sul; nos países do Norte coloca-se a ideia de redesarvolvimento, daquilo que havia se desenvolvido mal ou que estava obsoleto; nos países do Sul, segundo Esteva, sacrificam-se setores que haviam sido “desenvolvidos” durante os 30 anos anteriores, abrindo-se espaço para a colonização econômica do chamado setor informal.

En nombre de la modernización y bajo la bandera de la guerra a la pobreza - lanzada como siempre contra los pobres, no contra la pobreza misma- redesarrollar el Sur significa lanzar el ultimo y definitivo asalto contra la resistencia organizada al desarrollo y la economia. (ESTEVA, 1996, p.66)

Aqui, portanto, se encontra o ponto central da argumentação de Esteva em relação a ideia de desenvolvimento; para este, a construção social da noção de desenvolvimento, já durante os séculos XVIII e XIX, buscou a associação de tal noção a um desenho político definido, com a intenção de se extrair, de uma realidade múltipla, uma esfera autônoma, a econômica, colocando-a no centro da política e da ética; assim, a racionalidade econômica passou a prevalecer e a hierarquizar as demais.

Lo que Truman logró fue liberar la esfera económica de las connotaciones negativas acumuladas en dos siglos, desligando el desarrollo del colonialismo. No mas del 'viejo imperialismo,' dijo Truman. En retrospectiva, es posible ver que el acento en el crecimiento económico de los primeros desarrollista pos trumanianos no era una desviación ni una interpretación equivocada de la propuesta de Truman: mas bien, era la expresión de su esencia misma. (ESTEVA, 1996, p.67)

O economista político Celso Furtado, por sua vez, também apresenta ideias que se aproximam da visão de desenvolvimento como quimera, contudo, em um sentido relativo e não absoluto, visto que o autor aponta que as economias dos países considerados periféricos nunca serão desenvolvidas, mas **no sentido de similares** às economias que formam o centro do sistema capitalista, **o que não significa que não possam ser atribuídos outros sentidos e objetivos a ideia de desenvolvimento**. Furtado também aponta ser um mito a ideia de que os

padrões de consumo dos países industrializados poderão ser acessíveis às grandes massas de população em expansão nos países “periféricos”.

Para o mesmo autor, ocorreu um desvio das atenções das tarefas básicas de identificação das necessidades fundamentais da coletividade, para concentrá-las em objetivos abstratos, como os investimentos, as exportações e o crescimento. De acordo com Furtado seria importante se refletir sobre a natureza do desenvolvimento que se almeja, buscando-se estruturar políticas de desenvolvimento pautadas por valores que não seriam apenas os da dinâmica econômica. Assim, para o autor, o estudo acerca da ideia do desenvolvimento deveria também se focar nos fins do mesmo, e não apenas nos meios de se alcançá-lo:

(...) crescimento econômico vem se fundando na preservação dos privilégios das elites (...) o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (2004, p. 484)

Uma terceira visão da ideia de desenvolvimento, cujo principal expoente é o economista Amartya Sen, se relaciona amplamente com os pensamentos de Celso Furtado. Para Sen (2010), se faz necessário o reconhecimento do papel das diferentes formas de liberdade no combate às privações, destituições e opressões. Na visão do “desenvolvimento como liberdade”, a expansão da liberdade é vista, ao mesmo tempo, como o principal fim e como o principal meio do desenvolvimento, sendo que o foco, assim, deveria estar concentrado nesse objetivo abrangente. Nesse sentido, a expansão das liberdades dependem de outros condicionantes/meios (para além do crescimento econômico), como os serviços de educação e de saúde, ou os direitos civis, existindo uma retroalimentação: a expansão de certas liberdades como o acesso à saúde e à educação de qualidade permite o aumento do crescimento econômico.

Ou seja, por esse entendimento, não há nenhuma relação clara e definitiva entre a renda *per capita* e a liberdade dos indivíduos para ter uma vida longa e viver bem. O desenvolvimento requer, assim, de acordo com Sen (2010), que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos. Encarado dessa maneira, o desenvolvimento é relevante inclusive para os países considerados “desenvolvidos”.

Para Sen (2010), um país não precisa esperar pelo longo período de crescimento econômico para melhorar o seu nível de qualidade de vida: isso pode acontecer através de um programa adequado de serviços sociais, através de processos conduzidos pelo custeio público. De acordo com o autor, o processo conduzido pelo custeio público é uma receita para a rápida realização de uma qualidade de vida melhor, devendo-se passar daí para realizações mais amplas que incluem o crescimento econômico e a elevação das características clássicas da qualidade de vida.

Considerando-se as três visões apresentadas, Ignacy Sachs critica, de forma diferenciada, o que ele considera as duas visões extremas: o crescimento econômico visto como sinônimo de desenvolvimento e o desenvolvimento como quimera (com exceção da versão dessa visão a partir das ideias de Celso Furtado). Para autor, o desenvolvimento não pode ser encarado como o resultado espontâneo da livre interação das forças do mercado, conforme aponta a visão do desenvolvimento visto como crescimento econômico; mercados são tão somente uma entre as várias instituições que participam do processo de desenvolvimento. Por outro lado, a corrente que aponta o desenvolvimento como armadilha ideológica está certa em desafiar a possibilidade de crescimento indefinido do produto material, apesar de ainda não oferecer sugestões reais para se lidar com dois problemas herdados do séc. XX: o desemprego em massa e as desigualdades crescentes.

Buscando sintetizar, assim, o que seria o desenvolvimento, Veiga (2005) aponta, a partir das visões de Celso Furtado e Amartya Sen, que o desenvolvimento tem a ver com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e oportunidades para fazerem suas escolhas. Tal ideia tem um caráter tão político quanto econômico, sendo necessária a proteção dos direitos humanos e o aprofundamento da democracia para a sua realização. Nesse sentido, esta visão se aproxima de uma economia de viés institucionalista, oposta a economia de caráter neoclássico apontada, conforme o capítulo anterior, como hegemônica na institucionalização da noção de DS.

Poderia se avançar nesta temática ainda mais, visto que a discussão em relação ao desenvolvimento ainda pode ser mais aprofundada a partir da leitura de outros autores, como Yyes Lacoste, por exemplo, no entanto não se tem o intuito de se tratar da noção de desenvolvimento em separado, demasiadamente. Do mais, daquilo que já foi colocado, Esteve destaca que, conceitual e politicamente, a busca por fôlego para a noção de desenvolvimento surge também através da noção de DS, acrescentando-se o adjetivo “sustentável” dada as preocupações com relação a escassez de “recursos naturais” para a manutenção do processo de desenvolvimento como posto por Truman.

De acordo com Veiga (2005), a palavra “sustentável” origina-se da Ecologia (ciência natural), sendo relacionada, geralmente, à natureza homeostática dos ecossistemas naturais, englobando, ainda, conceitos como o de “capacidade de suporte”, por exemplo. Pode-se dizer que tal termo mantém a sua significação ecológica mesmo ao ser associado a noção de desenvolvimento; nesse sentido, trata-se da possibilidade de associação do desenvolvimento (entendido como sinônimo de crescimento econômico, preponderantemente) com a manutenção e conservação dos chamados serviços ecossistêmicos.

Nessa associação, o termo sustentabilidade pode ser visto de três modos distintos, os quais serão aprofundados posteriormente, ao se tratar da relação entre as teorias econômicas e o desenvolvimento sustentável. Mas, de modo geral, a primeira visão é a de que não existe dilema entre conservação ambiental e crescimento econômico. Essa hipótese é mais conhecida como “curva ambiental de Kuznets”, que mostra que, apesar do crescimento econômico prejudicar o meio ambiente (em um sentido puramente físico ou biológico) até que um certo nível de riqueza seja alcançado, após atingir-se esse patamar, a tendência se inverteria, ou seja, o crescimento econômico auxiliaria na conservação ambiental (VEIGA, 2005).

Em contrapartida a esse pensamento, está a relação entre economia e termodinâmica, tese de Nicholas Georgescu-Roegen. Baseado na segunda lei da termodinâmica (entropia), as atividades econômicas são energias convertidas em formas de calor difusas, tornando-as inutilizáveis. Assim, em algum momento, segundo Georgescu, a humanidade deverá retrair o consumo dos produtos para que o desenvolvimento possa continuar a ocorrer. Dentro dessa vertente, encontra-se também Herman E. Daly, que possui uma visão um pouco menos cética, em que só a “condição estacionária” pode evitar a decadência ecológica, ou seja, que a economia só melhoraria em termos qualitativos quando se substituísse uma atividade econômica por outra de melhor tecnologia e menor impacto na natureza (e.g. Energia fóssil por energia limpa).

Por fim, a terceira visão de sustentabilidade tenta avançar pelo “caminho do meio”, entre as duas hipóteses tão opostas, baseando-se em um tipo de economia com viés institucionalista, que aborda a dinâmica do mercado associado às demais instituições. No entanto, ainda é apenas uma tentativa. Tal hipótese é trabalhada por Ricardo Abramovay, por exemplo, e se tratará dela posteriormente. Percebe-se que esta hipótese e a ideia de decrescimento ou de condição estacionária, elaboradas por Georgescu-Roegen e Daly, chocam-se com o ideal de primazia da racionalidade econômica, buscando recoloca-la como um elemento a mais do tecido social e cultural; com relação à primeira visão de

sustentabilidade, percebe-se que a racionalidade econômica ainda se mantém, na busca de compatibilidade entre crescimento econômico e natureza; e esta é a visão preponderante, como se viu na construção política do DS, a qual coloca o mercado como intermediador principal de soluções para a questão ambiental. Nesse sentido, o que se nota, a partir da construção e emergência política da noção de DS, são discussões e pesquisas científicas que buscam:

- Ou questionar e debater o conteúdo do termo, sem necessariamente romper com o mesmo, tentando retrabalhar uma das bases que propiciou a institucionalização da noção, qual seja, a ideia de que crescimento econômico e meio ambiente não são incompatíveis, utilizando-se de uma base econômica de caráter institucionalista que retoma abordagens mais amplas a respeito do desenvolvimento e também dialoga de certa forma com preceitos do decrescimento, criticando formas de rompimento político e socioeconômico mais radicais;
- Ou então buscam romper com a noção de DS, a partir de vários vieses, considerando que a noção, como matriz discursiva, não considera a questão ambiental de forma plena, levando em conta a dinâmica de produção e reprodução do espaço;

A partir de agora, na busca pela junção das noções de desenvolvimento e sustentabilidade, se buscará abordar o conceito de desenvolvimento sustentável em termos geopolíticos e econômicos (alguns dos principais eixos para se analisar a noção de DS no âmbito da pesquisa científica); a escolha desses eixos de análise se dá pela importância e influência destes sobre os conceitos e noções que conformam a ideia de DS.

3.2.1 A geopolítica do Desenvolvimento Sustentável

Em sua tese, denominada “A geopolítica do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a conferência do Rio de Janeiro (Rio 92)”, Leandro de Oliveira Dias procura tecer relações entre a consolidação da noção de desenvolvimento sustentável, a partir da CNUMAD de 1992, e o ambiente econômico. Tal evento, como já destacado, consolidou institucionalmente a noção de DS.

Leandro de Oliveira Dias busca trabalhar a hipótese de que a escolha dos lugares/espacos para a realização de megaeventos, como a Rio 92, não é aleatória, estando relacionada a um processo pacífico e marcado pelo consenso, de apropriação e controle dos territórios.

Nesse ponto, abre-se um espaço para a conceituação de território, que é um tanto complexa; aqui, está se considerando o pensamento trabalhado por Fernandes (2008), que busca superar a compreensão de território como algo uno, entendendo-o como pluralidade; tem-se, assim, territórios materiais e imateriais, os quais são indissociáveis, onde os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social, a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. O território material apresenta-se como resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial em termos de conhecimento, teoria e ideologia; Fernandes considera três tipos de território material: o 1º território formado pelo país, estados e municípios; o 2º território formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedades privadas não capitalistas; e o 3º território, considerados territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e que são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território. Portanto, a questão chave nessa conceituação de território proposta por Fernandes é a existência de múltiplos territórios (2º território) em um dado território (1º território), onde a relação de poder entre os diferentes grupos que compõem esses territórios (com suas multidimensionalidades) é geradora de conflitos.

Nesse sentido, na busca por se evitar tais conflitos territoriais entre grupos sociais com modos de vida diferenciados, consegue-se que a noção de DS se torne de fato consensual ao se colocar tal noção em associação com os processos econômicos predominantes; ou seja, tal noção só se torna amplamente aceita por parte dos Estados do Norte e do Sul quando busca compatibilizar a manutenção e conservação dos serviços ecossistêmicos com o crescimento econômico, conforme já apontado. As conferências, dessa forma, evitariam, através da formação de consensos por parte de determinados grupos sociais, processos mais conflitivos/dissidentes de dominação e controle de territórios, com seus respectivos “recursos naturais” estratégicos.

Assim, destaca Oliveira (2011):

A trajetória da construção do ideário do Desenvolvimento Sustentável, que objetiva ser consensual na busca da aproximação entre desenvolvimento e meio ambiente, só atingiu seu intento quando o debate de uma melhor utilização da natureza inseriu-se na ordem econômica vigente, de acordo com o contexto político-econômico mundial no período da conferência (p. 6, destaque nosso)

A ordem econômica vigente apontada pelo autor no trecho destacado é o neoliberalismo econômico (economia neoclássica), predominante no contexto da elaboração do relatório Brundtland e da Conferência do Rio de Janeiro em 1992. Para Oliveira, nesta

conferência “forjou-se” um consenso sob a ótica do neoliberalismo, a partir da construção de acordos que aparentemente possuem objetivos convergentes, sem se levantar grandes polêmicas ou possibilidades de conflitos.

Fazendo uma ligação entre contextos econômicos diferentes e respectivos eventos “ambientais”, bem como buscando uma relação com os lugares onde tais encontros ocorreram, o autor aponta que já anteriormente a escolha de Estocolmo, na Suécia, como sede para a 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, não foi aleatória. Oliveira destaca que à época, a Suécia era um exemplo político-econômico de sucesso do capitalismo, sem grandes problemas sociais, através de seu modelo social democrata; nesse sentido, as preocupações da conferência se relacionavam à poluição atmosférica, uma questão importante na ótica da Suécia e de outros países de capitalismo avançado; questões relacionadas a justiça socioambiental, as quais envolvem conflitos territoriais, não estiveram em pauta, e foi proposto aos países, nesse encontro, tendo como base o Relatório “The Limits to Growth”, a ideia do crescimento zero ou da condição estacionária (CE), proposta que foi negada pela maior parte dos países ditos “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, como o Brasil, por exemplo. Além disso, para Rodrigues (2005), no contexto da conferência “os conflitos entre o norte ‘desenvolvido’ e o sul ‘subdesenvolvido’ expressavam também os interesses das corporações internacionais na implantação de indústrias poluentes e na exploração de recursos naturais dos países da periferia do sistema, porém apareciam como conflitos entre países.” (s/n).

A proposta de crescimento zero do Relatório Meadows recebeu inúmeras críticas, sendo acusado de ser uma farsa, tendo-se em vista que entraria em contradição com o próprio funcionamento do sistema capitalista; além disso, segundo Oliveira (2011), “o ‘crescimento zero’, sob o viés político-econômico, significava um embrutecimento na relação Norte-Sul, com um esmagamento das pretensões de desenvolvimento dos países periféricos” (p.36). Em síntese, o autor destaca que:

É importante asseverar que não foi possível encontrar no ‘Limites do Crescimento’ uma ideia-força capaz de aproximar centro e periferia, de servir de motor para os acordos da Conferência de Estocolmo. (...) Estocolmo foi palco de confronto entre os chamados ‘Zeristas’, que defendiam a contenção do desenvolvimento econômico, e os ‘Desenvolvimentistas’, que defendiam o crescimento econômico, ainda que com o ônus da poluição. Percebe-se que o objetivo central foi a tentativa de associar as implicações do crescimento capitalista com cuidados referentes à temática ambiental. A realização desta conferência em um país da Escandinávia adequava-se perfeitamente como a exibição de um mostruário do ‘capitalismo avançado’, demonstrando que este evento não objetivou um debate consistente sobre a problemática ambiental. (...) O plano inicial, ao que

tudo indica, era fazer com que os representantes dos ditos países subdesenvolvidos apenas coadunassem com as propostas dos países centrais e se submetessem às suas normas, com a permanência de dependência econômica, política e tecnológica. (OLIVEIRA, 2011, p. 39-40)

Em um momento posterior retomaremos a ideia de crescimento zero e abordaremos também outra noção, de decrescimento, para proporcionar um debate em outro contexto. Com relação a Rio-92, em tal conferência, na visão de Oliveira e de outros autores, elaborou-se um consenso sob o domínio do neoliberalismo. Para o autor, o que ratifica tal fato é a possibilidade de se medir grandes eventos internacionais, como a Rio-92, através dos acordos construídos e firmados, os quais aparentam ter objetivos comuns, o que excluiria a necessidade de se trazer à tona os conflitos e contradições próprios da relação entre economia e natureza. Nesse sentido, o Relatório Brundtland, já citado e que serviu como base teórica e técnica para os acordos realizados na Rio-92, buscava legitimar a adequação entre o modelo econômico pautado pelas teorias neoliberais com a proteção do “meio ambiente”. Na Rio-92 também foi assinado um acordo entre os países participantes, por meio da Agenda 21⁶, no qual o DS era colocado como meta a ser atingida no “futuro”.

Traçando um comparativo histórico entre eventos distintos que buscavam a relação entre economia e meio ambiente, ou entre desenvolvimento e meio ambiente, (com desenvolvimento entendido, em termos hegemônicos, como sinônimo de crescimento econômico), Oliveira (2011) aponta, portanto, o que Nobre (2002) já havia destacado: se em Estocolmo (com base no relatório “Limits to Growth”) ocorreu um desencontro entre economia e meio ambiente, na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, houve uma convergência de interesses: no Relatório Brundtland a proteção do meio ambiente era plenamente adequável à economia (crescimento econômico), em seu viés neoclássico. Nesse sentido, Oliveira analisa que a Geopolítica do DS estaria inserida no processo de reestruturação produtiva do capital sob a égide do Novo Imperialismo, onde “a ONU e seus organismos como o Banco Mundial e o FMI (...) são os grandes patrocinadores dos projetos ambientalmente sustentáveis e da adoção dos fundamentos deste modelo de desenvolvimento em escala global” (OLIVEIRA, 2011, p. 62-64).

Em síntese, portanto, nesta visão geopolítica do DS, este é visto como ideologia, nas palavras de Oliveira (2011), ou como mito, lenda, ideia, nas palavras de Rodrigues (2005); nesse ponto, o sentido de mito parece não ser o de algo falso, mas sim o de algo culturalmente

⁶ A Agenda 21 buscou estabelecer compromissos para o século XXI, que abrangem temas como biodiversidade, recursos hídricos, educação e habitação.

criado para a manutenção de certas condições societárias, buscando compatibilizá-las como uma real preocupação com a gestão dos chamados “recursos naturais” (o que aponta para a sustentabilidade como uma matriz discursiva). Rodrigues, Oliveira e outros autores buscam, portanto, resgatar a importância do conceito de território para a realização da crítica à ideia de DS, conforme já destacado, apontando o fato de sua legitimação se dar em um contexto de práticas econômicas neoclássicas, ou neoliberais, onde a formação dos preços é que determina a lógica de melhor alocação das riquezas naturais, ou seja, busca-se incorporar a natureza na lógica/racionalidade econômica, em seu tempo. Se obscurece, assim, o fato da reprodução ampliada do capital se dar em termos territoriais, na apropriação dos espaços, e, ao mesmo tempo, portanto, pela expropriação e negação de tais territórios para outros grupos sociais. A mercantilização, na visão dos autores citados, alcança outros níveis a partir do século XXI, perpassando os recursos energéticos, chegando até a água, o ar de boa qualidade, entre outras riquezas naturais, sempre se tendo problema na precificação de tais riquezas, que só adquirem valor a partir de sua incorporação na lógica econômica do mercado.

Carvalho (1996), por sua vez, busca tratar da questão do neoliberalismo como uma nova forma de colonialismo e imperialismo (algo que já foi apontado por aqui, na apropriação de territórios estratégicos sem a explicitação de conflitos), colocando tal questão em relação com o tema da biodiversidade.

Primeiramente, o autor trata da difusão da unidade geopolítica do Estado-Nação durante a década de 1990 como fato que teria viabilizado o sistema capitalista, com o ambiente econômico no padrão de acumulação e apropriação vigentes se tornando comum em todos os lugares do mundo; nesse sentido, nas palavras de Carvalho (1996), “finalmente a economia e a política se encontram nas fronteiras da Terra (...) [e atinge-se] um limite da dimensão do espaço físico planetário” (p. 23). A difusão do modelo econômico-político hegemônico deu-se durante certo período, como se sabe, através de conflitos diretos, pela colonização política, através de guerras e invasões, por exemplo.

No período neoliberal do sistema capitalista, Carvalho (1996) busca argumentar que o neoliberalismo, como política econômica hegemônica, nada mais é que um novo colonialismo e imperialismo; nesse sentido, o autor questiona se tal modelo pode ser encarado como um aprimoramento do padrão de acumulação e apropriação do capital, ou se seria um alerta para o fato de se ter atingido os limites de expansão de tal padrão, limites materializados em termos físicos e ambientais, gerando inúmeras crises, de caráter socioambiental e econômico, por exemplo, ou uma crise civilizatória para resumir todas essas crises.

Assim, Carvalho (1996) aponta o neoliberalismo como mais uma tentativa de resposta às crises recorrentes do sistema capitalista, com um elemento que o distingue das fórmulas de respostas clássicas anteriores (pautadas pela criação ou descoberta de novos mercados e/ou desencadeamento de guerras mundiais), com a “clara aposta na potencialidade da produção de novos patamares tecnológicos” (CARVALHO, 1996, p. 26). Este não seria um avanço tecnológico comum, mas sim uma verdadeira mudança de paradigma tecnológico, através da chamada “biotecnologia”. Nesse sentido, aponta o autor:

É fato que todo o avanço tecnológico, até agora experimentado, fundou-se na conversão de valores ambientais em valores econômico-sociais (...). Só que dessa vez (...) o que está em questão não é um simples processo de aprimoramento técnico ou de avanço genérico da tecnologia. (...) Se há um novo colonialismo sendo anunciado, este colonialismo é o genético, se há novos controles e apropriações territoriais em mira, estes recairão sobre os territórios dos mananciais de biodiversidade; se há um novo mapa sendo desenhado, este é o mapa genético; e se há uma nova cartografia sendo produzida, esta é a cartografia da vida. (CARVALHO, 1996, p. 27)

Percebe-se, portanto, que o exposto aqui se aproxima do que já fora apontado por Rodrigues. A produção de um novo patamar tecnológico, através da biotecnologia, reduziria, como já destacado anteriormente, toda e qualquer riqueza natural a uma condição de matéria prima, passível de precificação pela lógica econômica hegemônica, incluindo os genes, por exemplo. Com tal potencial tecnológico seriam abertos, desse modo, novos potenciais de apropriação e exploração, visto que os maiores mananciais de biodiversidade ainda se encontram inexplorados, mercadologicamente falando. E onde se encontram tais mananciais de biodiversidade inexplorados? Estes se encontrem em países do Sul global (com o Sul sendo encarado aqui no sentido dos países chamados “subdesenvolvidos ou em desenvolvimento”), com o Brasil chegando a concentrar “quase um terço de toda a diversidade de vida presente no planeta” (CARVALHO, 1996, p. 32).

Assim, pode-se dizer que a tecnologia exigida para a exploração da biodiversidade encontra-se em franco desenvolvimento nos países do Norte (no sentido de países chamados “centrais ou desenvolvidos”), enquanto que os mananciais de biodiversidade propriamente ditos encontram-se em países do Sul. Todavia, ressalta Carvalho (1996), para que os países do Norte tenham o controle e o acesso de tais territórios e seus mananciais, as estratégias políticas coloniais anteriores não são mais possíveis, ou não o são em sua similitude, visto as mudanças sociopolíticas ocorridas em nível global, com a maioria dos países do Sul conquistando suas independências políticas, e com “modificações na divisão internacional do trabalho, proporcionadas pela desconcentração dos polos comandantes e irradiadores da

economia-política mundial” (CARVALHO, 1996, p. 29). Desse modo, não há mais trânsito fácil para os países do Norte, através de guerras e invasões, na busca pelo acesso da biodiversidade contida nos países do Sul, buscando sua preservação e/ou aproveitamento; tal fato demanda estratégias geopolíticas mais complexas. Tais estratégias se dão através de negociações e busca de consensos e pelo processo de colonização epistemológica ou cognitiva; a noção de DS, que não é citada por Carvalho (1996), e seus eventos correlatos, portanto, encaixariam-se nesse novo modelo de apropriação e controle de territórios de forma pacífica e negociada.

O autor ressalta que nesse contexto torna-se difícil distinguir entre aqueles atores sociais que, ao abraçarem a bandeira ecológica, buscam apenas a manutenção de reservas potenciais de matérias-primas, na lógica econômica, daqueles realmente preocupados em garantir territórios de vida multiculturais. Nesse sentido, ambos os atores sociais tem preocupações com relação a questão da soberania do Estado, buscando contestá-la, estando, respectivamente, aqueles preocupados com a capacidade do Estado em garantir a manutenção da biodiversidade para o uso privado, enquanto estes encontram-se preocupados com a capacidade do Estado (com características específicas no sistema capitalista) de garantir os direitos de grupos sociais com modos de vida distintos do urbano-industrial, que não participam amplamente das instituições democráticas que formam o Estado, por uma série de motivos que não abordaremos aqui.

Neste contexto de complicações para se diferenciar as posições dos diversos atores sociais, Carvalho (1996) faz uma proposta que muito tem a ver com a concepção de pós-modernidade elaborada por Boaventura de Sousa Santos, a qual já abordamos neste trabalho:

Como ser moderno, ser ambiental, ser ecológico, ser planetário, ser internacionalista e adotar a ideia de uma pátria terrestre, sem se prestar ao papel de “boi de piranha” dos interesses que também se reivindicam como transnacionais, mesmo que apenas para solucionar os ‘neo’ problemas da velha ordem mundial, que agora resolveu autodenominar-se de ‘nova’? Há, no mínimo, uma saída: ao mesmo tempo que erguemos as bandeiras ambientais e ecológicas, não descuidarmos de trazer sempre à tona o velho e surrado discurso crítico da matriz capitalista (...) e seu papel de totalidade engessadora de qualquer solução para os dilemas e resultados das oposições apontadas. (CARVALHO, 1996, p. 38)

Por fim, pode-se dizer que, através de Carvalho (1996), torna-se mais clara a ligação entre o modelo econômico neoliberal e a noção de DS, mesmo que o autor não utilize expressamente tal ideia, abordando mais especificamente o tema da biodiversidade.

Percebe-se pela discussão posta até o momento, que começam a se traçar alguns dos elementos importantes que poderiam constituir um suposto paradigma ou matriz discursiva da

sustentabilidade, como, por exemplo, a busca pelo consenso e a invisibilização de conflitos, a solução das questões ambientais através de instrumentos econômicos neoliberais (mantendo-se o processo de crescimento econômico), a manutenção da colonização por vias epistemológicas (predomínio do saber científico em detrimento de outras formas de saberes), e a aposta no desenvolvimento tecnológico para a criação de novos mercados (biotecnologia) e para a melhor gestão dos “recursos naturais”.

Saindo-se do viés geopolítico da ideia de DS que foi feito até este momento, faz-se necessário adentrar em outro tipo de abordagem, de caráter mais econômico, onde, inclusive, as noções de desenvolvimento e sustentabilidade são analisadas de maneira separada, e o padrão de apropriação e acumulação do capital não é visto como algo estrutural do sistema capitalista necessariamente. Assim, se perceberá que muitas críticas à noção de DS são semelhantes, mas estas são feitas em outro contexto, saindo-se propriamente da ideia de DS como mito ou ideologia (no sentido de falsa consciência).

3.2.2 Desenvolvimento Sustentável na teoria econômica

Neste tópico, serão utilizadas principalmente as obras de Ricardo Abramovay e de Andrei Cechin como base de discussão. Todos estes tratam das teorias econômicas que perpassam as discussões de soluções para a crise socioambiental, e também tratam das diferentes noções que giram ao redor dos termos “desenvolvimento” e “sustentabilidade”. Ao contrário da visão geopolítica a respeito da ideia de DS, se observará que na visão econômica tal noção é encarada com otimismo, e não como ideologia ou mito, deixando-se clara a possibilidade de sua real consecução dentro do sistema econômico capitalista (apesar da disputa entre as diferentes correntes econômicas), onde o padrão de acumulação do capital não é visto como algo imutável ou inerentemente estrutural, abrindo-se reais possibilidades de decrescimento e/ou de crescimento zero, a partir de possibilidades de cooperação social no interior do capitalismo; na visão geopolítica anterior, busca-se até a não citação do termo DS, visto como falsa resposta aos dilemas ambientais; já na visão econômica a ideia de DS é vista como possibilidade real dentro da sociedade capitalista. Ainda existe uma terceira linha argumentativa, que busca recuperar e associar a ideia de DS para as práticas e atores que seriam aqueles “verdadeiramente” sustentáveis, ocorrendo uma disputa de forças pela ressignificação do conceito. Veiga (2005) esclarece tal campo de disputas apontando na

direção já colocada neste trabalho, de delimitação de um campo de disputa institucional da questão ambiental através da noção de DS:

Acontece que estão justamente nas fraquezas, imprecisões e ambivalências da noção de sustentabilidade as razões de sua força e aceitação quase total. (...) Essa noção só conseguiu se tornar quase universalmente aceita porque reuniu sob si posições teóricas e políticas contraditórias e até mesmo opostas. E isto só foi possível exatamente porque ela não nasceu definida: seu sentido é definido no debate teórico e na luta política. Sendo assim, sua força está em delimitar um campo bastante amplo em que se dá a luta política sobre o sentido que deveria ter o meio ambiente no mundo contemporâneo. (p. 164)

Pela teoria econômica, Cechin (2010), em obra que trata da contribuição do economista romeno Nicholas Georgescu Rogen para a discussão da relação entre natureza e economia, traça um histórico do surgimento da economia, abordando suas principais escolas e o pensamento hegemônico que sustenta as ideias e teorias de tais escolas, bem como as linhas divergentes que surgem a partir da compreensão dos limites e insuficiências do pensamento hegemônico. Retomar este histórico é importante no sentido de que a discussão sobre o DS (assim como a noção de desenvolvimento em geral) insere-se em uma lógica de predominância da dimensão econômica, de respostas à crise socioambiental através das ideias e teorias da ciência econômica, ou seja, tal histórico não pode ser ignorado para os propósitos deste trabalho.

Em seus primórdios (ainda não institucionalizada como ciência), a economia buscava responder a duas perguntas, relacionadas à origem e distribuição da riqueza. No período entre o século XV ao XVIII, quando surge o Estado-Nação europeu, predominaram um conjunto de ideias e políticas econômicas conhecidas posteriormente como mercantilistas, onde se entendia que a riqueza de uma nação dependia da quantidade de ouro e de prata que esta possuísse, fazendo-se um balanço entre exportações e importações. Já no século XVIII, surgem um conjunto de ideias que acreditavam que o dinheiro em si não gerava riqueza, sendo necessário coloca-lo em circulação para tal, sem grandes interferências do Estado nesse processo, considerando-se que este seria regido por leis naturais.

No período entre 1756 até 1763 desenvolvem-se ideias que originam uma escola econômica chamada fisiocracia, primeiro grupo organizado de economistas. Nesta escola considerava-se que a fonte da riqueza não estaria associada ao comércio ou a acumulação de metais preciosos, e sim à agricultura. A partir da produção nesse setor, sem intervenções políticas, poderia se gerar um excedente que, ao circular entre as classes sociais, garantiria a reprodução do sistema econômico, sendo uma parte do excedente reutilizado no ciclo

produtivo seguinte. Os fisiocratas deixaram importantes contribuições científicas para os desenvolvimentos posteriores da economia: 1) A ideia de interdependência entre os vários processos produtivos e de equilíbrio do sistema econômico; 2) A representação das trocas econômicas como um fluxo circular de bens e dinheiro entre os vários setores econômicos.

A partir de “A riqueza das Nações”, de Adam Smith, a ênfase fisiocrata na agricultura é transferida para o setor manufatureiro. Para Smith, a riqueza (ou valor econômico) é criada pelo trabalho, sendo necessário o aumento da produtividade deste, portanto, para o crescimento da riqueza; como meio para aumentar a produtividade do trabalho surge a divisão do trabalho. Dessa forma, aponta Cechin (2010) que “além da produtividade do trabalho resultante da especialização, é a acumulação de capital, através da poupança proveniente dos lucros, que garantiria o crescimento econômico” (p. 29). Ainda de acordo com Smith, a oferta fixa de terra impediria em dado momento o crescimento da população, sendo um fator limitante ao crescimento econômico; questão que não poderia ser resolvida somente pelo ritmo de inovações tecnológicas, visto que este não seria suficiente para resolver os possíveis retornos decrescentes gerados pela pressão de uma população em crescimento sobre certa quantidade limitada de riquezas naturais.

David Ricardo e Thomas Malthus também foram pessimistas sobre a questão do crescimento econômico a longo prazo, considerando a possibilidade de uma economia em estado estacionário nesse período, com uma população constante que viveria em um nível de subsistência; o limitante para o crescimento econômico estaria na oferta de terras de boa qualidade, o que geraria retornos decrescentes da agricultura, com a diminuição da produtividade. O economista John Stuart Mill enxergava com certo otimismo tal possibilidade de estado estacionário da economia, para ele “até a chegada do estado estacionário o progresso técnico já teria possibilitado satisfazer as vontades materialistas da humanidade, e a sociedade estaria livre para perseguir outras metas sociais, a um padrão de vida mais elevado do que o da sua época” (CECHIN, 2010, p. 30). Percebe-se que nestas ideias estão a origem dos debates a respeito das possibilidades e necessidades do estado estacionário da economia e/ou do decrescimento econômico.

Para Karl Marx, os limites naturais não se constituiriam necessariamente como um entrave ao sistema capitalista, dado que, no futuro os avanços tecnológicos seriam suficientes para superar tais limitantes, podendo-se atender a todas as necessidades humanas. A ênfase de Marx se dava, assim, aos conflitos e contradições internas da dinâmica capitalista, e não nas interações de tal sistema com a natureza. Nesse sentido, Marx construiu seu esquema de reprodução simples, o qual tratava das condições de equilíbrio do sistema econômico:

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução. (MARX, 2013p. 145)

Harvey (2010) discorda desse determinismo tecnológico atribuído à Marx, como já destacado anteriormente neste trabalho, mas não adentraremos nesta discussão. Muitos autores consideram que as ideias de Marx fazem parte da economia política clássica, que tem raízes em Adam Smith, mas, ao contrário dos pensadores dessa corrente, Marx não considerava as leis econômicas como leis naturais, levando em ampla consideração os aspectos institucionais e legais do estágio capitalista da história.

A partir do chamado movimento Marginalista, ocorrido durante o período de 1870 até 1890, ocorreu um distanciamento da economia política clássica, buscando-se o desenvolvimento do que se pretendia ser uma ciência pura do fenômeno econômico, que se caracterizaria pelo uso da matemática e de outros métodos das chamadas ciências exatas. Assim, muda-se o foco da produção e da distribuição de riqueza para a questão das “trocas” entre os indivíduos (ou consumidores). Segundo Cechin (2010), o autor que primeiro aproxima a economia como um campo das ciências exatas é Léon Walras, em “Elements of a Pure Economics”.

Dessa forma, o movimento Marginalista consolidou um entendimento mecânico do funcionamento da economia, com analogias e metáforas baseadas no princípio da conservação de energia da física (primeira lei da termodinâmica). Em tal lei física, não se cria e nem se perde energia, ela apenas se transforma, sem perdas, constituindo-se, portanto, como um fenômeno reversível, onde o que importa é a posição do objeto em questão, e não sua trajetória ou processo, sem haver distinção entre passado e futuro. A ideia central era a de que existiria na sociedade um ponto em que todas as forças que agem no sistema se cancelariam, mecanicamente.

O auto interesse levaria os indivíduos a maximizarem sua utilidade, e esta passou a ser entendida como uma medida de satisfação pessoal proporcionada pelo consumo. (...) O problema (...) passaria a ser o de encontrar a combinação de bens e serviços que maximizassem a utilidade (isto é, a satisfação) das pessoas, dada a restrição de recursos. Na sua visão, diferenças nas utilidades individuais criavam um tipo de energia potencial para a troca. Tanto que, para ele, a noção de valor era para a economia o que a noção de energia era para a mecânica. (CECHIN, 2010, p. 27-28)

A chamada economia neoclássica ou análise microeconômica surge a partir da junção, por parte de Alfred Marshall, das respostas, tanto dos economistas políticos clássicos quanto dos economistas marginalistas, para o que determinaria o preço no mercado. Enquanto os clássicos davam ênfase na oferta, no custo de tempo de trabalho, para os marginalistas era a demanda que determinava os preços, a utilidade que os bens tem para aqueles que os consomem. Marshall relacionou ambas as respostas, sendo o preço do mercado o ponto em que a oferta encontra a demanda; assim, “a análise microeconômica do comportamento da firma na determinação da oferta e do consumidor na determinação da demanda ganhou força e passaria a ser chamada de economia neoclássica” (CECHIN, 2010, p. 35).

Criou-se, assim, um princípio universal para a ciência econômica, com a ideia dos marginalistas de que o problema econômico principal era o de alocar recursos escassos entre fins alternativos, maximizando-se a utilidade das pessoas.

No contexto da Grande Depressão (forte crise econômica sofrida pelo mundo ocidental), durante a década de 1930, as respostas à crise se voltaram a uma visão macroeconômica, de preocupações com a taxa decrescente de crescimento econômico, a partir do pensamento de John Maynard Keynes. Desse modo, as preocupações centravam-se em aspectos da macroeconomia como, por exemplo, as quantias totais de consumo, poupança, renda, produção e emprego, e não em fatores individuais de uma empresa. Keynes ofereceu uma explicação para as flutuações econômicas e um modo de minimizá-las, tendo-se em vista os problemas que ocorrem quando, por exemplo, as empresas, coletivamente, não consegue vender todo o nível de sua produção, dado os níveis insuficientes de gastos totais com consumo e investimentos para comprar essa produção, o que gera consequências como o desemprego e a redução da produção nas empresas; houve, assim uma volta da teoria sobre o crescimento econômico a partir de um novo olhar, não se dando nenhum papel à terra ou a problemática do possível/impossível crescimento ininterrupto.

Paul Anthony Samuelson desenvolveu uma ligação entre a microeconomia neoclássica com a macroeconomia keynesiana, sendo a junção denominada de síntese neoclássica; tal combinação foi a base da economia de grande parte do século XX, tornando-se quase unanimidade entre economistas e formuladores de políticas no campo econômico após a 2ª Guerra Mundial. Dessa maneira, “desde que a economia crescesse e produzisse pleno emprego, o fruto do crescimento anual do produto disponibilizaria recursos adicionais para atender às necessidades de todos” (CECHIN, 2010, p. 38). O crescimento econômico era visto como algo central, ajustado ao status quo, tanto em termos de estrutura da economia que era aceita, como também era adequado ao clima de discussões políticas e ideológicas do período

da guerra fria. Posteriormente, o economista Rober M. Solow contribuiu para compatibilizar a teoria do crescimento econômico com a ideia do equilíbrio estável dos economistas neoclássicos:

Na era da síntese neoclássica, Robert M. Solow ajudou a reconciliar o crescimento com equilíbrio com a ideia de que os fatores capital e trabalho podem ser substituídos um pelo outro no processo. (...) A teoria do equilíbrio de Walras (...) despertou no período da Guerra Fria (...). A teoria prova que existe um sistema de preços em que todos os consumidores satisfazem ao máximo suas preferências e os produtores maximizam seus lucros, sem nenhuma intervenção do governo. Assumia-se que, se perturbada tal situação, os sistemas analisados sempre retornariam a suas posições originais. A analogia do processo econômico como um sistema mecânico reversível não só perdurou como ainda constitui a abordagem dominante da economia. (CECHIN, 2010, p. 38-39)

Dessa forma, nota-se que uma visão mecanicista, com estrutura de análise baseada na mecânica clássica e em seu princípio de conservação de energia, foi o que sustentou a economia predominante durante o século XX. A economia neoclássica será aquela que, hegemonicamente, desenvolverá respostas, amplamente aceitas, para a problemática socioambiental, como Nobre (2002) já havia apontado.

A visão mecânica que embasa, ou embasou, tanto economistas clássicos, como fisiocratas e marginalistas, pode ser visualizada pelo diagrama de fluxo circular, o qual é uma figura de representação (figura 2), em termos gerais, da organização do sistema econômico; tal diagrama é um modelo visual comum em manuais econômicos, onde o sistema econômico é visto como em harmonia e equilíbrio.

Figura 2: Diagrama de fluxo circular do sistema econômico (Fonte: Mankiw, 2001).

No diagrama de fluxo circular é expressa uma visão da economia onde nada entra e nada sai, ou seja, nesta visão a economia é um sistema isolado, não existindo nada no exterior dela mesma. Tem-se, portanto, uma visão irreal da economia, onde ela é um sistema de moto perpétuo, capaz de produzir trabalho de maneira ininterrupta, sem a entrada de novos materiais e de energia, algo que contradiz a segunda lei da termodinâmica, a chamada lei da entropia. Para tal lei física, é impossível um aproveitamento 100% eficiente da energia que entra em um sistema; apesar da quantidade de energia se manter no sistema (como aponta o princípio da conservação de energia), sua qualidade se altera de maneira irreversível, não podendo ser aproveitada por completo, o que significa que a continuidade de funcionamento do sistema depende da entrada de energia de forma constante.

Percebe-se então que o pensamento econômico predominante no século XX, baseado em metáforas com origem na mecânica clássica, não acompanha o desenvolvimento do pensamento na física, colocando-se como um sistema sem relação com a natureza, não levando em consideração a entrada e saída de matéria e energia.

Todavia, conforme aponta Cechin (2010) e outros autores, “a economia não é uma totalidade, mas, sim, um subsistema de um sistema maior, geralmente chamado de meio ambiente” (p. 41). Tal interação com a natureza foi considerada por Karl Marx em seu conceito de metabolismo social, que trata da ideia da transformação da natureza interna do indivíduo a partir da ação deste, através do trabalho, na natureza externa, transformando-a, buscando dominá-la para seu usufruto. A falha metabólica está no fato de que, em uma sociedade urbano-industrial, há uma separação do trabalhador de seus meios de vida (na natureza), obrigando-o a vender sua força de trabalho para sua própria reprodução como indivíduo, o que o deixa afastado do próprio processo de produção como ação transformadora. Sendo assim, dada essa falha metabólica, Marx não considerou, como já dito, a entrada de matéria e energia em seu esquema de reprodução simples, levando-se em consideração que ele buscava entender a dinâmica de funcionamento do sistema capitalista.

Dessa forma, o chamado, em uma linguagem econômica, “capital natural”, não era considerado nos esquemas analíticos de funcionamento da economia até meados da década de 1960, por qualquer corrente econômica que fosse; sendo assim, era impossível questionar a ideia de crescimento econômico, dado que se bastava a manipulação dos outros dois fatores de produção consideradís, capital e trabalho, tidos como complementares.

Porém, como já foi colocado, as mudanças que ocorrem no sistema econômico são qualitativamente irreversíveis, tendo direção no tempo, não podendo, como afirmam as analogias com a mecânica clássica, serem revertidas. A economia capta “recursos” de

qualidade da natureza (de baixa entropia), e devolve resíduos sem qualidade para a mesma natureza (de alta entropia). A base de tal cegueira é, assim, de origem epistêmica, onde “a utilização da metáfora mecânica faz com que a economia seja tratada como um sistema isolado, autocontido e a-histórico, não induzindo mudança qualitativa, nem sofrendo efeitos das mudanças qualitativas no ambiente” (CECHIN, 2010, p. 44).

O questionamento mais contundente de tal concepção mecânica do sistema econômico (como processo isolado e circular e, portanto, de fenômenos reversíveis) surge, primeiramente, através do economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen (2012), com seu artigo “Process in Farming Versus Process in Manufacturing: a Problem of Balanced Development” e na introdução da coletânea “Analytical Economics”. Há nesses textos uma reflexão epistêmica do processo econômico.

As ideias formuladas por Georgescu-Roegen questionam elementos fundamentais da economia neoclássica, como a noção de equilíbrio e o pensamento de que o processo produtivo envolve a simples alocação de fatores de produção, todos tendo a mesma natureza. Tal economista teve grandes contribuições para as teorias econômicas relacionadas à produção e ao consumo, mas, possivelmente, seu maior interesse esteve ligado ao processo amplo de reprodução material das sociedades, que não é passível de ser analisado pelas estruturas analíticas mecânicas da economia neoclássica. Tal análise envolve a consideração da lei da entropia, a qual já descrevemos aqui, e, dessa forma, a consequente visão da economia em seu processo amplo de metabolismo social, tratando-se seus aparatos de bens de produção ou de capital como instrumentos exossomáticos, ou seja, como uma continuação do processo de metabolismo biológico. Não se trata, então, apenas da utilização desses instrumentos exossomáticos, mas também de sua produção por outros instrumentos; aponta Cechin (2010) que “o processo econômico tem a ver com a evolução exossomática da humanidade (...), trata-se das mudanças no modo de produção de instrumentos por meio de instrumentos” (p. 75).

Nessa lógica, o processo econômico é entrópico, não criando e nem consumindo matéria e energia, e sim transformando baixa entropia (energia útil) em alta entropia (energia inútil - calor dissipado que não pode ser reaproveitado totalmente).

Existem sistemas que se mantêm longe do equilíbrio, pois atuam como estruturas dissipativas, ou seja, mantêm um padrão de organização graças a um fluxo entrópico. Degradam energia e exibem ciclagem de materiais. Tornam-se mais complexos à medida que exportam-dissipam- entropia para seu entorno. (...) A lei da entropia assegura que não se pode usar a mesma energia indefinidamente (...). Se isso fosse possível, não haveria escassez de fato nem haveria resíduos do

processo produtivo (...). Ainda [existe] a crença de que o processo econômico pode continuar e até crescer sem precisar de recursos de baixa entropia. A epistemologia mecânica é a principal responsável por tais abstrações, que, contudo, não estão de acordo com o comportamento observado da natureza. (CECHIN, 2010, p. 69, 73)

Dessa maneira, ao contrário do que aponta a economia neoclássica, o sistema econômico não está em equilíbrio, sendo a produção uma oposição local e temporária à lei da entropia. Nos textos “Process in Farming Versus Process in Manufacturing: a Problem of Balanced Development”, “The Economics of Production” e em “The Entropy Law and the Economic Process”, Georgescu-Roegen, ao buscar retratar de maneira mais adequada o processo produtivo, acrescenta a variável tempo na representação do processo produtivo. Esta não foi uma mudança qualquer, tendo-se em vista que se expôs o erro da representação do sistema econômico como um sistema circular fechado, colocando-se, claramente, através da variável tempo, que a economia é um processo unidirecional.

Por meio desses pensamentos, Georgescu-Roegen elabora o chamado modelo fundo-fluxo, que diferencia, qualitativamente, os fatores de produção; tal modelo também contribui para a diferenciação dos processos produtivos na agricultura e na indústria.

Georgescu supõe que os fundos [a terra, p.e], ou seja, a estrutura do processo, se mantém intactos, (...) [isso] permite distinguir os fundos dos fluxos [a energia e os materiais advindos diretamente da natureza ou de outros processos produtivos], (...) contudo, para Georgescu, [tal manutenção dos fundos] não deixa de ser uma ficção, pois o processo econômico muda quantitativa e qualitativamente o equipamento de capital. (CECHIN, 2010, p. 80-81)

A grande questão aqui é que, na economia neoclássica o problema da produção é apenas um problema de alocação ótima de fatores de produção, tratando-se todos os fatores como se fossem de natureza semelhante e, portanto, substituíveis entre si, de maneira ilimitada; o modelo fundo-fluxo de Georgescu-Roegen busca demonstrar que “o papel desempenhado pelas duas categorias de fatores, fundos e fluxos, é radicalmente diferente em qualquer processo de transformação” (CECHIN, 2010, p. 82). Assim, há uma relação de complementaridade entre determinados fatores de produção, como no caso da relação entre capital e “recursos naturais”, e não de substituição; mesmo o desenvolvimento tecnológico, incorporado ou não ao capital, não permite tal substituição entre fatores de produção, visto que mesmo um processo mais intensivo em capital tem origem física nos “recursos naturais”.

Os chamados “recursos naturais” são, assim, não somente complementares em relação aos outros fatores de produção, como também são indispensáveis; os outros fatores se tornam redundantes na ausência de tais “recursos naturais”; uma problemática central é que a

estrutura analítica da economia está posta na fronteira da observação da circulação de mercadorias, o que exclui o que não tem valor econômico por não ser uma mercadoria, como é o caso de grande parte dos “recursos naturais”.

Para Georgescu-Roegen (2012), a sociedade possui duas fontes gerais para sua reprodução material, os estoques terrestres de minerais e energia concentrados e o fluxo solar, que é disperso; os estoques terrestres são limitados e o ritmo de sua utilização depende de aspectos societários complexos, enquanto o fluxo solar é ilimitado, sendo responsável pela manutenção da vida. Para o economista romeno, a tendência de extração dos recursos é decrescente, independente de quando seja o início dessa tendência, dessa forma, faz-se necessário, segundo Georgescu-Roegen, o começo do encolhimento da economia, para que se dê sobrevida à atividade econômica, reduzindo-se a escala da economia através do encolhimento populacional e do fundo de capital; está presente aqui a noção de decrescimento (apesar desta ser uma noção e movimento que debate todo um novo modo de vida, saindo do aspecto puramente econômico), visto que “a ideia é que não bastará parar de crescer, ou mesmo estabilizar o fluxo de recursos naturais que entra na economia. (...) algumas economias do mundo já deveriam estar pensando na redução desses fluxos” (CECHIN, 2010, p. 87).

As alterações epistêmicas que a noção de entropia poderia impor a estrutura analítica predominante da economia seriam muitas, sendo incompatíveis com a estrutura teórica da economia neoclássica, ocorrendo a primeira de tais modificações no próprio diagrama de fluxo circular, o qual mostraria o fluxo entrópico unidirecional que liga o ambiente à economia e de volta ao ambiente:

Mas a coisa não pararia por aí (...). [Nos manuais econômicos] o capítulo sobre crescimento econômico teria que ser corrigido, pois um fluxo circular de valor monetário só pode crescer indefinidamente devido a falta de dimensão física. (...) Fica difícil imaginar as suposições da corrente principal [neoclássica], baseadas na noção de equilíbrio, convivendo lado a lado com as noções mais realistas, fundamentadas na dinâmica de não equilíbrio. Mais complicada ainda fica a situação da representação do processo produtivo como uma simples questão de alocação de fatores (...) Também haveria incompatibilidade entre um livro que dá muito peso às formalizações matemáticas do que ao estudo da história. (CECHIN, 2010, p. 91-93)

No pensamento da economia neoclássica existe um conceito importante denominado de elasticidade-substituição, que mede a mudança percentual relativa a participação dos fatores capital e “recursos naturais” na produção, de acordo com o preço relativo de cada um; dessa forma, caso o preço de um “recurso natural” aumente relativamente ao fator capital, sua

participação relativa na produção diminui, o que se constitui como uma substituição de recursos naturais por capital. Ainda, pode-se dizer que há uma crença forte da economia neoclássica na tecnologia devido a duas possibilidades: de ocorrer um progresso tecnológico poupador de “recursos naturais”, utilizando-os com maior eficiência; e de o trabalho e o capital substituírem os “recursos naturais” na produção, o que significa que, para este ponto de vista, os “recursos naturais” não são diferentes de outros fatores de produção.

Dois representantes desta visão neoclássica são os economistas Joseph E. Stiglitz e Robert Solow, já citado. Para eles, a preocupação com o esgotamento de recursos não se justifica, dada a existência de tecnologia que permita a substituição entre fatores de produção e a manutenção de condições que garantam que o nível de consumo per capita seja sustentado indefinidamente. Solow considera a existência de três tipos de capital, o manufaturado, o humano e o natural, sendo que, para que o consumo per capita seja mantido indefinidamente, basta que se conserve a soma dos três tipos de capital; ou seja, há aqui a ideia de que os capitais são substituíveis entre si, visto que “se acabar o estoque de recursos naturais, mas houver uma compensação no que diz respeito ao aumento do capital manufaturado e/ou do capital humano, estaremos no caminho certo, e a economia poderá continuar operando e gerando bem-estar sem a necessidade de capital natural” (CECHIN, 2010, p. 104).

Georgescu-Roegen, sem desconsiderar a importância da tecnologia criticou duramente a visão da economia neoclássica, da possibilidade de substituição de “recursos naturais” por capital construído, chamando a visão de Solow de um “Jardim do Éden”, que é, basicamente, a ideia de que a eficiência no uso de energia poderá desconectar o crescimento econômico do uso de energia e materiais, reduzindo o impacto ambiental para cada incremento monetário adicional do PIB.

Contudo, apesar das reduções na intensidade energética, (...) os ganhos de eficiência trazidos pelas tecnologias (...) [são] compensados negativamente pelo aumento da escala do crescimento econômico. (...)[Esse efeito ficou] conhecido como efeito Jevons. (...) Discute-se a possibilidade de que ganhos de eficiência energética, no plano microeconômico, levem a um consumo de energia, no plano macro, maior do que se não houvessem tais ganhos. (CECHIN, 2010, p. 104-106)

Assim, aponta Cechin (2010) que não há mágica, visto que o crescimento econômico “exige mais extração de recursos numa ponta e mais liberação de resíduos na outra; (...) isso implicará a descoberta de vias de desenvolvimento compatíveis com a estabilidade, e, num futuro mais distante, com o decréscimo da produção material” (p. 102).

Mas para Georgescu-Roegen, o problema da concepção mecânica na base da economia vai além da corrente neoclássica; para ele, a economia, desde que se constituiu como ciência autônoma, está interessada na mercadoria, não podendo abandonar tal fetichismo pela mesma; desse modo, as fronteiras de entendimento do processo econômico, como já apontado, estão desenhadas onde a circulação de mercadorias pode ser vista.

Buscando tratar adequadamente da problemática socioambiental no interior da ciência econômica, desenvolvem-se dois campos de estudo na economia, denominados de **economia ambiental e economia ecológica**.

A economia ambiental tem como base a corrente econômica neoclássica, subdividindo-se em economia da poluição e em economia dos recursos naturais. Os bens econômicos são divididos em exclusivos e não-exclusivos, e também em rivais e não rivais, como mostra a figura 3:

	Rivalidade no consumo	Não-rivalidade no consumo
Exclusivos	Bens privados	Bens públicos pagos
Não-exclusivos	Recursos comuns	Bens públicos puros

Figura 3: Divisão dos bens econômicos (Fonte: Mankiw, 2001)

No caso do meio ambiente, este é considerado um recurso comum, tendo-se em vista que, ao utilizarem um recurso comum em benefício privado, de maneira gratuita (uso não-exclusivo), as empresas e as famílias podem gerar custos que são externalizados com o restante da sociedade, diminuindo a quantidade do recurso disponível para outros indivíduos (bem rival). Percebe-se que esta lógica, por consequência, aponta para a necessidade de uma intervenção privada ou do Estado para a adequada gestão dos recursos comuns, os quais tendem a ser exauridos em um processo privado de apropriação dos recursos; todavia, conforme crítica já apontada de Veiga (2014), isso talvez valha apenas para sociedades urbano-industriais; no caso de populações e povos tradicionais, isto não é tão verdadeiro, sendo possível a auto-gestão comunitária dos recursos, como bem mostrou o trabalho da economista Elinor Ostrom, no livro “Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action”. Mas não adentraremos neste debate em específico.

Na economia da poluição, os danos ambientais são definidos como “externalidades negativas” do processo econômico, devendo ser internalizadas nos cálculos dos agentes

geradores do dano ambiental, portanto, através de taxas e de medidas regulatórias, por exemplo. Essas medidas visam corrigir a assimetria que faz com que a quantidade efetiva de poluição seja maior que a quantidade socialmente ótima, em que os benefícios líquidos da sociedade são máximos.

A economia dos recursos naturais busca tratar das questões da extração e da exaustão dos “recursos naturais” ao longo do tempo, partindo do pressuposto de que se tratam de problemas de alocação intertemporal. Assim, busca-se determinar o que é chamado de depleção ótima de um recurso natural (que possui quantidade fixa e limitada), relacionado a maximização do valor presente do benefício da extração do recurso; ou seja, joga-se o problema para o denominado consumidor, sendo a análise microeconômica do comportamento deste que vai determinar o ritmo de extração de dado “recurso natural”. Esta visão da otimização é criticada, considerando-se que os atributos dos problemas ambientais não podem ser captados pelas preferências individuais mostradas pelo consumo, de acordo com as seguintes justificativas:

- 1) O enorme desconhecimento e incerteza que os indivíduos têm diante dos fatores ambientais. 2) Limitação dos indivíduos de expressarem seus julgamentos sobre o ambiente no que concerne a um dispêndio monetário pessoal. 3) Possibilidade de não ocorrência do desejo de equidade para com as gerações futuras. (CECHIN, 2010, p. 132)

Para corrigir tal problema da otimização com relação a transmissão de uma espécie de constância ao longo de gerações, desenvolveu-se o pensamento de que o que deveria ser mantido constante entre as gerações é o consumo; tal ideia se associa com aquela que diz que o que deve ser mantido constante são os fatores do processo produtivo (as diferentes formas de capital), com a possibilidade de substituição ou não do “capital natural”. E é exatamente essa possibilidade ou não de substituição do capital natural, algo que já foi tratado neste trabalho, que dá origem a duas posições, conhecidas como sustentabilidade forte (cujo maior expoente é David W. Pearce) e sustentabilidade fraca (cujo maior expoente é Robert Solow).

Este ponto já foi tratado aqui, mas vale ressaltar que, para Solow, na linha conhecida como sustentabilidade fraca, o que deve ser mantido ao longo do tempo é o consumo per capita, que está associado a manutenção da capacidade produtiva da economia (a soma das três formas de capital. Tal lógica leva a conclusão que, para a linha da sustentabilidade fraca, não há problema com a exaustão do chamado capital natural, desde que tal exaustão seja compensada pelo acréscimo do capital manufaturado e/ou do capital humano; isso seria possível pela ampliação da eficiência tecnológica.

Já para David W. Pearce, na linha da chamada sustentabilidade forte, o critério adequado de sustentabilidade deveria ser a manutenção de um “estoque” de capital natural constante ao longo do tempo. Todavia, esse critério só é aplicável para os chamados recursos renováveis, desde que a taxa de extração desses recursos seja inferior a taxa de regeneração, com a produção de resíduos se mantendo abaixo da capacidade de assimilação do meio ambiente; recursos não-renováveis não podem ter seus estoques mantidos se são usados com certa constância. No caso dos recursos renováveis, impõe-se uma restrição no cálculo da otimização neoclássica; já no caso dos recursos não-renováveis, impõe-se uma total incompatibilidade, visto que não há taxa ótima a ser definida por preferências individuais.

De todo modo, tanto a sustentabilidade forte como a fraca possuem incongruências com a realidade biofísica apontada pela lei da entropia; a sustentabilidade fraca apresenta um pressuposto irreal de possibilidade de substituição do capital natural, enquanto a sustentabilidade forte encontra problemas no que tange os recursos não-renováveis, como já discutido. Em síntese, a manutenção do crescimento econômico acarreta em dificuldades para ambas as visões.

Na década de 1990, um modelo empírico denominado de curva de Kuznets ambiental, já citado neste trabalho, buscou dar maior legitimidade ao crescimento econômico, ao desenvolver a ideia de que o aumento do crescimento econômico levaria a diminuição à longo prazo da poluição; ter-se-ia um aumento inicial da poluição com uma queda constante posteriormente, mantidos os níveis de crescimento econômico. Evidentemente, tal modelo foi amplamente criticado, dada sua metodologia, que considerava indicadores relacionados à “temática” ambiental de modo restrito, considerando-se a poluição como a problemática ambiental em si.

Assim, pode-se dizer que existem inúmeros problemas ao tentar se “esticar” o arcabouço teórico da economia neoclássica até o “tratamento” da problemática ambiental, visto que, segundo Cechin (2010), trata-se de uma tentativa de expandir a economia a um campo que não é o seu, dado o problema epistemológico da economia convencional. José Eli da Veiga resume o debate exposto até aqui, da seguinte forma:

Esse debate em torno da força relativa que deveria ter a deusa ‘sustentabilidade’ é dos mais herméticos e bizantinos. Afinal, na concepção neoclássica, o objeto ciência econômica é o gerenciamento racional da finitude dos recursos produtivos em sociedades marcadas pela infinitude das necessidades humanas. A economia neoclássica lida (...) com a alocação eficiente de recursos escassos para fins alternativos, presentes e futuros, por meio do sistema de preços de mercado. [Dadas as imperfeições do mercado, chamadas externalidade negativas], a saída

que parece razoável para os neoclássicos em geral- de Solow a Pearce- é a criação de novos mercados para os bens ambientais, como, por exemplo, mercados de direito de poluir ou de cotas de emissão. E para que tais mercados possam surgir, são adotados vários expedientes de ‘precificação’. (..) É uma maneira de internalizar as externalidades no jargão da ciência econômica normal. (VEIGA, 2005, p. 124-125)

Veiga (2005) aponta, inclusive que, mesmo os economistas das escolas mais céticas também tem adotado mecanismos de mercado e a consequente valoração de “bens ambientais”. O autor coloca que também há benefícios, de contenção de processos ambientais depredatórios, através da instituição de mecanismos de mercado, mas destaca insuficiências nesse processo, visto que um uso mais responsável dos recursos ambientais é algo problemático para uma corrente de pensamento, como a economia neoclássica, a qual “se fundamenta numa racionalidade da maximização das utilidades individuais com a resultante determinação do uso ‘ótimo’ ou ‘eficiente’ dos recursos em equilíbrio” (VEIGA, 2005, p. 165).

A economia ecológica não se diferencia da economia ambiental no importante ponto da valoração de bens ambientais, mas sim na questão da crítica do crescimento econômico em si, por parte de alguns de seus teóricos.

Segundo Veiga (2005), é da pretensão de superar simultaneamente a economia convencional e a ecologia convencional que nasce a economia ecológica, apontando que a economia humana está incrustada na natureza; para os economistas ecológicos, evidentemente, os “recursos naturais” e as outras formas de capital são complementares e não substitutos, e as tentativas de valoração de bens ambientais se dão, sobretudo, em uma base de unidade biofísica e não monetária. Para a consolidação dessa corrente da economia, contribuíram pesquisadores como Kenneth E. Boulding, Herman E. Daly, Robert U. Ayres, Allen Kneese e Nicholas Georgescu- Roegen.

O economista ecológico Herman Daly afirma que o paradigma atual na economia é o da mania de crescimento econômico, visto que este é colocado como a resposta para todos os problemas sociais, econômicos e ambientais (como o da pobreza, do desemprego, da poluição, do esgotamento dos “recursos naturais”, conforme o modelo da curva de Kuznets); para Daly, as limitações ecológicas estão transformando o crescimento econômico em antieconômico.

A partir da crítica a ideia do crescimento generalizado e com base nas leis da termodinâmica, Daly busca retomar a ideia de Condição Estacionária. Tal pensamento foi criticado por Georgescu-Roegen por não levar até as últimas consequências o raciocínio

advindo do processo entrópico, que implicaria em decrescimento. Todavia, Daly leva esse fator em consideração, e acredita que tanto a condição estacionária como o decrescimento são estratégias para somente prolongar a sobrevivência da espécie humana no planeta. Para que a meta da Condição Estacionária possa ser atingida, Daly propõe alguns ajustes na política econômica, tais como: a extensão da vida útil dos produtos; melhoras qualitativas e aumentos de eficiência, sem que isso gere a elevação da quantidade de materiais fabricados; o banimento do livre comércio enquanto existirem países que possuem vantagens competitivas graças a processos de alto custo socioambiental (o que de certa forma prejudica os países “em desenvolvimento”, exportadores de commodities); mudar o alvo da auferição do imposto de renda dos trabalhadores e empresas para o fluxo produtivo, no ponto em que há a apropriação de “recursos naturais”. Daly coloca que se fazem necessárias mudanças em instituições multilaterais, como o Banco Mundial, por exemplo, para que tais ajustes se efetivem; Veiga (2002), assim como Nobre (2002), aponta que predomina nessas instituições financeiras multilaterais a visão da economia neoclássica. Pode-se apontar, portanto, que a economia ecológica se diferencia por buscar enfatizar a questão da escala e do tamanho físico da economia em relação à ecossistêmica, questionando, por exemplo, “quão grande é o tamanho do subsistema econômico em relação a ecossistêmica? Quão grande poderia ser, ou seja, qual a sua escala máxima? Há uma escala ótima a partir da qual os custos adicionais do crescimento da economia começam a superar os ganhos no que diz respeito ao bem-estar?” (CECHIN, 2010, p. 149).

No entanto, afirma Cechin (2010) que “para ser coerente com a verdadeira ruptura epistemológica que lhe é característica, a economia ecológica deve se distanciar dos fundamentos da economia neoclássica” (p. 167). Para isso, o autor defende que outras duas abordagens econômicas recentes são complementares a abordagem da economia ecológica: a economia da complexidade e a economia da evolução, as quais se preocupam com questões sociais e históricas.

Enquanto esta [a economia ecológica] considera os fluxos de energia e matéria que entram e saem do processo produtivo, aquelas [a economia da complexidade e da evolução] podem fornecer um entendimento das íntimas e complexas relações entre decisões econômicas, tecnologias, valores de uma cultura, hábitos e instituições. (CECHIN, 2010, p. 168)

Há aqui presente uma ideia de coevolução, portanto, semelhante ao conceitos de totalidade e complexidade ambiental que se trabalhou no início deste trabalho. No entanto, algumas interrogações permanecem, como o questionamento acerca da capacidade de um

sistema democrático e capitalista atingir essa meta, de Condição Estacionária do crescimento econômico, levando em consideração a dinâmica complexa de produção e reprodução do espaço. Várias respostas se apresentam com relação a isso, representando visões diferenciadas, com diálogos e divergências entre elas. Para pesquisadores como Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga, por exemplo, é possível a manutenção do sistema capitalista e a resolução das problemáticas socioambientais, tendo como base teórica os aportes fornecidos pelas correntes da economia ecológica, da economia da evolução e da economia da complexidade; esta, evidentemente, é uma linha de pesquisa que se aproxima mais de uma leitura econômica da realidade, mesmo que busque dialogar com outras dimensões. Tal linha também não questiona a noção de DS por si, e sim busca lhe atribuir um conteúdo diferente do hegemonicamente construído, a partir de novas bases.

Já para autores como Bernardo Mançano Fernandes, Boaventura de Sousa Santos, Marcos Bernardino de Carvalho, entre outros autores, existem outras alternativas, que priorizam outros atores sociais, e levantam dúvidas maiores acerca da possibilidade de resolução das problemáticas socioambientais por meio do sistema capitalista; tal visão também sofre influências teóricas das correntes econômicas já descritas, mas sua influência principal advém da discussão geopolítica debatida neste capítulo. Esta linha teórica e prática se constitui como um rompimento (ruptura) com relação a noção de DS.

Todavia, como se viu neste capítulo e no anterior, não são essas construções que prevalecem no cenário de disputa da busca por respostas para a crise socioambiental; a ideia de DS surge, hegemonicamente, vinculada à economia neoclássica, que “estica” seu aporte teórico para a questão socioambiental; nesse cenário, outras características que se apresentam são as noções de eficiência econômica e de crescimento econômico. Nobre e Amazonas apud Veiga (2005, p. 164) apontam que:

É o mainstream da teoria econômica, a economia neoclássica em sua vertente ambiental, a teoria hegemônica na determinação do que seja o DS [Desenvolvimento Sustentável] e, por consequência, do que seja a própria posição do meio ambiente na prática política, social e econômica.

Os pesquisadores das outras visões buscam, através de seus argumentos, a ressignificação da ideia de sustentabilidade de acordo com suas ideias e propostas ou a ruptura com a noção; no entanto, tal conceito parece cada vez mais avesso a possibilidades de ressignificação, constituindo-se, de fato, como uma matriz discursiva que tende a se transformar em paradigma, a qual apresenta como alguns de seus fatores (e os legitima), as ideias de ecoeficiência e de crescimento econômico, além das outras características que

constituem a economia neoclássica, inclusive aquelas cognitivas, como apontam indiretamente as ideias do economista Stuart Mill:

Sem dúvida é altamente conveniente que, enquanto *as riquezas forem consideradas como poder, e o tornar-se o mais rico possível for um objeto universal de ambição*, o caminho para chegar a isso seja aberto a todos, sem favorecimento ou parcialidade. Mas o melhor estado para a natureza humana é aquele em que, se por um lado ninguém é pobre, por outro lado ninguém deseja ser mais rico do que é, nem tem motivo algum para temer ser jogado para trás pelos esforços que outros fazem para avançar. (VEIGA, 2005, p. 131, destaque nosso)

Assim, muitos pesquisadores começam a abandonar a ideia de DS (entendido como compatibilização entre crescimento econômico e gestão dos “recursos naturais”), interpretando que ela não expressa adequadamente a crise civilizatória, do modelo urbano-industrial, que se atravessa atualmente. Lester Brown (2009), um dos pioneiros em entrevista concedida em 2009⁷ e no livro “Plano B 4.0: mobilização para salvar a civilização”, aponta para tal caminho:

Embora intelectualmente útil, o termo sustentabilidade parece não empolgar e mobilizar as pessoas. Por isso, no Earth Policy Institute, começamos a falar sobre salvar a civilização ao invés de desenvolvimento sustentável porque é disso que realmente se trata. Assim, a discussão adquire um senso de urgência muito maior quanto ao que está em jogo.

Como discutido neste capítulo, pela perspectiva geopolítica do DS, este apresenta também uma importante característica territorial, colocando-se como uma nova estratégia de controle e apropriação de territórios através de consensos diplomáticos, na busca da gestão dos recursos naturais que garanta a continuidade do modelo de reprodução urbano-industrial; evidentemente, a característica do crescimento econômico não poderia se dar sem essa expressão territorial. O que traduz tal característica do DS é o grande número de conflitos socioambientais entre diferentes grupos, os quais, em grande parte das vezes, possuem modos de vida que se chocam, com suas diferentes necessidades de espaço para manterem sua reprodução social; há aqui, um verdadeiro choque civilizatório. Porto *et al.* (2013), por exemplo, organizaram uma publicação⁸ que lista a existência de mais de 400 conflitos

⁷ Lester Brown, pensador ambiental e presidente da Earth Policy Institute. Entrevista disponível em: <<http://www.rts.org.br/entrevistas/entrevistas-2009/lester-brown-pensador-ambiental-e-presidente-da-earth-policy-institute/>> Acesso em: abril de 2014.

⁸ O mapa de conflitos socioambientais também possui um espaço virtual, que pode ser acessado pelo link: <<http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=resumo>>

socioambientais no Brasil, os quais se dão, em grande parte, pela execução de grandes obras em territórios que comportam modos de vida distintos do urbano-industrial, com a participação limitada de tais grupos sociais nos processos de tomada de decisão na implementação de tais obras, as quais tendem a inviabilizar, total ou parcialmente, o modo de vida desses grupos sociais.

Dessa forma, se tomamos como base a noção de paradigma construída e desenvolvida por Morin, a qual dialoga com os conceitos de totalidade e de complexidade ambiental, pode-se dizer que o DS está longe de se constituir como uma mudança paradigmática, visto que ele tem dificuldades em seu conteúdo discursivo e prático de captar a dinâmica complexa de produção e reprodução do espaço, mantendo como pressuposto uma racionalidade econômica neoclássica que tem dificuldades para dialogar com as problemáticas ambientais, ao ainda se centrar no crescimento econômico visto como sinônimo de desenvolvimento. Ao que parece, o DS se constitui realmente mais como uma matriz discursiva no sentido proposto por Rodrigues (2011), ocultando conceitos importantes, como os de classe social, território, entre outros, ao mesmo tempo em que legitima determinadas práticas como “sustentáveis”, sendo sua construção política anterior ao seu estudo por parte da ciência, ou seja, a construção política da sustentabilidade é anterior à sustentabilidade vista como ciência.

Não se pode deixar de colocar também que, ao se institucionalizar a questão ambiental através da noção de DS, passam a se formar coletivos de pensamento que buscam disputar o conteúdo teórico e prático que deve possuir a noção. Se for tomado como base o sentido de paradigma mais difuso apontado por Kuhn, de coletivos do pensamento, pode-se dizer que a construção política do DS tem como consequência a formação de vários paradigmas menores, com seus entendimentos próprios do que seja o DS; no entanto, essa definição de Kuhn é pouco clara e não é a definição de paradigma que tem mais força teórica. Portanto, o DS entendido como matriz discursiva acaba por ocultar e reforçar dada ordem política, econômica e social já posta, apresentando elementos discursivos e práticos, construídos por parte de determinados agentes sociais, que não abordam aspectos mais profundos da crise ambiental. Além disso, conforme aponta Rodrigues (2011), parte das pesquisas científicas que abordam a questão do DS não parecem trazer novos aportes teórico-metodológicos, os quais propiciariam uma compreensão da realidade em sua permanente contradição e complexidade.

Todavia, como foi destacado, existem caminhos que parecem fornecer novos aportes teórico-metodológicos, representando mudanças paradigmáticas de fato, seja utilizando a própria noção de DS, seja buscando uma ruptura com a mesma, dentro de uma ordem

capitalista ou não. Nos próximo capítulo se irá aproximar, mesmo que de forma genérica, desses possíveis novos caminhos.

3.3 NOVOS APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS?

O questionamento colocado como título deste capítulo não é aleatório; significa que não há certeza de que os caminhos que se irá tratar a seguir representem, de fato, novos aportes teórico-metodológicos, os quais possibilitem se perpassar a matriz discursiva da sustentabilidade. O debate será apresentando de forma exploratória, buscando-se relacionar as ideias com aquelas apresentadas no capítulo que trata da noção de paradigma, quando se colocou que uma mudança paradigmática real deve levar em consideração a realidade em sua totalidade, complexidade, e em suas contradições.

3.3.1 Novo aporte teórico-metodológico: Busca pela redefinição da noção de Desenvolvimento Sustentável

O primeiro caminho a se explorar é aquele que busca redefinir a ideia de DS, considerando que o conteúdo discursivo e prático hegemônico relacionado à noção não está totalmente definido, estando a aberto à disputa em um determinado campo institucional construído; nessa linha de pesquisa no Brasil, podemos citar aquelas correntes que problematizam a questão do crescimento econômico em sua relação com a problemática ambiental, sem, no entanto, romperem de forma radical com o sistema econômico e político posto. Entre os autores nessa linha de pensamento, pode-se citar José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay.

Veiga (2014), por exemplo, critica aqueles autores que questionam a noção de DS pelo seu lado semântico, qualificando como ingênua e reducionista a atitude daqueles que ignoram a relevância política do termo, sendo que, para o autor, a noção sempre expressou a esperança e real possibilidade de que a humanidade poderá sim se relacionar com a biosfera de modo a evitar colapsos apontados na década de 1970. Ainda para autor, nos últimos 35 anos a noção de DS não deixou de ganhar força social, como mostra a intenção, por exemplo, por parte da Assembleia Geral da ONU, de substituir os atuais Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A noção de DS de Veiga e Abramovay tem como uma de suas bases as ideias de Amartya Sen, tratadas brevemente nesse trabalho, como se pode notar a partir de Abramovay (2010), o qual aponta que o “Desenvolvimento sustentável é o processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos em condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas” (p. 97).

Nesse sentido, no livro “Muito além da Economia Verde”⁹, Abramovay discorre acerca da possibilidade de mudanças sociais significativas no interior do sistema capitalista, incluindo a discussão de resoluções para as problemáticas socioambientais. O autor critica, à luz da sociedade em rede atual, aqueles que imputam ao capitalismo o que ele chama de “natureza eterna e imutável” (ABRAMOVAY, 2012, p.130). O autor critica a separação estanque que comumente é feita entre Estado, mercado e sociedade civil; para ele, tais relações são muito mais complexas e podem caminhar em direção ao que o autor denomina de uma “nova economia” (como já apontamos, essa abordagem se aproxima de um viés econômico institucionalista):

A sociedade não é simplesmente passiva e receptiva em sua relação com a economia. (...) Responsabilidade socioambiental corporativa não consiste em gesto unilateral do setor privado, tática oportunista para lavar a imagem, mas é a resposta a um conjunto mais ou menos difuso de pressões que (...) obrigam as companhias a transformar os vínculos com base nos quais realizam seus negócios. (...) A sociedade da informação em rede abre caminhos pelos quais a criação de valor, de riqueza e de prosperidade apoia-se em formas não-mercantis de relação social. (...) Tão importante quanto a ampliação dessas formas de cooperação e reciprocidade é o fato de que elas não se confinam em universos alternativos (...), mas ingressam, com vigor, na própria esfera que obedece à lógica dos preços. (...) E é exatamente aí, nessa mistura de domínios até há pouco estanques e hostis (o mercado e a cooperação social direta), que se encontram um dos mais promissores caminhos para que, mesmo em uma economia descentralizada, os atores sociais possam nortear parte de seus comportamentos por móveis onde a ética e o respeito aos ecossistemas tenham um lugar de destaque. (ABRAMOVAY, 2012, p. 130-131, destaque nosso)

Percebe-se, pelo exposto acima, que há também uma crítica de Abramovay aqueles pesquisadores e outros atores sociais que tratam de possíveis rupturas, o que será abordado posteriormente. A noção de conflito aqui é deixada um pouco de lado.

⁹ O próprio título do livro é uma clara crítica as ideias dominantes que permeiam a noção de DS, visto que alguns dos relatórios publicados pelo PNUMA antes da Rio+20, apontam a necessidade de uma “economia verde” como caminho para o DS. Tal modelo de economia pouco altera a relação destrutiva entre crescimento econômico e a questão ambiental. Conferir em: <<http://www.onu.org.br/rio20/documentos/>>

O autor também aponta a necessidade de uma nova economia para o avanço do processo de desenvolvimento, todavia, destaca que esse é um ponto comum entre diferentes atores sociais (empresas, governos, instituições multilaterais, entre outros); para tais atores sociais, em sua grande maioria, uma nova economia passa pelo aumento na oferta de bens e serviços, sendo que o aumento no consumo, por essa lógica, permitiria a satisfação das necessidades básicas daqueles bilhões que ainda vivem em situação de pobreza extrema; a resposta passaria, então, pelo aumento do crescimento econômico, o que favoreceria a criação de empregos, a coesão social, a arrecadação de impostos e a possibilidade de expandir a oferta de bens e serviços públicos e privados. Abramovay discorda dessa visão do que seria uma nova economia, e aponta dois problemas básicos com tal lógica exposta.

Um desses problemas vai de encontro com o que é discutido pela economia ecológica, ou seja, o fato de que o crescimento econômico ilimitado (crescimento incessante da produção e do consumo) não pode se dar devido a limitantes ecossistêmicos à expansão do processo produtivo. O segundo problema é que a capacidade real da economia erradicar a pobreza tem sido limitada até o momento, tendo atingido seu limite pela fórmula econômica exposta anteriormente.

Mesmo que a produção material tenha atingido uma escala impressionante, nunca houve tantas pessoas em situação de miséria extrema, ainda que proporcionalmente representem parcela da população menor que em qualquer momento da história moderna. E nos países mais ricos do planeta acumulam-se estudos que mostram que a elevação na disponibilidade de bens materiais e de renda nem de longe é proporcional ao sentimento de melhoria de qualidade de vida. Nessas condições, qual o sentido de expandir incessantemente a economia, mesmo ali onde o acesso aos bens e serviços necessários para uma vida digna já está assegurado de forma quase universal? (ABRAMOVAY, 2012, p. 17)

O autor acredita que é possível orientar o processo econômico em uma direção que não seja a do crescimento econômico ilimitado, através da pressão crescente, exercida por políticas públicas e por outras forças sociais, na gestão privada e no modo como os indivíduos relacionam-se com a questão do consumo; desse modo, seriam possíveis alterações nos sistemas administrativos e nas cadeias de valor das empresas.

Abramovay e outros autores consideram que a transição para uma nova economia, que não seja pautada pela fórmula clássica do crescimento econômico, orienta-se por duas mudanças fundamentais: a primeira referente a relação entre sociedade e natureza e a segunda referente a questão entre economia e ética. No que tange a relação entre sociedade e natureza, o autor chama a atenção para dois pontos importantes: o primeiro é com relação a questão do reconhecimento dos limites ecossistêmicos na definição de possibilidades para o processo de

desenvolvimento, com uma crítica direta a noção corrente de que o desenvolvimento tecnológico pode superar tais limites; o segundo ponto importante para o autor, na relação entre sociedade e natureza, é a inovação.

Para Abramovay (2012), a inovação deve andar junto com a questão dos limites ecossistêmicos, traduzindo-se pelo melhoramento de como se obter e se transformar “a energia, os materiais e a própria biodiversidade em produtos e serviços úteis para a sociedade” (p. 18). A inovação, no sentido posto, não deve ser confundida com o aumento generalizado na produtividade, com produzir mais com menos trabalho e capital, visto que se tem a compreensão, atualmente, que o fator produtivo limitante é o chamado capital natural, não substituível pelo aumento de produtividade dos demais fatores de produção; assim, a criatividade deveria ser estimulada em direção a obtenção de “bens e serviços apoiados no uso cada vez mais inteligente, eficiente e parcimonioso de matéria, energia e da própria biodiversidade” (ABRAMOVAY, 2012, p. 19).

Abramovay, Veiga e outros autores apontam, então, que a transição para uma nova economia necessita da emergência de um metabolismo social que garanta a permanência e regeneração dos chamados serviços ambientais, que são, em uma linguagem econômica e antropocêntrica, os serviços que os ecossistemas prestam às sociedades humanas. Para isso, a questão do limite/inovação deve se apoiar em uma mudança na relação entre economia e ética, visto que um novo metabolismo social é incompatível com o pensamento corrente de que o objetivo da economia é o de promover o crescimento incessante da produção e do consumo; o propósito da economia deve ser revisto e alterado (visão parecida com a de Celso Furtado, Amartya Sen, Ladislau Dowbor e outros autores), colocando-se a ética no centro da vida econômica, insistindo-se nos fins humanos de produção e utilização da riqueza.

A própria gestão empresarial, nos dias de hoje, não pode mais se contentar em medir sua eficiência pelos números dos balanços contábeis e, de modo crescente, começa a incorporar a seus parâmetros de avaliação os efeitos imediatos do que faz na vida dos indivíduos, das famílias, dos territórios, e dos ecossistemas. Isso vai além do que, até aqui, tem sido chamado de responsabilidade socioambiental corporativa (...), coloca a atividade econômica como parte de um processo regenerativo do tecido social e ecossistêmico. (ABRAMOVAY, 2012, p. 21-22, destaque nosso)

Percebe-se assim, que no pensamento de Abramovay (e de outros autores, como Ladislau Dowbor) existe a tentativa de construção teórica do que seria “colocar a economia em seu lugar”, ou então de retirar o seu domínio em uma hierarquia de dimensões, colocando-a a serviço do bem-estar dos indivíduos e da sociedade (e considerando seu efeito no estado

dos ecossistemas), e não o contrário, o crescimento econômico por si só, ou para si mesmo. E o autor coloca, expressamente, que tal questão não deve ser encarada pelo monopólio do Estado sobre as decisões do setor privado e nem pela abolição dos mercados, e sim “no âmbito de uma economia descentralizada na qual os mercados desempenham papel decisivo, ainda que, evidentemente, não exclusivo” (ABRAMOVAY, 2012, p. 22). Como fator importante de intervenção nas decisões empresariais, na visão de Abramovay, aparece o fortalecimento da participação da sociedade civil, e da cooperação social de maneira mais geral, que poderia ser potencializado com base em instrumentos de custo reduzido funcionando em rede, atuando como alternativas descentralizadas de controle social e indo para além desse propósito.

Veiga (2014), ao analisar como se dá o processo de cooperação em diferentes níveis, aponta que a dinâmica de cooperação tende a ser cíclica, ocorrendo mais facilmente em unidades de pequena e média escalas que estejam atuando em redes. De acordo com o autor, com base nas ideias de Elionor Ostrom e Kenneth Boulding, e buscando responder a questão de como tende a emergir a cooperação em um mundo desprovido de governo central e com visão utilitarista, a governança global¹⁰ se dá a partir de três categorias de cooperação: o multilateralismo de contestação, as iniciativas orquestradas e as iniciativas experimentalistas. Para Veiga (2014), enquanto o multilateralismo de contestação e as iniciativas orquestradas se dão a partir de regras fixas, as iniciativas experimentalistas se dão a partir de metas provisórias, revisadas periodicamente, destacando-se pela participação aberta de uma ampla variedade de entidades (públicas ou privadas) e pela pretensa ausência de hierarquia formal no interior dos arranjos de governança. Para o autor, que critica a permanência da clivagem Norte/Sul¹¹, para que a sustentabilidade realmente seja almejada é preciso que as ações experimentalistas cresçam amplamente no processo de governança global, através de uma necessária abordagem múltipla e descentralizada, onde o processo de elaboração de políticas ambientais tenha alicerce em uma diversidade de atores (o que vai em direção contrária a

¹⁰ De acordo com Veiga (2014) tal expressão se legitimou após a guerra fria, designando a forma pela qual os Estados se articulam visando a cooperação. A noção se impôs devido não só a emergência de uma complexa ordem multipolar após a guerra fria, mas também devido ao aumento da participação e influência política de outros atores, como, segundo Veiga (2014), o empresariado e o terceiro setor.

¹¹ Veiga (2013) aponta que a governança global do desenvolvimento está em descompasso com a governança global ambiental, sendo que ambas deveriam ser tratadas de forma integral e indivisível. Nesse sentido, tal concertação global é dificultada pela busca de interesses nacionais em detrimento de certa responsabilidade global, não somente pela grande clivagem Norte/Sul, como também devido a conflitos entre dois ou três países dentro de uma determinada região.

noção institucionalizada de DS, que busca unificar diversas temáticas em uma ação centralizada e conjunta).

Abramovay e Veiga apontam, assim, que uma nova economia questiona o tradicional pilar científico e político com o qual se avalia o uso dos recursos sociais: o crescimento econômico; coloca-se em questão a finalidade e o sentido do processo econômico. Utilizando-se das ideias de Georgescu-Roegen e de autores contemporâneos, Abramovay coloca que, apesar da importância da continuidade de expansão das ofertas de bens e serviços para se preencher as necessidades dos ainda bilhões que se encontram em situação de pobreza, não é possível, dado o que o que foi exposto, que tal objetivo seja alcançado tendo-se o crescimento econômico como resposta genérica.

Para o autor, países que alcançaram certo nível de prosperidade e bem-estar deveriam abertamente renunciar ao crescimento econômico, objetivando o decrescimento, permitindo que “a resposta ao desemprego não esteja no aumento da produção, e sim na capacidade de converter a elevação da produtividade em mais lazer, mais vida comunitária e maior contribuição das economias locais” (ABRAMOVAY, 2012, p. 27); no caso de nações consideradas “em desenvolvimento”, estas deveriam dirigir sua macropolítica econômica não para o crescimento econômico em geral, mas sim para bens e serviços que garantam algo mais que o emprego, como o respeito à manutenção e regeneração dos serviços ambientais, mantendo-se políticas de transferência de renda, importantes no combate à miséria e na redução da desigualdade. Entretanto, de acordo com o autor, tais objetivos não se consolidam em algo como uma “macroeconomia da sustentabilidade”, que “enfrenta a imensa dificuldade de lidar com parâmetros de avaliação que dificilmente se unificam, (...) [os quais] se referem tanto ao bem-estar das pessoas e à coesão das comunidades como aos diferentes componentes da preservação e da regeneração dos ecossistemas. (ABRAMOVAY, 2012, p.27-28)

Neste ponto, Abramovay chama a atenção também para a questão de como avaliar o bem-estar social, com a manutenção dos serviços ambientais, promovido pelo processo econômico; para tal avaliação, indicadores somente de unidade monetária são insuficientes, havendo a necessidade de novos modelos avaliativos, que possam imprimir “visibilidade cada vez maior aos fundamentos e às consequências das diferentes maneiras de produzir e de medir a riqueza” (ABRAMOVAY, 2012, p. 28); assim, avaliações que respeitem a unidade biofísica dos ecossistemas, por exemplo, se fazem necessários.

Em síntese, nota-se que a visão de Abramovay e de Veiga, com relação aos processos de mudança necessários para que um novo modelo de desenvolvimento (sustentável) seja estabelecido, é extremamente complexa, com fundamentos na economia da complexidade, na

economia da evolução e na economia ecológica. Para este redirecionamento do desenvolvimento, Abramovay, principalmente, caracteriza o que seria a base para uma nova economia, pautada por mudanças nas relações entre sociedade e natureza e entre economia e ética. O autor também destaca que tal redirecionamento é possível dentro de uma ordem econômica capitalista, criticando aqueles que elaboram proposições de “caminhos alternativos”, com base em uma análise estrutural do processo de acumulação do capital. Para o autor, portanto, os caminhos alternativos, ou construções teóricas e práticas de paradigmas que possam, mesmo que de maneira incompleta, acontecer paralelamente ao sistema capitalista, são inexistentes, ou devem se conectar, de maneira subordinada, ao modo capitalista (com uma base econômica renovada, nos termos descritos até aqui). São desses pensamentos ditos “alternativos” ou de ruptura que se tratará brevemente no próximo tópico.

3.3.2 Novo aporte teórico-metodológico - Racionalidade ambiental, Ecologia de Saberes e a Via: Ruptura com o Desenvolvimento Sustentável?

O título deste capítulo representa as ideias centrais de Leff, Morín e Sousa Santos, no entanto, serão utilizados, fundamentalmente, os pensamentos de Sousa Santos (apresentados de maneira geral no capítulo deste trabalho dedicado à questão do paradigma) para a inclusão das perspectivas dos outros autores. Pode-se dizer que todos os autores citados compartilham de uma visão comum de que a crise socioambiental de nosso tempo é uma crise cognitiva, do pensamento ocidental moderno (sendo, portanto uma crise deste modelo de civilização também), visto que não conseguimos nem ao menos reconhecer que existe uma problemática profunda e que deve ser tratada com a complexidade que ela demanda.

Nesse sentido, Sousa Santos (2007) analisa que vivemos em um mundo que possui uma enorme diversidade epistemológica, no entanto, tal diversidade encontra-se na invisibilidade ou subjugada pela imposição de uma monocultura epistemológica, como afirma o autor. A grande consequência dessa monocultura da forma de pensar é que tal fato corrobora com a noção de que vivemos o fim da história, como afirmara Francis Fukuyama, permanecendo um quadro de injustiças e desigualdades, sem possibilidades da reinvenção da emancipação social. Sousa Santos (2007) contesta tal argumento, afirmando que o grande problema está no fato de que a emancipação social não pode mais ser pensada em termos modernos, visto que os instrumentos e teorias sociais que regularam a discrepância entre regulação e emancipação encontram-se em crise:

As ciências sociais estão passando por uma crise, porque a meu ver estão constituídas pela modernidade ocidental, por esse contexto de tensão entre regulação e emancipação que deixou de fora as sociedades coloniais, nas quais essa tensão foi substituída pela ‘alternativa’ entre a violência da coerção e a violência da assimilação. Algumas correntes das ciências sociais visaram, sobretudo, a regulação (...). Os outros, os marxistas, os críticos, centraram-se mais na emancipação, mas a ideia foi sempre uma visão eurocêntrica dessa tensão; uma visão, portanto, colonialista. A crise desse paradigma é geral e por isso inclui, com contornos distintos, todas as correntes até agora em vigor. (SOUSA SANTOS, 2007, p. 19)

Como as grandes teorias sociais foram e são desenvolvidas em poucos países do Norte, Sousa Santos (2007) afirma que uma das consequências desse fato é que os organismos multilaterais observam a realidade social no restante do mundo a partir das lentes dessas teorias, o que pode reproduzir as desigualdades entre o Norte e o Sul. Para o autor, tais teorias nos dizem, em linhas gerais, que não existem alternativas, quando na verdade estas estão invisibilizadas ou marginalizadas por teorias que não as captam; assim, Sousa Santos afirma que tais teorias sociais hegemônicas são construídas por uma razão indolente, “uma racionalidade que não se exerce muito, (...) que se considera única, exclusiva, e que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza inesgotável do mundo” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 25). Tal razão indolente se manifesta, principalmente, de duas maneiras, através da razão metonímica, a qual tem um conceito de totalidade reducionista, construído por partes homogêneas, contraindo o presente e lhe retirando possibilidades, e a razão proléptica, que é a ideia de conhecer no presente a história futura, a qual apresenta-se a nós pela ideia de desenvolvimento e de progresso, onde o tempo ideal é linear e o futuro é infinito, bancado por um crescimento econômico também infinito.

Dessa forma, a razão indolente seria composta por essas duas lógicas, a contração do presente e a ampliação do futuro; Sousa Santos (2007) propõe a inversão dessa lógica, ou seja, a ampliação do presente, para a inclusão neste de mais experiências a serem compreendidas, e a contração do futuro, para prepará-lo. Neste modelo de racionalidade, faz-se necessária, primeiro, a compreensão do real, antes de sua transformação. Para o autor, a razão metonímica baseia-se na ideia da simetria dicotômica, que esconde sempre uma hierarquia:

A razão metonímica tem essa dupla ideia das dicotomias e das hierarquias, por isso não é possível pensar fora das totalidades: não posso pensar o sul sem o norte; a mulher sem o homem; não posso pensar o escravo sem o amo. Mas o que devemos inquirir é se nessas realidades não há coisas que estão fora dessa totalidade: o que há na mulher que não depende da relação com o homem; o que há no sul que não depende da relação com o norte; o que há no escravo que não depende da relação com o amo. Ou seja, pensar fora da totalidade. Não é fácil, mas é o que proponho,

porque essas totalidades de redução nos têm conduzido a essa contradição do presente (SOUSA SANTOS, 2007, p. 28)

Assim, para se combater essa razão, ampliando-se o presente, Sousa Santos propõe o uso do que ele denomina de Sociologia das Ausências, que significa que “muito do que não existe em nossa realidade é produzido ativamente como não-existente, e por isso a armadilha maior para nós é reduzir a realidade ao que existe, (...) assim, de imediato compartilhamos essa racionalidade preguiçosa, que realmente produz como ausente muita realidade que poderia estar presente” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 28).

Para Sousa Santos (2007) existem cinco modos de produção de ausências em nossa racionalidade ocidental, os quais citaremos rapidamente. O primeiro modo é a monocultura do saber e do rigor, a qual destrói outros conhecimentos, produzindo o que o autor chama de epistemicídio, ou seja, a morte de conhecimentos alternativos juntamente com os povos e/ou os grupos sociais com práticas sociais alicerçadas em tais conhecimentos alternativos.

A segunda monocultura é a do tempo linear, a concepção de que a história tem um sentido e direção definidos, e de que os países “desenvolvidos” estão a frente nesse processo. Tal conceito monocultural inclui também os conceitos de progresso, modernização, desenvolvimento e, agora, globalização. A terceira monocultura é a da naturalização das diferenças que ocultam hierarquias, onde não se sabe pensar diferenças com igualdade, sendo as diferenças sempre desiguais, e, portanto, produz-se a ausência através da inferiorização.

A quarta monocultura de produção da ausência é a monocultura da escala dominante, associada, na tradição ocidental, ao universalismo e, agora, a globalização. Nessa perspectiva, o global e universal são hegemônicos e o particular e o local não contam, são invisíveis, marginais.

A quinta e última monocultura é a monocultura do produtivismo capitalista, aplicada tanto ao trabalho como à natureza, os quais são inseridos em uma racionalidade econômica de produção que se constitui o eixo importante do processo e a lógica motora, mais do que elementos humanos ou ecológicos, e a qual desconsidera outras formas de organizar a produtividade, visto que, por exemplo, para os indígenas e camponeses “a produtividade da terra não é definida em um ciclo de produção, mas em vários, se a terra está produtiva este ano, no ano seguinte ela não é cultivada para que descanse, e em seguida voltamos a cultivá-la; [assim] (...) há outra lógica produtiva que não conta” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 31).

Para Sousa Santos (2007), a maneira de inverter a situação apresentada é fazer com o que está ausente esteja presente, algo para o qual a sociologia não está preparada, segundo o

autor, devido a heranças do positivismo. Sugere-se, então, que é necessário substituir as monoculturas por cinco ecologias.

A primeira delas é a ecologia dos saberes, que visa um uso contra hegemônico da ciência hegemônica, possibilitando-se que a ciência entre, não como monocultura, mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico possa dialogar com o saber laico, o saber popular, entre outras formas de saberes, o que não significa romantizar nenhuma espécie de conhecimento, e nem que tudo vale o mesmo para todas as situações pragmáticas do real, como exemplifica Sousa Santos (2007), ao apontar que:

Não há dúvida de que para levar o homem ou a mulher à Lua não há conhecimento melhor do que o científico; o problema é que hoje também sabemos que, para preservar a biodiversidade, de nada serve a ciência moderna. (...) Porque o que vem conservando e mantendo a biodiversidade são os conhecimentos indígenas e camponeses. Seria apenas coincidência que 80% da biodiversidade se encontre em territórios indígenas? Não. (...) Temos de entender que necessitamos de dois tipos de conhecimento e não simplesmente de um deles. (p. 33)

Tal proposta de Sousa Santos se articula aquilo que Leff (2004) denominou de racionalidade ambiental, que se contraporia a racionalidade econômica, visto que:

La racionalidad ambiental lleva a repensar la producción a partir de los potenciales ecológicos de la naturaleza y las significaciones y sentidos asignados a la naturaleza por la cultura (...). La racionalidade ambiental que de allí emerge se aparta de una concepción conservacionista y productivista de la naturaleza para convertirse en una estrategia para la reapropiación social de la naturaleza, basada en la valorización cultural, económica y tecnológica de los bienes y servicios ambientales de la naturaleza. (LEFF, 2004, p. 43)

Continuando o pensamento de Sousa Santos, a segunda ecologia é a ecologia das temporalidades, que torna tão importante quanto o tempo linear, outros modelos temporais, baseados não na lógica da racionalidade econômica, mas na lógica da racionalidade ambiental. Isso quer dizer também, que os que estão conosco no tempo presente, independentemente de seus modos de organização social, estão conosco, e não devem ser considerados como estando para trás, em uma concepção de tempo linear, no qual, por exemplo, um encontro entre um camponês africano ou latino-americano com um executivo do Banco Mundial pode ser considerado “um encontro simultâneo, mas não contemporâneo, porque o camponês latino-americano ou africano é ‘residual’ e o executivo é ‘avançado’” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 34). Ou seja, é preciso deixar que cada forma diversa de sociabilidade tenha seu próprio tempo, já que, ao se reduzir tudo a uma temporalidade linear, se afastam todas as outras coisas que possuem uma lógica distinta.

A terceira ecologia é a ecologia do reconhecimento, onde se propõe que nossas mentes sejam descolonizadas, para que se perceba, em uma diferença, o que é produto da hierarquia e o que não é. A quarta ecologia é a ecologia da transescala, que possibilite a articulação entre projetos locais, nacionais e globais, se contrapondo, em termos de escala, a globalização do capital.

A quinta e última ecologia é a ecologia das produtividades, que consiste “na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogestionadas, da economia solidária etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou desacreditou” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 36). Nesse ponto, pode-se afirmar que mesmo algumas linhas do marxismo possuem críticas aos empreendimentos solidários, mas não é o caso de se entrar em maiores detalhes por aqui.¹²

Com relação a crítica da razão proléptica, uma das maneiras da razão indolente se expressar, Sousa Santos afirma que tal crítica deve ser feita a partir da Sociologia das Emergências, onde devem ser considerados os sinais, as pistas, latências e possibilidades que existem no presente e que são sinais do futuro; portanto, Sousa Santos acredita que ao invés do nada ou tudo, deve-se propor o “ainda não”.

Nesse ponto, Morín parece possuir uma visão parecida com a de Sousa Santos, afirmando a existência de iniciativas locais diferenciadas, as quais, todavia, encontram-se na invisibilidade; poderíamos aqui, citar muitos exemplos, como as práticas agroecológicas, tanto em meios rurais como urbanos, ou os pontos de cultura nas periferias das grandes metrópoles no Brasil. Dessa maneira, Morín (2011) argumenta:

Estamos ainda na fase das [iniciativas] preliminares modestas, invisíveis, marginais, dispersas. Em todos os continentes, em todas as nações, já existem efervescências criativas, uma profusão de iniciativas locais no sentido da regeneração econômica, ou social, ou política, ou cognitiva, ou educacional, ou ética, ou existencial. Mas tudo o que deveria ser religado encontra-se disperso, separado, compartimentado. As iniciativas desconhecem a existência uma das outras, nenhuma administração as menciona, nenhum partido toma conhecimento delas. Elas, porém, são o viveiro do futuro. (p.41)

Para Morín, essas iniciativas, potencializadas por inúmeras reformas para o enfrentamento das diversas crises, como o próprio autor coloca, de nossa civilização (crise ecológica, urbana, rural, entre outras), poderiam se articular na formação do que Morín chama

¹² Para maiores informações, pode-se conferir o seguinte livro: WELLEN, H. Para a crítica da economia solidária. São Paulo: Outras Expressões.

de “A Via”, em uma metamorfose para rumos diferentes dos quais nos encontramos atualmente. Na concepção de Sousa Santos (2007), às iniciativas locais tem faltado articulação em outras escalas, processo que se iniciou com a criação do Fórum Social Mundial (FSM), visando-se internacionalizar as alternativas contra hegemônicas, em um período globalizado e neoliberal onde o capital circula em várias escalas, e, portanto, não pode sofrer resistências apenas locais. Todavia, o mesmo autor acrescenta que o FSM ainda apresenta inúmeros problemas, incluindo a ausência de representantes africanos e asiáticos em sua organização, o que diminui a diversidade de propostas e a legitimidade do Fórum.

Assim, retomando a lógica do capítulo, pode-se dizer que, no enfrentamento da razão indolente, Sousa Santos propõe a Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências, de maneira que se possa pensar em uma reinvenção do processo de emancipação social. À esse processo, Morín e Sousa Santos discutem a necessidade de reformas políticas e o aprofundamento da democracia, com o estudo de experiências democráticas de outros tipos que vêm ocorrendo ao redor do mundo, para além do modelo de democracia representativa liberal, linha de pesquisa que Sousa Santos denomina de Demodiversidade; no entanto, não aprofundaremos neste debate em específico.

Mas, apresentadas e aprofundadas as bases gerais das outras possibilidades paradigmáticas existentes, para que se adentre nesse ponto de uma via alternativa, a qual rivaliza (e também dialoga) com a caracterizada por Abramovay e Veiga, se faz necessário que se trate de questões mais específicas do contexto brasileiro, o que, é claro, não significa que não existirá o diálogo com outros níveis espaciais, nem de que muitos dos elementos teóricos a serem abordados não possam ser discutidos em outras escalas. Com o que será exposto, se buscará apontar, de acordo com os autores postos em debate, que não há somente uma visão de desenvolvimento em discussão, como é defendido por Abramovay, algo que é expresso através da existência de conflitos socioambientais amplamente registrados, os quais, em grande parte das vezes, são marcas diretas da disputa de modos de organização social diferentes, que lutam por sua existência e, conseqüentemente, pelo território necessário para sua reprodução social.

Para o empreendimento proposto, serão utilizadas as elaborações conceituais de Bernardo Mançano Fernandes e Marcos Bernardino de Carvalho, que abordam a relação entre o campo e a cidade e, através de seus modelos explicativos (se é que se pode colocar dessa forma), tornam mais visíveis as visões que concorrem ou dialogam pela hegemonia nesse processo.

De início, podemos adiantar que as visões analisadas pelos autores citados possuem denominações diferentes, mas o conteúdo destes é muito semelhante, com pequenas divergências (que nem chegam a se constituir como tal, na realidade). Mesmo Carvalho (2011) nos alerta deste fato, ao afirmar que “os paradigmas mencionados de fato confrontam-se com diferentes nomes, diversificadas formas e motivações em várias das dimensões e dos espaços de nossa existência” (s/n). Fernandes aborda a relação entre o que ele chama de paradigma da questão agrária e paradigma do capitalismo agrário; enquanto isso, Carvalho aborda a relação entre o que ele denomina de paradigma do agronegócio e paradigma da biocivilização; se perceberá que os paradigmas tratados por Fernandes referem-se a relações mais gerais, enquanto aqueles analisados por Carvalho abordam características mais específicas, de acordo com as intencionalidades dos autores. O termo “paradigma” empregado por Fernandes se aproxima mais da noção desenvolvida por Kuhn, de coletivos do pensamento em disputa, os quais buscam propagar e reproduzir suas ideias na realidade.

Primeiramente, também se faz necessário o destaque de uma ideia fundamental, que busca explicitar a relação entre campo e cidade, algo que é importante no sentido de não se deixar reduzir o entendimento que se possa ter dos paradigmas tratados pelos autores:

Campo e cidade, hoje, são divisões territorialmente especializadas daquilo que denominamos espaço urbano. As ações desencadeadas em ambos territórios, portanto, tem poder de interferência sobre o conjunto da rede urbana. O Brasil ocupa uma posição peculiar no cenário internacional e, quer por suas condições ambientais e territoriais, quer por sua inserção política, cultural e econômica nesse cenário, acreditamos que poderá também influenciar decisivamente nas características do futuro global. (...) No Brasil, alguns dos principais ventos portadores de ‘urbanidades’ estão sendo soprados do campo para a cidade. (CARVALHO, 2011, s/n, destaque nosso)

Explicita-se o vínculo entre o campo e a cidade, e se faz referência ao termo “urbanidades”, entendido como as consequências qualitativas de um processo de expansão urbana diferenciado, que privilegia “a extensão de uma rede de solidariedades, de possibilidades e de direitos (...) àquelas parcelas da população que em geral são tratadas com muito pouca ‘urbanidade’, pelo excludente e discricionário modelo de acumulação vigente e o modelo territorial e espacial de sua preferência” (Carvalho, 2011, s/n). Conflitualidades existentes no campo, dessa forma, parecem ter um peso de interferência preferencial nas relações de poder que se constituem entre campo e cidade, contribuindo amplamente com as conflitualidades que se estabelecem na cidade; o espaço urbano se conforma, então, a partir da dinâmica conflitante que se estabelece no campo e na cidade, com paradigmas que se chocam.

A vastidão da questão agrária alcança o campo e a cidade, atinge todas as instituições e abarca todas as dimensões do desenvolvimento. A questão agrária é composta da contradição e do paradoxo (...). A contradição está na estrutura do sistema capitalista e o paradoxo no movimento da questão agrária. E é este o seu caráter mais importante, porque manifesta conflitualidade e desenvolvimento através de relações sociais distintas, que constroem territórios diferentes em confronto permanente. (FERNANDES, 2013, p. 6)

Fernandes busca esclarecer melhor a significação de “conflitualidade”, diferenciando-o do significado do termo “conflito”. Para o autor, os paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária possuem compreensões distintas acerca da concepção de conflitualidade, em sua relação com as ideias de conflito, desenvolvimento e território. O autor analisa que o desenvolvimento político e econômico não produz apenas riqueza, pobreza e miséria, gerando também o conflito, dado que os indivíduos não são meros objetos de unidades de produção, se constituindo fundamentalmente como sujeitos políticos os quais resistem a exploração e expropriação de seu trabalho, buscando, em um estado de confronto com forças opostas, e se utilizando das mais diferentes estratégias, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o empate. O conflito é assim, também, e essa é uma ideia fundamental, a expressão do confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios; no entanto, enquanto o conflito pode ser solucionado, a conflitualidade permanece, dado que “nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. (...) [permanecendo] fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestação dos direitos. (FERNANDES, 2013, p. 26)

Se destaca, assim, o fato da conflitualidade expressar a dinâmica perene dos conflitos, e o fato de tal conflitualidade não ser algo exterior ao processo de desenvolvimento, como se o desenvolvimento necessariamente expressasse algo positivo e a conflitualidade algo negativo, em uma visão linear. Na realidade a conflitualidade e o desenvolvimento coexistem, visto que não existe a materialização de somente uma visão de desenvolvimento, pelo contrário, atores sociais diferentes constroem também relações sociais distintas que buscam se reproduzir nos territórios, entrando em conflito, dada a dinâmica diferenciada dos atores para manterem seu processo de reprodução.

A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos. (...) A agricultura camponesa estabelecida ou que se estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes de políticas de reforma agrária, promovem conflitos e desenvolvimento. A agricultura capitalista, na nova

denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento. (FERNANDES, 2013, p. 6)

Percebe-se, portanto, que a dinâmica de conflitualidade tem origem nas visões de mundo distintas de determinados atores sociais; não existem motivos lógicos para se atribuir de forma negativa a característica do conflito para determinado grupo social, enquanto para outro grupo se atribui a característica positiva da condução do desenvolvimento; ambos os grupos promovem o conflito e o desenvolvimento como aponta o trecho destacado acima. Fernandes já aborda essas visões distintas ao falar em capitalismo e campesinato¹³, em agricultura camponesa e em agricultura capitalista. O autor busca fugir de qualquer resquício de falsa dualidade ao afirmar que o processo de criação, recriação e destruição dessas categorias possuem lógicas que as interligam, em uma relação dialética, onde, enquanto o capital destrói e recria o campesinato a partir de sua lógica e princípios, por sua vez, o campesinato também se recria, rompendo com tal lógica e princípios impostos pelo capital. Nesse movimento, dado que a reprodução de ambas as formas de modos de vida é incompatível, ocorre a disputa de territórios no mesmo espaço, gerando, ao mesmo tempo, a conflitualidade e a promoção do desenvolvimento.

Tem-se então o destaque de dois grupos sociais principais no contexto da questão agrária, os camponeses e os capitalistas agrários. A relação de conflitualidade existente entre estes não é equilibrada, como destaca o autor, visto que é o capital (ou o seu processo de acumulação, melhor dizendo), que gera a conflitualidade inicial, buscando impor a relação dominante (que se dá em um contexto de regras de mercado), e, por consequência, sua visão de desenvolvimento; evidentemente que a busca pela manutenção de autonomia política e econômica leva os camponeses à reação e resistência. O que Fernandes destaca é que, ao mesmo tempo que o processo de acumulação de capital incorpora camponeses à esta lógica econômica, ele também recria o próprio campesinato, ou o reproduz; além disso o campesinato busca se reproduzir por si mesmo, dentro de uma lógica e valores distintos daquele do processo de avanço do capital. Na discussão deste processo estão os argumentos principais que nortearão o que Fernandes denomina de paradigma do capitalismo agrário e de paradigma da questão agrária.

Esta é uma definição importante já que, em algumas vertentes, tanto na perspectiva do paradigma do capitalismo agrário quanto na perspectiva do paradigma da questão agrária, o

¹³ Carvalho (2012), com base em Thomaz Jr, aponta que o conceito de “campesinato”, identifica um grupo composto por identidades diversas que se constroem na luta social, como os **assentados**; os povos da floresta; os posseiros, os ribeirinhos; os pescadores artesanais lavradores; os foreiros; os parceiros; os castanheiros, os açazeiros, os arrendatários não capitalistas, os cessionários, os povos indígenas camponesizados, entre outros.

campesinato seria um grupo social que deixaria de existir, dado o processo de acumulação do capital e as consequentes contradições do processo de integração no mercado capitalista; tem-se aí, portanto, uma visão linear de desenvolvimento, de ambas as perspectivas paradigmáticas, que não percebem os indivíduos como sujeitos políticos, tendendo a ignorar a conflitualidade, da forma como a tratamos até aqui.

Fernandes avança a partir deste ponto buscando entender as lógicas existentes na base dos paradigmas, as relações entre estes e as consequências dessas visões em termos da formulação de políticas públicas, ou seja, a difusão destes para a sociedade. Pergunta o autor “seria o modo de vida camponês incompatível com capitalismo ou o capitalismo é incompatível com o modo de vida camponês?” (FERNANDES, 2013, p. 15), onde tal resposta depende do paradigma posto, visto que estes direcionam o processo de maneira diferente; no paradigma do capitalismo agrário, ao contrário do paradigma da questão agrária, não se dá ênfase à expropriação levada a cabo pelo processo de acumulação de capital, mas sim à inadequação do modo de vida camponês, considerada uma sociedade parcial com uma integração parcial à mercados incompletos, o que tornaria inviável a sobrevivência do campesinato em uma estrutura econômica “completa”. No paradigma do capitalismo agrário, portanto, não existe a conflitualidade, esta é vista como uma aberração, ou então possui o sentido de interpretar o “desenvolvimento da agricultura como um movimento de metamorfose do campesinato” (FERNANDES, 2013, p. 15). No paradigma da questão agrária, em sua corrente campesina, a conflitualidade é entendida como um movimento contínuo de criação e de destruição de relações sociais.

O que o autor procura esclarecer nesse ponto é que parece existir uma lógica definida para a separação de um grupo social em categorias diferentes, que depende do tipo de desenvolvimento que se quer privilegiar ou se colocar como “adequado”, o que coloca uma dessas categorias à margem, na invisibilidade, como se não mais existisse, ou como se fosse apenas uma questão de tempo seu desaparecimento, encarado como “natural”. O conflito é visto como algo sem sentido, em processos já ditos neutralizados. Tais visões de mundo distintas influenciam na organização social e na definição de políticas públicas que enfraquecem/fortalecem determinadas lógicas.

Para Fernandes, o paradigma do capitalismo agrário possui uma potencialidade ampla, tendo se firmado em termos acadêmicos e políticos; tal paradigma também trás críticas importantes ao paradigma da questão agrária, ajudando a renová-lo. O paradigma do capitalismo agrário possui um grande diálogo com a teoria econômica neoliberal e com as políticas que resultam ou resultaram desta teoria, tendo como características a “flexibilização

do trabalho, (...) [o] fortalecimento do mercado com amplas aberturas, (...) [a] diminuição do poder do Estado, (...) [o] refluxo dos movimentos sindicais e dos movimentos camponeses, (...) [o] aumento do desemprego e (...) [a] criação de políticas compensatórias” (FERNANDES, 2013, p. 22).

Com relação ao paradigma da questão agrária, suas bases se fundam em uma economia política de outro viés, em que o espaço de análise não se limita à lógica do capital, entendendo que a integração ao mercado pode ser utilizada para a promoção da luta pela terra e pela reforma agrária; nesse sentido, o camponês não se vê apenas como produtor de mercadorias (ou como mero consumidor), e sim como sujeito político.

De maneira contraditória, destaca Fernandes, os camponeses destroem, mas também constroem o capitalismo, em uma escala menor do que o processo contrário, evidentemente; os camponeses promovem o desenvolvimento do capitalismo e de suas estratégias de recriação de variadas formas, “ocupando a terra, destruindo o latifúndio, conquistando o assentamento; comprando terra, migrando, trabalhando, produzindo, industrializando, vendendo, consumindo, contribuindo com o desenvolvimento local, lutando, estudando, participando, reocupando terra” (FERNANDES, 2013, p. 25). Ao mesmo tempo, esse movimento constrói oportunidades e condicionantes favoráveis. Carvalho (2012) acrescenta mais elementos à discussão de paradigmas que estamos tratando aqui. Como já foi dito, seus pensamentos tem grande relação e semelhança como os desenvolvidos por Fernandes, na elaboração conceitual do paradigma da questão agrária e do paradigma do capitalismo agrário. Primeiramente, Carvalho chama à atenção para o fato de que essa composição de paradigmas concorrentes (na ciência e politicamente) e suas devidas territorializações se passam no interior dos Estados nacionais, constituídos em termos institucionais e jurídicos; dessa forma fica mais claro o que já fora dito anteriormente, a questão de que o enfraquecimento ou o fortalecimento de dado paradigma depende das relações de poder que se dão, não somente em escala nacional, mas também, evidentemente, em escala global.

Mas os principais pontos levados em consideração por Carvalho se referem ao destaque dado à duas dimensões, a dimensão socioambiental e a dimensão cognitiva, as quais não sofreram um realce tão amplo na leitura de Fernandes. Para Carvalho, sob a ótica dessas duas dimensões apresentam-se amplas possibilidades “para as nações latino-americanas, e também para as demais nações cujas trajetórias históricas levaram-nas a ocupar semelhantes latitudes geográficas e políticas” (2012, s/n). Essas possibilidades advêm de dois fatores; o primeiro é a consideração de que a crise socioambiental é uma crise ampla, não somente

ecológica ou social, mas de caráter civilizatório, onde as dimensões (e necessidades) cognitivas, étnicas, culturais, socioambientais, territoriais são colocadas à margem ou subordinam-se aos padrões econômicos globais, que a todos busca transformar de sujeitos políticos para consumidores, integrando-os e lhes retirando qualquer autonomia; o segundo fator que amplia as possibilidades dos países do “Sul”¹⁴ citados por Carvalho relaciona-se as condições geopolíticas ou “ecopolíticas” privilegiadas desses países, em tempos de crise socioambiental.

Nesse sentido, em um cenário contemporâneo de uma crise de amplitude civilizatória, e tendo como possibilidades um vasto manancial de biodiversidade, colocam-se aos países do “Sul” escolhas a se traçar em termos de visões de desenvolvimento: podem estes optar pela continuidade da adesão (e conseqüente subordinação) aos padrões e regras já estabelecidas, buscando aprimorar tais padrões e gerenciar crises (econômicas, políticas, entre outras), galgando, de forma individual, posições de maior destaque na economia mundial; ou podem, por outro lado, reunir esforços “no sentido de confrontar com um novo projeto civilizatório os padrões e as referências responsáveis pela produção permanente das crises às quais aludimos, arriscando o exercício de suas autonomias em outro quadro de subordinações, com o estabelecimento de outro nível de (inter)dependências” (CARVALHO, 2012, s/n).

Percebe-se, portanto, que Carvalho aproxima sua leitura à de Fernandes, ao colocar dois paradigmas em concorrência; um, que será chamado de paradigma da biocivilização, e outro que será chamado de paradigma do agronegócio, como continuidade do processo de acumulação do capital, com seu avanço para o meio rural. Todavia, existem algumas divergências que devem ser apontadas; na perspectiva de Carvalho, aparece indiretamente a ideia de confronto entre os paradigmas e de superação do paradigma hegemônico, do agronegócio. Fernandes não parece discordar da ideia de superação, mas em sua perspectiva aparece a estratégia do “empate” entre as visões paradigmáticas, para que se possa ter uma abertura ao diálogo, e para que se contenham processos de expropriação:

O termo empate criado pelos camponeses seringueiros do Acre, significa um resultado de um conflito em que ninguém perde e nem ganha. (...) Se por um lado o paradigma do Capitalismo Agrário não tenha considerado a conflitualidade em seu corpo teórico, como processo eficiente e promotor de desenvolvimento, por outro, o paradigma da Questão Agrária não tem considerado a importância das formas de relação com o mercado. Um paradigma ignora a conflitualidade gerada a partir das relações mercantis, o outro ignora as relações mercantis produtoras de conflitualidade. (FERNANDES, 2013, p. 26, 53)

¹⁴ Nota-se aqui uma clara inspiração na proposta da Epistemologia do Sul, elaborada por Boaventura de Sousa Santos, a qual já foi apresentada neste trabalho.

Além dessa pequena divergência, Carvalho acrescenta um qualificador especial ao debate paradigmático e aos grupos sociais que compõem tais paradigmas, que é o fator da crise socioambiental, a qual torna mais clara as divergências, na leitura da realidade, existentes entre os paradigmas. No paradigma da biocivilização, surge como grupo social principal o campesinato, na busca do estabelecimento de novos valores, os quais se contraponham ao projeto de organização social hegemônico. Na composição do campesinato se fazem presentes aqueles grupos já citados, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outros.

A unidade posta através do termo campesinato não é sem propósito, busca unificar grupos que, apesar de suas diferenças em vários aspectos, talvez possuam como característica comum a proposição de valores que subordinem a lógica econômica às outras dimensões (ambientais, culturais, territoriais, temporais, cognitivas, entre outras), “fundados em paradigmas que consideram princípios distintos daqueles valorizados pelo mercado global, porque são pautados justamente no respeito aos espaços de vida, na heterogeneidade e na diversidade que são fortes obstáculos às necessidades de escala e de homogeneidade produtiva que a sociedade urbano-industrial exige de todos os seus negócios, incluindo os agrícolas” (CARVALHO, 2012, s/n).

Além do que foi posto, considera-se que muito do manancial de biodiversidade existente nos países do Sul só existe dessa forma graças a sociodiversidade presente na composição do campesinato, não sendo coincidência o fato de regiões com alto grau de biodiversidade coincidirem com territórios onde vivem grupos camponeses. Gómez-Pompa e Kaus (2000) destacam esse ponto:

Práticas tradicionais de uso da terra do setor rural são responsáveis por manter e proteger a biodiversidade das nossas áreas nativas, e frequentemente foram responsáveis pela diversidade genética que fortalece a maioria das variedades de alimentos cultivados. As descobertas científicas indicam que virtualmente todas as partes do globo, desde as florestas boreais até os úmidos trópicos, foram habitadas, modificadas ou manejadas ao longo do passado humano. (...) Nem todas as sociedades modernas usam tecnologias destrutivas, e os benefícios da interferência humana nos processos ecológicos não se restringem às zonas tropicais ou aos tempos passados. (p. 132-134)

Alguns movimentos no interior do campesinato, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), por exemplo, tem abandonado a visão produtivista de outros tempos, quando buscavam competir em moldes capitalistas com o fazendeiro ao lado, utilizando dos mesmos aparatos tecnológicos da Revolução Verde destes, passando a

incorporar “uma leitura mais ampla do campo, vendo-o como espaço de produção agrícola calcada em uma outra matriz tecnológica e relação com o meio ambiente (agroecologia), mas também como espaço de vida” (PINHEIRO, 2007, s/n).

Para encerrar este ponto do paradigma da biocivilização, Porto-Gonçalves talvez sintetize e reforce seu aspecto principal, a dimensão socioambiental, como já colocado neste trabalho, ao afirmar que “a natureza volta a adquirir centralidade no debate do devir histórico e, com isso, traz [de volta] para o centro da cena uma série de sujeitos sociais (...) que emergem dos campos, dos cerrados, das florestas, dos mangues e dos povos que teceram suas matrizes de racionalidade com esses ambientes. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 18)

Com relação ao paradigma do agronegócio, este se funda em valores e princípios que mantem a lógica econômica hegemônica, apesar de buscar se reinventar com base em discursos socioambientais, que muitas vezes se efetivam, é claro, mas continuam a mercantilizar o que não é passível de se tornar mercadoria, além de manter as mesmas relações de poderes postas, e de continuar a colocar em centralidade a dimensão econômica. Carvalho aponta exemplos ao fato de que o paradigma do agronegócio, mesmo que “esverdeado”, utilizando-se de biotecnologias, mantém o mesmo padrão de acumulação vigente do capital, sob ditames urbano-industriais. O autor trata do processo de expansão da soja, monocultura que se apresenta praticamente consolidada na área do cerrado na região Centro-Oeste do Brasil, e que avança “aceleradamente pelas bordas meridionais da Região Norte do país, ameaçando a integridade do principal manancial de biodiversidade do planeta, (...) a Floresta Amazônica” (CARVALHO, 2012, s/n).

Um [exemplo] (...) refere-se ao sucesso dos veículos dotados de motor Flex (...) que se movem utilizando indistintamente gasolina ou biocombustíveis (derivados da cana-de-açúcar, como o etanol, ou do milho, — metanol). (...) Agradecidos a isso, estão os grandes produtores e usineiros da cana-de-açúcar (lavoura sucessora do café e de outros produtos na primazia pela responsabilidade na devastação florestal da Mata Atlântica), cujas usinas e fazendas ocupam alguns dos melhores solos do Brasil, nos quais outrora florescia um dos principais mananciais de biodiversidade do planeta.” (CARVALHO, 2012, s/n).

Há, assim, algo de importante neste exemplo, como destaca o autor, sendo tal fato emblemático por tornar visível o choque paradigmático, no estabelecimento da fronteira entre, de um lado, as zonas “pioneiras” da agropecuária, no modelo posto pelo agronegócio, e de outro lado o que o economista Ignacy Sachs chamou de “laboratório das biocivilizações do futuro”.

Dessa forma, percebe-se que os paradigmas propostos por Fernandes e por Carvalho são muito semelhantes, com o paradigma da biocivilização destacando a dimensão socioambiental, como importante questão contemporânea, e o campesinato como ator importante neste contexto, sem se desconsiderar as diferenças internas existentes no interior desta categoria.

Abordadas, assim, nos dois últimos itens, duas visões (heterogêneas em seu interior, é claro) diferenciadas acerca de possíveis novos aporte teórico-metodológicos para se abordar a questão ambiental em sua complexidade, os quais poderiam integrar um real paradigma da complexidade, no próximo item deste trabalho se buscará retomar as ideias trabalhadas até o momento, em suas contribuições para o problema norteador desta pesquisa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, em que se chega ao último item deste trabalho, é necessário recuperar o questionamento central que guiou a análise proposta: o desenvolvimento sustentável pode ser considerado como um novo paradigma, uma continuação ou aprofundamento de um paradigma já posto, ou uma matriz discursiva? Ao final, após todo o caminho percorrido, somente se pode afirmar que as dúvidas são maiores do que as certezas. De toda forma, se podem traçar algumas considerações acerca da indagação proposta, com base no que foi apresentado até o momento. A primeira de tais considerações, com certa objetividade, é que a sustentabilidade parece, realmente, se apresentar muito mais como uma matriz discursiva do que como um paradigma, integrando uma matriz discursiva do meio ambiente, da maneira como foi colocado por Rodrigues (2011).

Conforme exposto nos capítulos que tratam da construção política do DS e de seu estudo no campo econômico e geopolítico, se pode apontar que o DS se encontra delimitado em um campo institucional específico, com pesquisas e políticas públicas orientadas e influenciadas pelos agentes determinantes hegemônicos de tal campo, como o Banco Mundial, por exemplo. Estes, de acordo com determinada visão de desenvolvimento (como sinônimo de crescimento econômico e se utilizando do viés da economia neoclássica) e da problemática ambiental (relegada a uma questão de gestão ou planejamento ambiental adequado, sem maiores entendimentos com relação a dinâmica territorial em sua totalidade) influenciam os discursos que devem permear o campo ambiental, pautando, inclusive, o conhecimento científico. O DS colocado desta forma não representa, assim, qualquer ruptura

com o paradigma da simplificação discutido por Morin, Leff e outros autores, sendo apenas uma matriz discursiva que encobre (e desenvolve na prática) o núcleo de tal paradigma, influenciando a práxis dos diversos agentes sociais presentes nos territórios.

A noção de DS, em sua forma hegemônica, pode ser descrita, portanto, por algumas características (algumas não totalmente exploradas neste trabalho), relacionadas, principalmente, a teoria econômica de vertente neoclássica: necessidade de crescimento econômico (ou acumulação do capital) de maneira ilimitada, sendo que no caso do Brasil, tal processo é conduzido pelo setor econômico do *agrobusiness*; crença na ciência moderna e no desenvolvimento tecnológico para resolução da problemática ambiental, algo denominado de ecoeficiência, ou seja, a crença no uso da tecnologia, em seu constante aprimoramento, para o melhor aproveitamento da matéria e da energia utilizadas no processo produtivo, sem que se precise de maiores intervenções no processo macroeconômico; como consequência de tal crença tecnológica, a ideia de que a responsabilidade socioambiental corporativa é suficiente como resposta às questões socioambientais, sem que se precise de intervenções no processo de crescimento econômico; busca da eliminação da pobreza nos países ditos “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento” (na busca da elevação do teto de consumo destes, e não na redução do consumo dos países ditos desenvolvidos) como estratégias para a preservação ambiental; e, evidentemente, como suporte a tais características, existem outras, não exploradas neste trabalho, relacionadas, por exemplo, ao processo educativo (mudança da noção de educação ambiental para a noção de educação para a sustentabilidade) e a criação de indicadores correlatos ao principal indicador que mensura o crescimento econômico, o PIB, chamados, genericamente, de indicadores da sustentabilidade.

Além disso, o DS, da forma como é expresso comumente, imerso na matriz discursiva do meio ambiente, tem como característica importante o conflito territorial, fruto do processo de expansão econômica, que expropria territórios e desestabiliza os processos de reprodução social diferenciados ou não totalmente integrados ao processo capitalista.

Dessa forma, a noção de DS somente poderia ser encarada como um paradigma se o fosse dessa maneira: como uma extensão necessária do paradigma da simplificação; apesar do fato da ideia de DS estar sendo utilizada por outros agentes que buscam romper (de diversas maneiras) com a matriz discursiva imposta, isso só dá ao conceito de DS um caráter mais genérico, pouco condizente com a ideia de paradigma desenvolvida por Morin.

No máximo, a noção de DS poderia ser relacionada com o conceito de matriz disciplinar trabalhado por Kuhn, em seu conceito de paradigma mais polissêmico, se considerando, por exemplo, os inúmeros “coletivos do pensamento” que surgiram para

debater a noção de DS, ao se procurar construir a sustentabilidade como ciência, portanto; no entanto, a disciplina, na ideia polissêmica de paradigma, representa basicamente o período paradigmático estável, a qual é apreendida e ensinada através de suas soluções modelares e exemplares, e, nesse sentido, a ideia de DS ainda não se apresenta como uma disciplina com tais características, assumindo diversas formas e conteúdos a depender do “coletivo de pensamento” em questão, como ficou claro neste trabalho. Posto dessa forma, a ideia de sustentabilidade como matriz discursiva parece mais apropriada, mesmo que a noção de DS comece a ganhar contornos cada vez menos questionados, em sua base econômica neoclássica principalmente.

Buscando uma possível ruptura com a matriz discursiva do meio ambiente, por exemplo, foram apresentadas algumas linhas de pensamento como possíveis novos aportes teórico-metodológicos, condizentes, talvez, com um paradigma da complexidade que leve em conta, principalmente, as noções de totalidade e de complexidade ambiental, de acordo com o que foi apontado por Morin e outros autores.

Nesse sentido, destacam-se duas visões, ou “coletivos do pensamento”, onde uma delas busca redefinir a noção de DS, enquanto a outra busca uma ruptura com tal ideia, conforme já foi detalhado neste trabalho. Na visão que busca redefinir o que seria o DS, destacam-se, no Brasil, autores como Abramovay e Veiga; esta linha teórica tende a desconsiderar a existência de um possível paradigma da biocivilização, visão que trata de uma ruptura com a ideia de DS, e, portanto, na visão de Fernandes (2013), a visão teórica de redefinição da noção de DS acaba por desconsiderar a existência de conflitos (e da conflitualidade) na disputa de territórios: de um lado ocorre o avanço do processo de acumulação do capital, marcado pelo processo de expropriação territorial, do outro lado, sempre renovado, busca-se a manutenção e recuperação de territórios, os quais são fundamentais para a reprodução social de grupos com modos de vidas distintos do urbano-industrial. Já o possível paradigma da biocivilização defende a existência de grupos camponeses ou camponeizados (como sujeitos políticos), não inseridos totalmente na dinâmica capitalista, os quais seriam fundamentais na manutenção e ampliação da biodiversidade, ou, em termos econômicos, na manutenção dos chamados serviços ecossistêmicos; ao falar na necessidade de preservação dos serviços ambientais, a linha teórica da redefinição da ideia de DS não trata da existência dos camponeses, por exemplo, como sujeitos que buscam a produção e reprodução do seu modo de vida, tratando-os como grupo que compartilha da mesma visão de desenvolvimento de outros sujeitos sociais, como se tal visão fosse una.

Todavia, ambos os possíveis paradigmas (da biocivilização e da redefinição do DS) são marginais na realidade concreta, e diferenciam-se do dito paradigma do agronegócio, imerso no paradigma da simplificação, o qual é hegemônico. Há uma crítica de ambos os possíveis novos aportes teórico-metodológicos à ideia de crescimento econômico generalizado, utilizando linguagens diferentes para tratar desse ponto: no possível paradigma da biocivilização aparece a crítica à acumulação do capital, que é tratada como crítica ao crescimento econômico na visão descrita por Abramovay. No possível paradigma da biocivilização também há uma questão central defendida, que é a ideia da estratégia de empate, onde tanto o território para o metabolismo social do capitalismo seria mantido, como também seriam mantidos os territórios necessários à reprodução social dos grupos camponeses ou camponeizados. Assim, há aqui um diálogo possível entre as duas visões, visto que a proposta de decrescimento levantada por Abramovay (ou de crescimento econômico somente para setores em específico), coaduna com a necessidade de manutenção dos espaços de vida dos grupos considerados pelo possível paradigma da biocivilização.

Dessa forma, se percebe que, apesar da noção de DS se constituir como matriz discursiva, tem se buscado a ruptura com tal matriz, seja internamente, redefinindo a ideia de DS, ou externamente, através de uma ruptura com o termo propriamente dito, sendo que aqui outras ideias, além das já postas, também poderiam ser discutidas, como o próprio decrescimento, em suas características mais amplas, como movimento social e de mudança em todas as dimensões de produção e reprodução da vida, ou também poderia se abordar o chamado ecossocialismo, por exemplo. De toda forma, fica em aberta a questão se um paradigma da complexidade realmente é possível, e se ele será percebido tão facilmente caso se constitua de maneira hegemônica, visto que o que se tem até o momento é a disputa de coletivos de pensamento marginais (à margem do sistema econômico e político dominante).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Desenvolvimento Sustentável: qual a estratégia para o Brasil?* Novos Estudos, São Paulo, n. 87, 2010, p. 97-113.

_____. *Muito além da economia verde*, São Paulo: editora Abril, 2012.
BOEIRA, S. L.; KOSLOWSKI, A. A. Paradigma e disciplina nas perspectivas de Kuhn e Morin. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, Florianópolis, v.6, n. 1, 2009, p. 90-115.

BROWN, L. Plano B 4.0: *Mobilização para salvar a civilização*. São Paulo: New Content Editora e Produtora, 2009.

BRUGGER, P. *Educação ou Adestramento ambiental?* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

CARVALHO, M. B. Reflexões sobre Geografia, Biodiversidade e Globalização em tempos neoliberais. *Caderno Prudentino de Geografia*, São Paulo, v. 18, 1996, p. 18-39.

_____. In: MOTTA, M. (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Ed. Record, , 2005. p. 338-341.

_____. Novos Horizontes para o Urbano: Urbanidades, Biocivilização e Resistência na Universidade (USP-LESTE). *Biblio 3w. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, v.16, n. 932 2011.

_____. Biocivilização: perspectiva e fundamento para completar nossas independências. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 16, n. 418, 2012.

CASTRO, J. de. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição. *Geographia*, América do Norte, v.4, n.8, 2002, p. 95-98.

CECHIN, A. A natureza como limite da economia: *a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*, São Paulo: editora Senac, 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

ESTEVA, G. Desarrollo. In: SACHS, W. (Editor). *Diccionario del desarrollo: Una guía del conocimiento como poder*. Peru: Pratec, 1996, p. 52-77.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J.E. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: João Pedro Stedile. (Org.). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: 2013, p. 173-238.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. *Revista da Economia Política*. São Paulo, v. 24, n. 4 (96), 2004, p. 483-486.

GEORGESCU-ROEGEN, N. O decrescimento: entropia, ecologia e economia. São Paulo: editora Senac, 2012.

GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. In: DIEGUES, A. C. S. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*, São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub-USP, 2000, p. 125-148.

GUBA, E.G. *The Paradigm Dialog*, California: Sage Publications, 1990.

HARVEY, D. *Para entender o capital*, São Paulo: Boitempo, 2010.

KUHN, T. S. A tensão essencial: *estudos selecionados sobre tradição e mudança científica*, São Paulo: editora Unesp, 2011.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. (Coord.). *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15-63.

LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 27. n. 94, 2006, p. 131-152.

MANKIW, G. Introdução à economia: *Princípios de Micro e Macroeconomia*. Editora Elsevier, 2001.

MORAES, A. C. R. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Annablume, 2005.

MARX, K. O capital: *Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Instituto Piaget, 2008.

_____. La vía: *para el futuro da humanidad*. Barcelona: Libreria Artheme Fayard, 2011.

_____. Complexidade e Liberdade. Disponível em: <<http://mail.quitacao eleitoral.com.br/textos/teoriadacomplexidade/Complexidade-e-Liberdade.pdf>>. Acesso em: 05/08/2014

NOBRE, M. Desenvolvimento Sustentável: *A Institucionalização de um Conceito*. Editora Ibama, Brasília, 2002.

OLIVEIRA, L.D; RAMÃO, F.S; DE MELO, M.V.N. *A ideologia do desenvolvimento sustentável: considerações sobre a sua prática no ensino de geografia*. Anais do III Encontro de Geografia. Rio de Janeiro, [s.d].

OLIVEIRA, L.D. *A geopolítica do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a conferência do rio de janeiro (rio-92)*. 2011, 267f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PINHEIRO, J. A questão agrária e o MST: *um contraponto a Zander Navarro*. Disponível em:< <http://www.alainet.org/es/node/120953>> Acesso em: maio de 2014.

PONTE JUNIOR, O. S. Dualidade de Poderes: *um mal-estar na cultura política de esquerda*. São Paulo: Annablume, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C.W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. *Osal: Observatório Social da América Latina*, n. 16, 2005.

PORTO, M. F. *et al.* *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos*. Editora Fiocruz, 2013.

RODRIGUES, A. M. Problemática Ambiental - Agenda Política, Espaço, Território e Classes Sociais. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 83, 2006, p. 91-110.

_____. A Matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: Produção do Espaço Urbano – Agentes, Escalas, Conflitos. In: CARLOS, A.F.A (org.). *A produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. Editora Contexto, 2011, p. 207-230.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUSA SANTOS, B. *Renovar a teoria critica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. From the Postmodern to the Postcolonial – and Beyond Both, in Gutierrez E.R. *et. al.* (coord.). *Decolonizing European Sociology. Transdisciplinary Approaches*. Farnham: Ashgate, 2010, 225-242.

TIBLE, J. *Marx Selvagem*, São Paulo: Annablume, 2013.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. *A desgovernança mundial da sustentabilidade*. São Paulo: Editora 34, 2013.

_____. *O âmago da sustentabilidade. Estudos Avançados*. São Paulo, 2014.